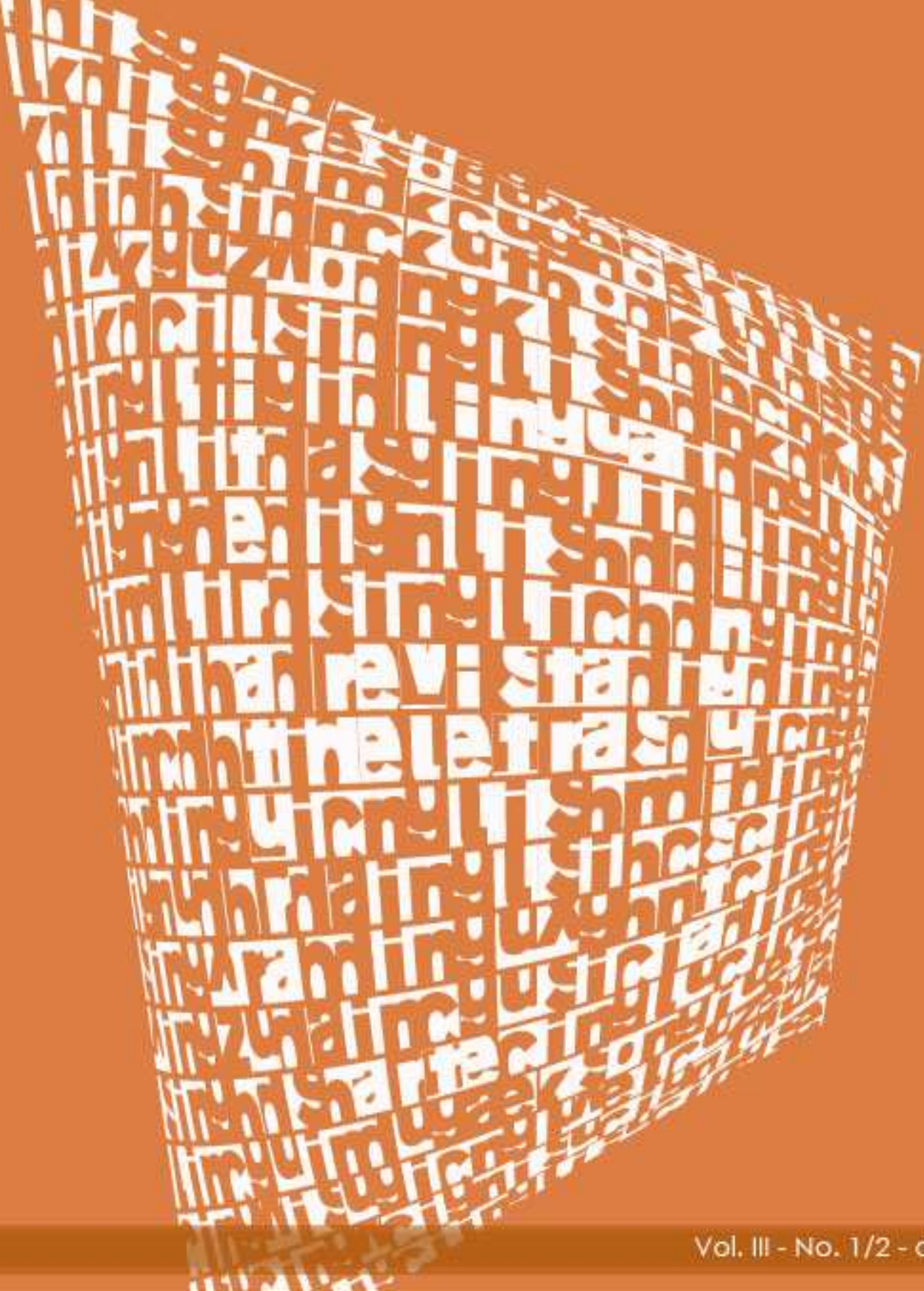




Vol. III - No. 1/2 - dez/2010

Revista de Letras

Revista de Letras – Vol. 3 – Número 1/2 – Dezembro 2010

Editora Responsável

Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva – UCB

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andréa M. M. Alves Coutinho – UCB

Profa. Dra. Cláudia R. Castellano Pfeiffer – UNICAMP

Prof. Dr. Maurício Lemos Izolan - UCB

Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira – UNICAMP

Profa. Dra. Susana Souto Silva – UFAL

Profa. Dra. Vera A. de Lucas Freitas – UnB

Prof. MSc. Virgílio Pereira de Almeida - UCB

Formatação

Curso de Letras – UCB

Universidade Católica de Brasília

Reitor

Prof. MSc. Pe. Romualdo Degasperi

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Ricardo Spíndola Mariz

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Adelaide dos Santos Figueiredo

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Dr. Luis Síveres

Curso de Letras

Diretor

Prof. MSc. Virgílio Pereira de Almeida

Assessores

Profa. Dra. Andréa Márcia M. Coutinho

Prof. Esp. Rogério da Silva Sales Pereira

R454 Revista de Letras [recurso eletrônico] / Universidade Católica de Brasília,
Curso de Letras. – Vol. 3, n. 1/2 (dez. 2010)- . – Dados eletrônicos. –
Brasília : Universidade Católica de Brasília, Curso de Letras, 2010-
v. ; 30 cm.

Semestral

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de Acesso: World Wide Web:

<<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL>>

ISSN 1982-842X

1. Linguagem. I. Universidade Católica de Brasília. Curso de Letras.

CDU 81

Sumário

Artigos

Dicionários: história, leitura e produção.....	6
<i>José Horta Nunes (UNESP-SJPR)</i>	
Poesia e poder – o trovadorismo ibérico no século XIII e a poesia satírica.....	22
<i>José D'Assunção Barros (UFRRJ)</i>	
Romance histórico e pós-modernidade.....	37
<i>Altamir Botoso (UNIMAR)</i>	
Um homem feito de palavras: Torga na <i>Colóquio Letras</i>	48
<i>Raquel Terezinha Rodrigues (UniCENTRO)</i>	
Identidade e representação em pequenas estórias: o caso de imigrantes brasileiros.....	57
<i>Mércia Santana Flannery (UPenn)</i>	
Entre a linguagem e a poesia: uma análise sintática sobre <i>Os Sertões</i>	72
<i>Déborah Christina de Mendonça Oliveira (UCB)</i>	
Os sentidos da palavra <i>preconceito</i> na produção do conhecimento das ciências sociais.....	81
<i>Carolina de Paula Machado (UNICAMP)</i>	
O ambiente do realismo literário no Brasil.....	91
<i>Júlio César Tavares Dias (UNICAP)</i>	

Resenhas

Poetas contemporâneos discutem o que é poesia.....	101
<i>Susana Souto Silva (UFAL)</i>	
Fernão de Oliveira em diferentes olhares	106
<i>Ana Cláudia Fernandes Ferreira (UNIVÁS)</i>	

Resumos

A construção simbólico-alegórica da narrativa trágica em “Ópera dos Mortos”.....	120
<i>Bruno Batista de Paiva</i>	
Uma leitura para além da decodificação com vistas a uma análise crítica	120
<i>Cássia Pereira de Carvalho Costa</i>	
Santos Dumont English Assessment: verificação das qualidades inerentes ao sucesso da avaliação de proficiência linguística dos pilotos de transporte aéreo e da aviação geral	121
<i>Clarice de Castro Oliveira</i>	
Na casa vicejante do conto, a anfitriã que recebe “amor” sou eu	121
<i>Ester Ferreira Chaves</i>	
A perífrase “ir + infinitivo” enquanto expressão de futuro na língua portuguesa	122
<i>Francisco Fábio Silva Pereira</i>	
Construções de tópico no Português do Brasil: topicalização de sujeito.....	122
<i>Ivonilda Machado de Oliveira</i>	

Contadores de história: o poder da palavra falada.....	123
<i>Patrícia da Costa Sousa</i>	
A proposta de ensino de gramática apresentada por Monteiro Lobato em “Emília no país da gramática” ...	123
<i>Rosa Gabriella Machado Roriz</i>	
Reflexão e sentimento na poesia de Carlos Drummond de Andrade.....	124
<i>Rosilene Cândida de Araújo</i>	
“Rútilo Nada”: a excentricidade da narrativa pós-moderna	124
<i>Rosivan Gonçalves dos Santos</i>	
Análise da intertextualidade em “Alice no país das maravilhas”	125
<i>Samantha Ferreira Martins Matos</i>	
Erros de tradução: análise da tradução de “O monge e o executivo”	125
<i>Tahyane Batista Lustosa</i>	

Artigos

Dicionários: história, leitura e produção¹

José Horta Nunes (UNESP-SJPR)

RESUMO: Neste artigo, são tratados três aspectos ligados ao conhecimento dos dicionários: a história dos dicionários brasileiros, a leitura dos dicionários e a produção de dicionários, a partir da perspectiva da Análise de Discurso e a da História das Ideias Linguísticas. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas.

Palavras-chave: Dicionário; história das ideias linguísticas; análise de discurso.

ABSTRACT: *In this article, I cover three aspects related to the knowledge about dictionaries: the history of Brazilian dictionaries, the reading and the production of dictionaries from a perspective of the Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas. Hence, the dictionary is seen as a discourse about language, particularly about words or about a fragment of reality, for the user, in certain social and historical conditions.*

Keywords: *Dictionary; history of linguistic ideas; discourse analysis.*

Gostaria de iniciar este artigo com algumas questões que não são tão fáceis de responder e nem são respondidas de uma vez por todas, mas que fazem parte das preocupações daqueles que se dedicam ao estudo dos dicionários. O que é um dicionário? Para que ele serve? Quem faz os dicionários e para quem? Em que circunstâncias sociais e históricas?

De modo breve e com o risco de simplificar muito as coisas, o dicionário é uma lista de palavras, com definições e exemplos. Mas para o estudioso do dicionário, o modo de olhar para esse objeto já determina sua concepção. Em nosso caso, a perspectiva a partir da qual observamos o dicionário é a da Análise de Discurso e a da História das Ideias Linguísticas (HIL). Para a Análise de Discurso, o dicionário é considerado como um “objeto discursivo”. O que significa isso?

Em primeiro lugar, significa que o dicionário não é algo que estaria na mente das pessoas desde que elas nascem, mas, sim, algo que é produzido por práticas reais em determinadas conjunturas sociais, ou seja, o dicionário é produzido sob certas “condições

¹ Este texto foi elaborado para a conferência de encerramento do 8º Encontro de Letras da Universidade Católica de Brasília, em 24 de setembro de 2010.

de produção dos discursos”. E as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas.

Fazem parte das condições de produção do discurso os sujeitos e a situação em que eles se inserem. Assim, estudar o dicionário da perspectiva discursiva é considerar o que podemos chamar de “sujeito lexicógrafo”. Este estabelece uma relação muito específica com as palavras, ou seja, de modo geral, a de selecioná-las e produzir um discurso sobre elas. Por exemplo, um missionário da Época Colonial, nas circunstâncias da colonização no Brasil, ao elaborar um dicionário português-tupi, ocupa uma posição de sujeito religioso, o que determina os sentidos das palavras selecionadas e definidas, bem como o direcionamento geral dessa prática, que foi voltada, sobretudo, para a catequese dos índios. Assim, os lexicógrafos dessa Época incluíam em seus dicionários palavras religiosas que sequer existiam na língua indígena, como “pecado”, “Deus” e outras, e atribuíam sentidos religiosos aos fatos e palavras descritos. Assim, além de visar ao conhecimento específico de uma ou mais línguas, fazer dicionário serve para entrar em contato com uma sociedade ou uma cultura desconhecida, produzir uma identidade nacional, regional ou de grupo social, conhecer os conceitos utilizados em certas áreas das ciências, dentre muitas outras coisas.

Atualmente, a posição do lexicógrafo, no meio universitário, está relacionada a sua posição teórica, e assim temos o lexicógrafo ligado às disciplinas que tradicionalmente se ocupam do dicionário, que são a lexicologia, a lexicografia e a terminologia, e também a outras disciplinas que participam mais esporadicamente da produção de dicionários, como fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, linguística textual, neurolinguística, sociolinguística, a análise de discurso, dentre outras.

Do ponto de vista do leitor cotidiano, os dicionários são considerados bons ou ruins de acordo com as necessidades imediatas de consulta, e conforme se encontrem ou não as palavras buscadas, mas poucas vezes suas definições são questionadas. A escola também não se preocupava, até muito recentemente, com a leitura dos dicionários em sala de aula; eles eram apenas consultados em caso de dúvidas ou para se saber os sentidos

supostamente “corretos” das palavras. Assim, não se ensinava o dicionário, pelo contrário, era o dicionário que “ensinava” como uma autoridade pouco questionada.

No entanto, nas duas últimas décadas, produziu-se no interior da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, para me limitar a minha área de atuação, um conhecimento considerável sobre os dicionários, o que levou a uma mudança no modo de concebê-los, ensiná-los e produzi-los. Eu resumiria os objetivos desses estudos e as descobertas daí advindas com a seguinte afirmação de Orlandi (2001, p. 8): “Ver a Gramática e o Dicionário - os instrumentos linguísticos como os denomina S. Aurox (1992) - como parte da relação com a sociedade e com a história (E. Orlandi, 1997) transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana.” Não pretendo fazer aqui um panorama desses estudos, vou me limitar a considerar, neste texto, três aspectos ligados ao conhecimento dos dicionários: a história dos dicionários brasileiros, a leitura dos dicionários e a produção de dicionários a partir da perspectiva discursiva. Falarei então, brevemente, sobre cada um desses aspectos, ressaltando alguns pontos que julgo mais pertinentes no momento.

História dos dicionários brasileiros

A história dos dicionários, enquanto listas de palavras de uma língua ou de um setor da realidade como animais ou plantas, se confunde com o aparecimento da escrita, que ocorreu cerca de três mil anos antes de Cristo. Como afirma S. Aurox (2008, p. 19), a listagem de palavras é “a técnica mais elementar que é a base de todo dicionário”. A lista de palavras não se confunde com o dicionário, mas “ela está indubitavelmente na origem dos dicionários”. A lista de palavras se torna um dicionário quando ela apresenta alguma função específica. Assim, como observa esse autor, as listas de palavras medievais, na medida em que o latim deixa de ser falado como língua materna, são acrescidas de palavras das línguas vernáculas, e eventualmente de observações sobre a língua que não se fala mais (o latim). Daí aparece o dicionário de língua.

Na Época do Renascimento, ocorreu o que Aurox (1992) chama de gramatização massiva das línguas: a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), são elaborados dicionários e gramáticas de centenas de línguas do mundo, formando uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa. Assim, apareceram

entre o século XVI e o XVIII vários dicionários das línguas vernáculas, como os do italiano, do francês, do espanhol, do português e de várias outras línguas européias; além de uma grande quantidade de dicionários de línguas indígenas da América, e de línguas da África e do Oriente.

Vemos, então, que o aparecimento da escrita e das listas de palavras da Antiguidade até a Idade Média, e depois com o surgimento da imprensa no século XVI e a cultura multilíngue do Renascimento, a multiplicação sem igual dos dicionários de língua, levaram ao estabelecimento de espaços linguísticos relativamente homogêneos sobre os quais se assentaram as chamadas línguas nacionais. Mas é preciso considerar que cada uma das línguas nacionais tem uma história específica de constituição e, desse modo, também os instrumentos linguísticos têm uma história singular, aí compreendidos os dicionários. Consideremos o caso brasileiro. Podemos partir das seguintes interrogações. Quando e como surgiram os primeiros dicionários no Brasil? Como eles se multiplicaram e se transformaram? Quem foram os autores dos dicionários e que instituições fomentaram sua produção? De que modo ocorreu no Brasil, a longo prazo, uma certa autonomização em relação à tradição lexicográfica portuguesa, ou seja, quando e como os dicionários brasileiros passaram a ser mais utilizados que os portugueses?

O Brasil é um país de colonização e assim a história das línguas e dos instrumentos linguísticos está diretamente relacionada a esse fato. Os primeiros saberes lexicográficos produzidos no Brasil foram comentários sobre as significações de palavras indígenas e listas de palavras português-Tupi e Tupi-português, como listas de nomes de plantas e animais, de partes do corpo humano, de objetos da cultura indígena, dentre outras. Essas listas de palavras deram origem aos primeiros dicionários brasileiros, que foram dicionários bilíngues português-Tupi elaborados pelos missionários jesuítas dos séculos XVI ao XVIII. Além do interesse em conhecer a língua indígena, ou juntamente com ele, estava presente, como dissemos anteriormente, o interesse na catequese dos índios. Daí o discurso religioso desses primeiros instrumentos linguísticos brasileiros, que eram também instrumentos da colonização. Os dicionários bilíngues português-Tupi guardam as marcas da enunciação colonizadora, com os missionários-intérpretes traduzindo a voz do índio do ponto de vista da tradição ocidental. Auroux chama esse processo de *exo-gramatização*, ou seja, a elaboração de um dicionário ou de uma gramática por alguém que não é falante nativo da língua dicionarizada, como é o caso do colonizador português ou espanhol em relação às línguas indígenas sul-americanas.

Em 1759, os missionários jesuítas foram expulsos do Brasil e vieram as chamadas Reformas Pombalinas, que introduziram as concepções iluministas em Portugal e no Brasil. Com isso, o discurso de catequese dos jesuítas dá lugar a um outro discurso: o das ciências, das leis e do Estado. Um brasileiro que vai estudar Direito em Portugal, Antonio de Moraes Silva, elabora o primeiro dicionário monolíngue da língua portuguesa, o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789), que começa a introduzir palavras brasileiras. Esse dicionário torna-se uma referência no século XIX e até no XX, marcando a consolidação da lexicografia de língua portuguesa. Mas o dicionário de Moraes, embora introduzisse algumas palavras brasileiras, era muito distante da realidade brasileira, da sociedade que então se formava, das peculiaridades do país e de suas regiões.

Começam a surgir então os primeiros dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. Primeiramente aparecem os dicionários que complementam os dicionários portugueses, como o *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, de Brás da Costa Rubim (1853). Surgem também dicionários de regionalismos, como a *Coleção de Vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antonio Coruja (1853). Mais tarde, já no final do século XIX, surgem os chamados dicionários de brasileirismos, dentre os quais salientam-se o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Macedo Soares (1888), publicado no Rio de Janeiro, e o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, do Visconde de Beaurepaire-Rohan (1889), publicado também no Rio de Janeiro. Estas obras reúnem diversos dicionários parciais anteriores, compondo um conjunto maior das palavras utilizadas no Brasil e não em Portugal, ou de palavras que tomam significações específicas no território brasileiro, os “brasileirismos”.

Toda essa produção de dicionários parciais e de complemento mostra que no século XIX já se constituía uma lexicografia brasileira da língua nacional. Porém, é somente no século XX que surgem os primeiros grandes dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. Não se trata aí tão somente de dicionários parciais, que complementaríamos os dicionários portugueses, mas, sim, de dicionários que produzem uma imagem de completude da língua falada no Brasil. Dois dicionários iniciaram esta série: o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, um dicionário básico de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima (1938), e o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire (1939-44), um grande dicionário direcionado a um público erudito e elaborado com exemplos de autores clássicos. É preciso considerar que esses primeiros grandes dicionários brasileiros aparecem no momento em que se estabelecem certas

condições institucionais, dentre as quais a fundação da Academia Brasileira de Letras, no final do século XIX, e a multiplicação, nas primeiras décadas do século XX, das editoras que fomentam a edição de textos de caráter nacional, como a Companhia Editora Nacional e outras.

Na segunda metade do século XX, a lexicografia brasileira consolida-se definitivamente. Nesse período, os dicionários brasileiros passam a ser mais utilizados que os dicionários portugueses. Se o dicionário for um dos critérios para se dizer que uma língua é diferente da outra, vemos aí a distinção entre a língua portuguesa e a “língua brasileira”, visto que em cada país se utilizam dicionários específicos. Várias obras poderiam ser citadas como marcantes dessa fase. Vamos nos limitar aqui a duas delas: o *Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado*, de Adalberto Prado e Silva (1962) e o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de H. Ferreira (1975). Nesses dois dicionários, notam-se ao mesmo tempo uma visão histórica da língua, considerando-se os autores clássicos e a “evolução” da língua, mas também, e é isso que os diferencia de seus antecessores, a inclusão de autores modernos e de discursividades populares e da mídia, além de exemplos edificantes elaborados pelo lexicógrafo.

Este percurso pela história dos dicionários brasileiros, ainda que muito resumido, nos permite observar que a lexicografia brasileira tem uma história, que é a história de um país de colonização, marcada pela elaboração de instrumentos específicos, que têm a ver, embora de modo redutor, com a realidade multilíngue do país. Essa história mostra também a relação entre os instrumentos do colonizador e os do colonizado que pouco a pouco vão surgindo e se estabelecendo.

Acredito que há muito a se fazer ainda para um maior conhecimento dos dicionários brasileiros, sobretudo no que diz respeito aos dicionários regionais, mas também ao aprofundamento das análises dos grandes dicionários gerais e de vários outros temas relacionados a essa história.

Leitura dos dicionários: lacunas, definições e exemplos

Uma vez mostrado que os dicionários são objetos discursivos que têm a ver com a história e a sociedade, quais seriam as consequências disso para a leitura do dicionário no cotidiano do leitor e no ensino?

Um primeiro ponto a ser considerado é que a leitura do dicionário e os sentidos que ela produz dependem da história do leitor na sua relação com o texto e com a história dos sentidos das palavras (ou seja, em termos conceituais, com o *interdiscurso*). Não há uma leitura única do dicionário, assim como não há sentidos das palavras fixados eternamente. Os sentidos sempre podem ser outros e assim também as leituras. Ao mesmo tempo, a leitura, quando se trata da perspectiva discursiva, não pode ser qualquer uma, visto que a história dos sentidos tem uma materialidade específica que deve ser considerada.

Lembro aqui a distinção que Eni Orlandi (1988) faz entre o discurso autoritário, o lúdico e o polêmico. A leitura do dicionário não seria assim uma leitura autoritária, que tende para a monossemia, para a fixação dos sentidos. Também não se consideraria que os sentidos das palavras são quaisquer uns, independentemente das condições em que eles são produzidos; isso seria a exacerbação do lúdico. Desse modo, o discurso polêmico parece ser o mais apropriado para o ensino, com a possibilidade de se confrontar as diferentes leituras, sem perder de vista a materialidade que sustenta essas leituras. Ler o dicionário é saber que há certos sentidos que aparecem e se sedimentam, se estabilizam, mas ao mesmo tempo é saber que eles sempre estão sujeitos a serem outros, sempre estão sujeitos aos equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura.

De modo mais específico, eu chamaria a atenção para três procedimentos de leitura crítica dos dicionários: a identificação de lacunas, a análise das posições de definição e o questionamento dos exemplos. A identificação de lacunas nos dicionários é uma prática que existe desde que apareceram os primeiros dicionários. O dicionarista Bluteau (1712-1728), no prefácio ao seu dicionário (*Vocabulário Português e Latino*), dedica 44 páginas aos leitores de seu dicionário, dividindo-os em: *leitor benévolo, malévolo, impaciente, português, estrangeiro, douto, indouto, pseudocrítico, impertinente e mofino*. Para cada um deles ele formula um discurso específico, antecipando as imagens e as críticas que os leitores poderiam fazer do dicionário. Há também um tipo de dicionário que corresponde a essa prática de identificar as lacunas, as faltas dos dicionários. Trata-se do “dicionário de lacunas”. Um deles foi o “Léxico de Lacunas”, de Affonso Taunay (1914). Taunay apresenta nesse léxico um conjunto de palavras brasileiras que estavam ausentes nos dicionários portugueses da época, sobretudo no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de C. de Figueiredo (1899). Essa posição crítica fez parte de uma prática de leitura que em seguida desembocou na elaboração dos grandes dicionários brasileiros.

As lacunas, do ponto de vista discursivo, não são erros ou defeitos do dicionário, mas fazem parte mesmo de sua constituição. Todo discurso silencia necessariamente outros discursos, é o que Orlandi (1992) chama o “silêncio constitutivo”. Lidar com a falta de palavras no dicionário ou mesmo na fala cotidiana, é lidar com a incompletude da linguagem, que afeta qualquer discurso. Assim a busca das lacunas não é vista como uma prática excepcional, mas, sim, como algo que faz parte do cotidiano do falante e do leitor, mesmo que de modo inconsciente.

Tomemos, por exemplo, algumas lacunas da última edição do dicionário Aurélio. Esse dicionário não traz algumas palavras que apareceram recentemente nas discursividades contemporâneas, como *trecheiro*, *agente sanitário*, *população em situação de rua*, *hip-hop*. *Trecheiro* é um nome que vem substituir ou co-existir com os nomes *morador de rua* ou *andarilho*, mas que traz significações específicas, ligadas à noção de “trecho”, que é um percurso feito por esses sujeitos no espaço urbano: eles dormem na rua, depois fazem algum bico como flanelinha, pedem esmola, depois se reúnem, bebem cachaça, voltam a dormir no espaço público, mas estão sempre em movimento, deslocando-se seja na mesma cidade, seja fazendo percurso de uma cidade a outra, ou seja, são nômades e por isso se distinguem do “morador de rua” (cf. GARCIA e outros, 2008). *Agente sanitário* é um nome que se tem dado a vários sujeitos que trabalham no espaço das cidades com a “limpeza ambiental”. Essa significação vem deslocar os sentidos do que seria o *lixeiro*, o *catador* (de papéis ou de lixo), os *varredores* ou *garis*, dentre outros, inserindo-os no discurso ecológico, como trabalhadores da limpeza ambiental. Também a palavra *hip-hop* não está presente no dicionário Aurélio, assim como a locução *arte de rua*, que é um nome utilizado para se referir às práticas do *grafite*, do *rap*, enfim, de manifestações artísticas realizadas no espaço público.

Outro procedimento de leitura do dicionário, este menos usual, mas de igual importância, é a explicitação da posição do lexicógrafo quanto ao modo de definir. As definições, do ponto de vista discursivo, não são neutras, elas são sempre efetuadas a partir de uma posição discursiva, que pode não coincidir com a posição que ocupa o leitor. Além disso, as definições se tornam desatualizadas em relação aos discursos em circulação. Tomemos como exemplo o verbete “periferia” no dicionário Aurélio:

Periferia. [Do gr. *periphéreia*, ‘circunferência’ pelo lat. tard. *Periphería*] S.f. Superfície ou linha que delimita externamente um corpo; contorno, âmbito: *periferia de uma praça, de uma cidade*. (...) 7. Urb. Bras. Numa cidade, a região mais afastada do centro urbano, em geral

carente em infra-estrutura e serviços urbanos, e que abriga os setores de baixa renda da população. (FERREIRA, 1999, p. 1545)

Analisando-se esta definição, nota-se que ela é efetuada do ponto de vista de quem se identifica com o centro urbano, na medida em que a periferia se situa “distante do centro urbano”. Também se nota que há um discurso que tende para a assistência social, visto que se considera a periferia como uma região “carente” de infra-estrutura. Note-se que em nenhum momento se fala que há sujeitos que habitam essa região, mas sim que a região “abriga” os sujeitos. O verbete significa, enfim, o movimento de uma classe pobre em direção às regiões periféricas da cidade, o que se pode relacionar a todo um processo urbano observável em cidades brasileiras durante o século XX. Porém, quando nos deparamos com textos atuais notamos que há outros sentidos possíveis, que não correspondem mais à distinção entre “centro” e “periferia” e nem à caracterização da periferia como local de “abrigo” dos setores de baixa renda. Vejamos algumas passagens de um texto de Liliane Castelões, publicado na revista *ComCiência*.

As cidades brasileiras vêm passando por uma reestruturação. A febre de construção de edifícios de luxo já não se restringe a áreas nobres ou centrais. Os galpões que antes abrigavam fábricas em bairros tipicamente industriais, hoje são transformados em condomínios para classe média e alta. Nas áreas de antigas fazendas surgem condomínios fechados horizontais. Com todas essas mudanças ainda seria possível fazer a distinção entre urbano e rural, entre centro e periferia? O Brasil é um país urbano ou rural? (CASTELÕES, 2002, s.p.)

A divisão entre centro e periferia, de acordo com Luchiari, não é mais tão rígida. ‘Até os anos 70, a área central das cidades brasileiras era caracterizada por ser melhor equipada, enquanto a periferia era associada aos pobres. Hoje não se sustenta mais esse modelo centro-periferia, nem na escala das relações internacionais, nem na estrutura urbana das cidades. A periferia hoje está no centro e vice-versa’, afirma. (CASTELÕES, 2002, s.p.)

A *periferia* nesse caso não se distingue mais da área central por falta de infraestrutura e por oposição entre pobres e ricos. O que ocorre é que a segregação se dá tanto nas áreas centrais quanto periféricas e a oposição está entre áreas abertas e fechadas, muitas vezes vizinhas umas das outras, com relações tensas ou de dependência econômica. Desloca-se assim, primeiramente, a posição a partir da qual se observa a cidade (não mais do centro em direção à periferia), bem como o modo de a cidade estar significada no dicionário com suas divisões espaciais e sociais. A sociedade muda, os sentidos mudam, mas o dicionário pode manter um imaginário que já não se sustenta.

Os exemplos também podem ser objeto de uma leitura atenta dos discursos em circulação. Quando não trazem exemplos, a imagem que se tem é de que as palavras e as definições existem independentemente de quem as pronuncia. Já quando há exemplos, eles

se apresentam em vários tipos: linguísticos, literários, de falas cotidianas, exemplos elaborados pelo lexicógrafo, dentre outros. A seleção da forma do exemplo é decisiva para a concepção do dicionário. Continuando com o caso do verbete “periferia”, nota-se que os exemplos ali presentes: *periferia de uma praça, de uma cidade*, são exemplos linguísticos que apresentam as possibilidades de formação de sintagma com a palavra “periferia”. Nesse verbete, nenhuma citação literária é apresentada, assim como nenhuma fala cotidiana. Não há também exemplos didáticos formulados pelo lexicógrafo. Assim, quando se fala sobre esse espaço citadino, ou não há exemplos, como na segunda acepção, ligada ao urbanismo, ou os exemplos se restringem à visão linguística de formação de sintagmas possíveis. Os exemplos literários, cotidianos e da mídia ficam de fora. O dicionário, desse modo, é um observatório dos discursos em circulação, trata-se de notar quais ele coloca em circulação e quais ele silencia.

Produção de dicionários: uma experiência de escrita da palavra

Do ponto de vista discursivo, todo falante estabelece uma certa relação com as palavras, selecionando-as para seu uso e atribuindo-lhes sentidos, isso de forma pré-consciente ou inconsciente, e afetados pela ideologia, ou seja inseridos em uma ou outra formação discursiva na qual se constituem como sujeitos de seu discurso e de suas palavras. Assim, de certo modo todo sujeito produz seu próprio dicionário ao formular um discurso. Mas quando se trata de elaborar o texto do dicionário enquanto lista de palavras e verbetes com definições e exemplos, as técnicas e o método são fundamentais. Perguntando certa vez a uma lexicógrafa como ela começou a fazer dicionários, ela respondeu algo como: “eu tinha uma agenda de endereços com divisões em ordem alfabética e fui anotando as palavras que desejava e formulando definições ou observações, daí nasceu o primeiro dicionário”. Esta técnica mais elementar, que como vimos remonta à Antiguidade e Idade Média, continua sendo produtiva para muitos daqueles que se voltam para a descrição das palavras e de seus sentidos, ou seja, para construir uma lista de palavras e atribuir definições e comentários. Consideramos que a produção de dicionários se insere em uma prática mais ampla, que é a “escrita da palavra” e essa não se limita somente à prática lexicográfica mais conhecida, mas inclui uma série de outras formas de escrever sobre a palavra. Para realizar essa prática, no entanto, convém ter em vista a superação de alguns obstáculos.

O primeiro deles é a imagem do dicionário como portador de significações fixas, e, portanto, sem historicidade, bem como a imagem do autor de dicionário como grande especialista e autoridade inquestionável. A escrita da palavra resulta de uma relação muito singular dos sujeitos com a palavra e não se restringe a uma ou outra forma de dicionário ou de autoria. Nesse sentido, há vários textos que resultam dessa prática: listas de palavras, verbetes linguísticos ou enciclopédicos, verbetes na forma de ensaios (que não se ligam necessariamente a um dicionário), verbetes publicados em jornais ou revistas, na Internet etc. Acredito que na escola se poderia despertar o gosto pela escrita da palavra em suas várias formas, dando margem para que o sujeito se situe diante das várias possibilidades de produzir discursos sobre as palavras, ou seja, para que a relação com as palavras, e os discursos que as sustentam, faça sentido para eles e para que aquilo que eles produzam se inscreva na história.

Não vou aqui, por limitação de tempo, falar sobre as diversas práticas de escrita da palavra. Queria dizer apenas que as formas de autoria dessa escrita, assim como as formas de autoria dos dicionários tradicionais, têm se alterado significativamente. Com as novas tecnologias, cada vez mais os sujeitos no dia-a-dia constroem seus próprios bancos de dados ou de textos e também são colocados na posição de definir as palavras. Os grandes bancos de dados textuais também têm se expandido e multiplicado. Dicionários impressos são informatizados. Dicionários atuais e antigos são colocados à disposição na Internet. Alguns *sites* de dicionários como o *Oxford* na Inglaterra e o dicionário *Caldas Aulete* no Brasil, abrem espaço para a participação dos internautas. A Wikipédia é construída com a participação de centenas de pessoas que acessam a Internet. Com os hipertextos, os blogs e outros novos textos eletrônicos, os comentários sobre palavras no dia-a-dia se multiplicam. Em que essas mudanças afetam a produção de dicionários? Que novas formas de autoria e de dicionários resultarão daí? As técnicas já existentes de elaboração dos dicionários serão abandonadas?

Talvez seja cedo para responder a todas essas perguntas. Como afirma Auroux (1992), estamos vivendo a terceira revolução tecnológica nas Ciências da Linguagem, da qual não vemos ainda todas as consequências. Deixo esta questão mais ampla para instigar a prática de escrita como descoberta de novos caminhos e de novas formas de dicionário.

De minha parte, gostaria de relatar brevemente uma experiência de redação de verbetes realizada na UNESP de São José do Rio Preto. Em um projeto que desenvolvemos lá, denominado “Palavra, Discurso e Silêncio: no movimento dos sentidos

urbanos”², estamos praticando a feitura de verbetes sobre palavras que significam os espaços e os sujeitos urbanos, em colaboração com o Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, coordenado por Eni Orlandi³. Para que tenham uma ideia de como se tem realizado esse trabalho, falarei sobre o verbete “viaduto”, que elaborei recentemente.

Comecei o verbete indicando o sentido de *viaduto* do ponto de vista técnico e urbanista, tal como vemos no dicionário Aurélio: “Construção destinada a transpor uma depressão do terreno ou a servir de passagem superior” (FERREIRA, 1999). Além desse sentido mais usual e técnico, ligado à posição de quem constrói a cidade para o tráfego, identifiquei, com base em um *corpus* heterogêneo de textos, outros sentidos que não correspondem a essa visão técnica e em que se observam sujeitos e acontecimentos no espaço do viaduto. Deste modo, em uma notícia de jornal (UOL NOTÍCIAS, 2010), temos o viaduto como lugar de pouso, dormitório, moradia: “Os moradores se enrolaram em cobertores encardidos e se esconderam do vento atrás do concreto”. O viaduto é visto também em outros textos jornalísticos como lugar perigoso, que provoca medo e onde ocorrem roubos: “medo para a vizinhança e para os pedestres que por ali passam”, “ponto crítico para pequenos delitos”. Outro acontecimento que significa o viaduto é a “chacina”: “ponto usado como base dos moradores de rua mortos hoje”. Em alguns textos, a partir de uma posição jurídica ou policial, os sujeitos que frequentam o viaduto são vistos como: “viciados”, “ladrões”, “bandidos”, “criminosos”.

Diante desses sentidos permeados pela violência, surgem práticas que visam à reurbanização dos espaços da cidade, como vemos em um *blog* que fala sobre a reforma de um viaduto em Campinas: “Era meio complicado o local, creio que agora o tráfego irá fluir bem melhor” (ROGÉRIO BRASILEIRO, 2010). O discurso de reurbanização produz uma imagem higienista e estética do viaduto, silenciando os sujeitos que ali frequentam. Em uma notícia do jornal (VERZIGNASSE, 2010), percebem-se os sentidos da intervenção técnica para impedir a presença dos sujeitos, embora estes tenham continuado a frequentar o local: “Em um dos lados do viaduto (ao lado do McDonald’s), obstáculos de pedra deixam o piso irregular e impedem que alguém durma por ali. Mas o lado oposto, que não recebeu a intervenção, continua sendo moradia improvisada para mendigos”. Finalmente, apontamos o sentido de local de resistência e de reivindicações públicas por moradores de

² Projeto por mim coordenado com apoio da FAPESP (Proc. nº 2009/15205-1)

³ No Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp se desenvolve, sob a coordenação de Eni Orlandi, uma Enciclopédia Discursiva da Cidade (ENDICI). Ver E. ORLANDI (Para uma enciclopédia da cidade. Campinas: Pontes/Labeurb-Unicamp, 2003.).

rua e mendigos: “Na opinião dele (o morador de rua), a prefeitura devia instalar banheiros em espaços públicos”.

Uma vez identificados esses vários sentidos da palavra, e não somente o sentido técnico ou de engenharia de tráfego, o verbete se formula apontando-se as posições ou perspectivas a partir das quais tais sentidos são produzidos, a saber: o discurso do dicionário da perspectiva urbanista e do construtor da cidade, o discurso jornalístico, o discurso jurídico e policial, o discurso de reurbanização higienista e estético, o discurso dos moradores de rua. Assim, o verbete reúne diferentes sentidos e posições e expõe ao leitor os gestos de interpretação, as diferenças e as contradições entre os discursos, assim como as relações entre as palavras.

Outro procedimento usado, que deriva das técnicas de hipertexto, é a elaboração de domínios de palavras relacionados, que funcionam como possíveis *links* para outros verbetes. Foram selecionados como relacionadas à palavra *viaduto* as seguintes palavras: *construção, urbanismo, trânsito, bêbado, mendigo, viciado, roubo, medo, reurbanização, assistência social, alcoolismo, adolescente, morador de rua, higiene, grafite, pichação*. O domínio relacional é um modo de lidar com a incompletude do verbete. Desse modo, este não é concebido como um texto linear fechado, mas, sim, como aberto às derivas da leitura. Alguns *links* são efetivados, inserindo-se outros verbetes, enquanto outros permanecem como ganchos provisórios que poderão ser estabelecidos posteriormente.

Há também o trabalho com as materialidades significantes, como as imagens, vídeos, sonoridades. Nos verbetes, essas materialidades não funcionam como ilustrações do escrito, mas sim como textualidades que têm uma materialidade específica, não redutível ao verbal (cf. ORLANDI, 1995). Há todo um trabalho a se fazer com o tratamento dessas materialidades, mas deixamos esse tema para uma outra ocasião.

Conclusão

Os trabalhos em Análise de Discurso e em História das Ideias Linguísticas trazem novas perspectivas para o estudo, para a leitura e para a produção dos dicionários. Essas transformações afetam a visão tradicional do dicionário e abrem uma via para a consideração de sua história, bem como para a análise discursiva dos verbetes e para a inovação dos procedimentos de feitura do dicionário.

Isso traz consequências para as disciplinas de lexicologia e lexicografia, na medida em que elas passam a considerar a discursividade dos dicionários, suas condições de produção, as posições dos sujeitos lexicógrafos, os discursos das definições e dos exemplos, a autoria de uma escrita da palavra, dentre outros fatos.

A HIL, disciplina que vem sendo incorporada em alguns cursos de Letras e Linguística, é também um passo à frente para o estudo histórico dos instrumentos linguísticos, aí incluídos dicionários, gramáticas e manuais, além de conceitos da linguística, obras, estudo de autores, instituições, acontecimentos.

Na escola, a perspectiva discursiva desloca a imagem do dicionário como simples objeto de consulta e propõe uma leitura polêmica, atenta às diferenças entre as posições de definição, aos não-ditos, às contradições, às discursividades dos exemplos.

Eu terminaria afirmando que, sobretudo, a análise e a escrita discursivas modificam a relação que os sujeitos estabelecem com as palavras, levando-os a uma compreensão das discursividades que sustentam seus sentidos. Além disso, as novas possibilidades de produção de dicionário apontam para transformações nas formas de escrita da palavra, que levem em consideração a relação entre língua, história e sociedade.

Referências Bibliográficas

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

AUROUX, S. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, nº 20, Campinas, Pontes, 2008, p. 9-23.

AYROSA, P. **Vocabulário na Língua Brasileira**. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, vol XX, 1938.

BARROSO, G.; LIMA, H. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Civilização Brasileira, 1938.

BEAUREPAIRE-ROHAN, V. de. **Dicionário de Vocábulo Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. vol. 1. 10 volumes. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1728.

CASTELÕES, L. Conflitos entre centro e Periferia. Revista ComCiência. Nº 29, Cidades, Março de 2002.

CORUJA, A. P. **Coleção de Vocábulo e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1852.

Dicionário Português e Brasileiro. Anônimo. Lisboa: Oficina Patriarcal, 1795.

FERRARI, C. **Dicionário de Urbanismo**. 1ª ed. São Paulo: Bisal, 2004.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 3ª ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, António Cândido de. **Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa**, 2 vol., Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

FREIRE, L. de O. **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1.ed. 5 volumes. Rio de Janeiro: A Noite S. A. Editora, 1939-1944.

GARCIA, C. Z.; CARVALHO, M. C.; MARTINEZ, M.; ZANETTI, M. **Vivendo no trecho: um ensaio etnográfico sobre “moradores de rua”**. Pontourbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Ano 2, **versão 3.0, julho de 2008**.

ORLANDI Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**, Cortez/UNICAMP, Campinas, 1988.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. **Rua**, Campinas, 1:35-47, 1995.

ORLANDI, E. (Org.). **História das ideias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat, 2001.

ORLANDI, E. **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes/Labeurb-Unicamp, 2003.

ROGÉRIO BRASILEIRO. <http://www.Skyscraperlife.com/brazil/2662-campinas-avenida-norte-sul-e-arredores.html>. Acesso em 13/05/10.

RUBIM, B. da C. **Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Tipografia Dois de Dezembro, 1853.

SILVA, A. de M. **Diccionario da Lingua Portuguesa**, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, A. P. e. **Nôvo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

SOARES, A. J. de M. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1888.

TAUNAY, Affonso d'E. **Léxico de Lacunas**. Tours: Imprimerie E. Arrault et Cia, 1914.

UOL NOTÍCIAS. Roubos e ameaças envolvem vítimas da nova chacina. Notícia de 11/05/2010 - 18h48. <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/05/11/nova-chacina-em-sp-esta-envolta-em-circulo-de-crimes-sem-esclarecimento.jhtm>. Acesso em 13/05/10.

VERZIGNASSE, R. 'Trecheiros transformam Viaduto Laurão em morada.' Notícia de 03/03/2010 - 14h39. <http://cosmo.uol.com.br/noticia/48033/2010-03-03/trecheiros-transformam-viaduto-laurao-em-moradia.html>. Acesso em 13/05/10.

José Horta Nunes é graduado em Letras (Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987), mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1992), e doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1996), com pós-doutorado na École Normale Supérieure de Lyon/França (2004). Atualmente é professor assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso e História das Ideias Lingüísticas, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso sobre/da cidade e análise histórico-discursiva de dicionários. (horta@ibilce.unesp.br)

Poesia e poder – o trovadorismo ibérico no século XIII e a poesia satírica

José D'Assunção Barros (UFRRJ)

RESUMO: No século XII, nos reinos de Portugal e Castela, existiu um movimento trovadoresco extremamente interessante no qual a poesia era expressa através do idioma galego-português. O objeto deste artigo será discutir as relações entre Poesia e Poder, examinando as tensões sociais das sociedades medievais ibéricas através da prática e poesia destes trovadores galego-portugueses. Depois de uma discussão inicial sobre as possibilidades de compreender as relações de poder na poesia medieval ibérica, são apresentados os modos de circulação e disseminação da poesia trovadoresca nos ambientes palacianos das cortes medievais ibéricas. O principal objetivo do texto é discutir as relações sociais e políticas envolvidas nas cantigas trovadoresca.

Palavras-chave: Poesia e poder; trovadores medievais; tensões sociais.

ABSTRACT: In the XIII century, in the kingdoms of Portugal and Castela, there was an extremely interesting troubadour's movement in which the poetry was expressed in the galego-portuguese language. The subject of this article will be to discuss the relations between Poetry and Power, examining the social tensions of the medieval Iberian society among these troubadours practice and poetry. After an initial discussion about the possibilities of understanding the relations of power in the medieval poetry, it is presented the circulation and dissemination of the troubadour's poetry in the ambient of the medieval Iberian courts. The principal objective of the text is to discuss the social and political relations involved in the troubadour's chants.

Keywords: Poetry and power, Medieval troubadours; social tensions.

Em um dos textos de *A Gaia Ciência*, o filósofo Friedrich Nietzsche (1981: 100) levanta a instigante hipótese de que a origem da poesia está diretamente ligada ao desejo de se exercer um poder – o que de resto, acrescentaria mais tarde Michel Foucault, é também a origem de qualquer forma de conhecimento (1974: 2). Foi porque pretendia exercer um poder sobre o outro, sobre os deuses ou sobre as forças da natureza, que o homem “fez penetrar o ritmo no discurso, esta força que reordena todos os átomos da frase, que compele a escolher as palavras e dá nova colocação ao pensamento”. A poesia é, pois, a mais encantadora das formas de dominação inventadas pelo homem.

Quer se concorde ou não com tal hipótese sobre a origem da poesia, o fato é que esta tem sido no decurso da história freqüentemente apropriada como instrumento de poder; em outros casos, como arena livre onde forças diversas se digladiam, onde são desencadeados tanto conflitos individuais internos ao homem como conflitos sociais que o

circundam. A poesia acolhe indistintamente os poderosos e os que a estes se opõem: a um poeta é por vezes dada a licença para dizer, sob o manto protetor do ritmo e das imagens poéticas, o que jamais poderia ser dito em prosa corrente. Ou, em outros casos, mesmo quando um poeta termina seus dias na masmorra, as suas canções conseguem circular livremente.

Com a ousadia de penetrar no misterioso reino das metáforas poéticas, poderíamos acrescentar que o ‘fio da voz’ é ainda mais cortante que o ‘fio da espada’. Enquanto esta corta a matéria, a poesia corta o simbólico, invade o imaginário e o submete ao poder daqueles que detém o verso. E a partir daí – porque não ir mais longe? – estabelece também o seu senhorio sobre a matéria.

A consciência de que poesia é poder pode ser por vezes surpreendida nos próprios textos poéticos, ou ainda nos que se propuseram, em todos os tempos, a tentar compreendê-los. Em 1290, o intelectual citadino Jean de Grouchy descrevia no seu *De Musica* os efeitos buscados por certas ‘canções de gesta’:

Este canto se destina a ser executado em presença de velhos, de obreiros, e do vulgo, quando eles repousam de seu trabalho cotidiano, a fim de que a audição das infelicidades experimentadas pelos outros os ajude a suportar as suas e de que cada um deles retome em seguida, mais alerta, sua tarefa profissional. Por isso, esse gênero de canto é útil à conservação do Estado. (ZUMTHOR, 1990: 156)

Nada mais explícito do que este texto medieval, denunciador da busca de poder que se infiltra na criação poética, da consciência de um público que se pretende submeter pelo ritmo, da medida que se tinha da poesia como um instrumento de controle social. Particularmente durante todo o período medieval, os exemplos se multiplicam. Não era à toa que, no século X, reis e chefes guerreiros islandeses mantinham em suas cortes círculos de poetas profissionais, os *escaldos*, para o seu próprio louvor e enaltecimento, e na verdade para a difusão de suas gestas em um círculo social mais amplo. Tampouco é de se estranhar que as invasões nórdicas contra o mundo românico tenham contado também com o seu acompanhamento poético-musical, os *eddas*¹, ou que, em estilo completamente diverso, a Igreja tenha buscado exercer o domínio sobre os seus devotos com a serenidade disciplinadora dos *cantos gregorianos*.

Mas foi entre os séculos XII e XIV que o Ocidente Europeu viu florescer um de seus mais ricos movimentos poético-musicais. Do Mediterrâneo ao Mar do Norte, a “gaia

¹ Poemas épicos sobre os feitos guerreiros dos deuses do paganismo germânico, como o *Völuspá*, o *Grimnismál* e o *Thrymskvida*.

ciência” dos trovadores foi o espaço espontâneo de expressão de uma sociedade que se via apertada pelos laços mais ou menos fortes do feudalismo, da realeza e da religião oficial. Nela encontrou voz não apenas a tradicional figura do trovador nobre, este misto de menestrel cavaleiro e espírito livre, como também toda uma dimensão popular da sociedade que, às vezes estilizada por esses mesmos trovadores nobres, era outras vezes trazida ao ambiente trovadoresco das cortes régias e senhoriais pelos jograis, trovadores populares a quem também era conferido o seu quinhão de licença poética. Por outro lado, no ambiente trovadoresco medieval também encontraram voz não apenas o cristianismo oficial, como também o paganismo e a heresia cátara – a seu tempo reprimidos – e a poesia insolente e anticlerical dos goliardos, clérigos errantes que enalteciam o vinho, o jogo e o amor, e que despejavam virulentas sátiras contra as autoridades eclesiásticas².

O trovadorismo de corte foi um dos subconjuntos deste movimento poético musical mais amplo – que incluía outros ambientes que iam desde a taberna até a praça pública. Algumas cortes régias e senhoriais se conservaram como redutos de uma poesia francamente aristocrática; outras se converteram em verdadeiros espaços de circularidade cultural e social. Tal foi o caso das cortes régias de Portugal e de Castela – estes dois pólos principais do trovadorismo galego-português dos séculos XIII e XIV.

Aqui, o ambiente trovadoresco se apresentou como uma grande arena aberta à expressão da pluralidade sócio-cultural, bem como das tensões sociais e individuais. Mesmo o jogral popular da mais humilde condição social era livre para rivalizar e afrontar poeticamente os trovadores-fidalgos. A poesia, como nunca, era empunhada por pequenos e grandes como se fosse uma espada; os combates se davam no ambiente trovadoresco do Paço e ali mesmo se resolviam, sob o olhar sábio de um rei que se colocava como protetor e promotor da cultura, como mediador da diversidade social, como monarca multi-representativo e capaz de penetrar em todas as ordens e circuitos culturais – do sagrado ao profano, do popular ao aristocrático, do rural ao urbano.

A pluralidade que atravessava a poesia trovadoresca galego-portuguesa adequava-se, portanto, às estratégias políticas e culturais inerentes aos precoces projetos de centralização monárquica da dinastia de Borgonha em Portugal, e de Afonso X em Castela

² A prática goliarda atravessa a Baixa Idade Média até o século XIII. Seus poemas acham-se registrados nos manuscritos *Carmina Burana* (século XIII) e *Carmina Cantabrigensia* (século XI). A partir do início do século XIII os goliardos são radicalmente condenados pela Igreja oficial (concílios de 1227 e 1239), declinando na Alemanha e na França. Significativamente, é este também o momento que sucede à repressão do catarismo occitânico pela Cruzada Albigense (1209-1213). Os dois fatos repercutiram no ocaso do trovadorismo provençal, favorecendo a migração de diversos poetas-cantores para as regiões itálicas e ibéricas.

– projetos centralizadores que tinham de enfrentar um projeto oposto de autonomia senhorial, que acabava por ter também seu espaço no *disputatio* poético do Paço.

Era uma pluralidade, de certo modo, relativa. Sobre a extensa distribuição do poder em redes que se expressava na voz concedida ao trovador-fidalgo a par dos representantes reais, mas também ao jogral assoldado, ao segrel independente, ao cavaleiro vilão abastado, havia limites que não podiam ser transgredidos. Tais limites eram determinados na confluência dos interesses palacianos com os interesses aristocráticos, como um “campo de força social” dentro do qual os representantes dos demais grupos sociais podiam circular livremente.

Em todo o caso, no cancionero satírico ibérico, sobretudo nas *tenções* e nas *cantigas de escárnio* e de *mal dizer*, a poesia aproxima-se daquele estado primordial que a fez filha de um desejo de afirmação do poder. Pretende-se convencer pelo ritmo, aprisionar a platéia em um “irresistível desejo de ceder, de fazer eco, não apenas os pés seguem a cadência do compasso, a alma também...” (NIETZSCHE, 1981: 98), e então já estão todos zombando em uníssono do alvo do escárnio, seja ele um humilde peão ou um fidalgo abastado: ei-lo enfim derrubado por uma espada feita só de ritmos e sonoridades, a cujos golpes não pode resistir nem a mais dura das armaduras medievais.

Ou então o escárnio contribui para “aliviar a alma de qualquer coisa excessiva, seja ela mania, pena, sede de vingança”. Tematicamente, ele não conhece limites: pode alvejar o rei, o papa, ou até mesmo Deus. “Eleva-se ao máximo a extravagância do seu delírio e de sua paixão, o furioso torna-se frenético, o sedento de vingança bêbado de sua necessidade” (NIETZSCHE, 1981: 99), e então, na concretude da vida diária tudo se torna suave; porque as tensões se resolveram no plano lírico, podem continuar implícitas no cotidiano sem afetar o equilíbrio de confrontos tão cuidadosamente cultivado pela sabedoria do rei.

Ou por fim as *tenções*, que permitem que um humilde jogral – que na vida corrente teria que se curvar ao nobre – agora o enfrente em pé de igualdade, combatendo-o com as únicas armas que não são negadas a ninguém. Um entoa um verso: atira-o, pedra, contra o ponto fraco do adversário; este se defende, contra-ataca com um novo verso que expõe publicamente as feridas do inimigo; a platéia assiste a esta sucessão de golpes e contragolpes, a esse “jogo partido” que por vezes termina com um vencedor e um vencido. Pode se dar então que o mais hábil no manejo dos ritmos e rimas seja este que no imaginário esquema da trifuncionalidade medieval ocupa a posição mais subalterna, o

cantinho mais insignificante da base do triângulo ... o jogral, que sem o verso não era coisa alguma, com o verso tornava-se quase um deus.

Antes de examinarmos como as relações medievais de hierarquia e poder atravessavam transversalmente a poesia e a prática poética dos trovadores galego-portugueses, abrindo espaço inclusive para os jograis de origem bastante humilde, será particularmente oportuno lançarmos um olhar sobre o ambiente externo a que se ligava esta poesia. O palco da poesia trovadoresca galego-portuguesa, e também o material humano do qual ela se nutre, é a princípio a própria sociedade medieval do ocidente ibérico – com toda a sua diversidade interna e riqueza de espetáculo.

Cenários os mais diversos percorrem a cítola trovadoresca: desde o ambiente rural – bem retratado por boa parte das cantigas de amigo³ ou mesmo escarnecido por algumas cantigas satíricas – ao ambiente urbano, tão multifacetado que comporta desdobramentos que vão da rua, do mercado, da taberna, das residências burguesas e aristocráticas, do pregão religioso, da universidade, até por fim o Paço – este centro de gravidade multipotente que pretende projetar sua luz não apenas para a sociedade que rege como também para outras.

Centro de gravidade cultural, o Paço irá certamente selecionar a poesia que circula em seu interior, mas não reprimir a que circula fora do âmbito palaciano. A praça pública ainda será um espaço da diversidade, que somente nos alvares do Renascimento começará a ser disciplinado, até ter sua pluralidade pretensamente contida pela estética unificadora das monarquias absolutistas⁴.

O mundo trovadoresco mais amplo – esse que não é apenas o dos trovadores da corte mas também o de todos os demais jograis e poetas-cantores – é portanto aquele em que toda a sociedade canta e é cantada: heróis e princesas, mas também meretrizes, ébrios, maridos traídos, impotentes, charlatões⁵ – todas as possibilidades individuais percorrem a

³ São numerosas as *cantigas de amigo* que evocam o ambiente rural. Apenas como demonstrativos, tomem-se as seguintes composições: CV 102-CB 519; CV 137-CB 534; CV 150-CB 547; CV 172-CB 569; CV 173-CB 570; CV 413-CB 827; CV 278-CB 676; CV 291-CB 689; CV 454-CB's 868, 69, 70; CV 462-CB 879; CV 554-CB 967; CV 689-CB 1098; CV's 790/797-CB's 1185/1192.

⁴ Em *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento* (São Paulo: Hucitec, 1993), Mikhail Bakhtin enfoca precisamente a gradual limitação de determinados extratos da cultura popular ao privado e a datas especiais (festas como o carnaval) — processo que se consolida até o final do Renascimento.

⁵ Meretrizes: CBN 481-CV 67, CBN 495-CV 78, CBN 1583-CV 1115, CBN 1588-CV 1120, CBN 1454-CV 1064, CBN 1545-CB 418, CBN 1546-CB 419, CBN 1547-CB 420, CBN 1594-CV 1126; Ébrios: CBN 1358-CV 966, CBN 1547-CB 420, CBN 1594-CV 1126; Maridos-traídos: CBN 1306-CV 911, CBN 1308-CV 913, CBN 1490-CV 1101, CBN 1491-CV 1102, CBN 1498-CV 1108; Impotentes: CBN 1300-CV 905, CBN 1604-CV 1136, CV 1017, CV 1019, CV 1030; Charlatões: CBN 482-CV 65, CBN 1584-CV 1116, CBN 1586-CV 1118, CV's 1006/7, CBN 1371, CV 979.

gama de cantigas trovadorescas; mas mais ainda: todos os segmentos sociais – assoldados, peões, cavaleiros vilãos, burgueses, infanções, ricos-homens – atravessados por nuances que vão da riqueza à penúria, todos os segmentos sociais são cantados e decantados uns pelos outros, o que ainda potencializa o número de combinações possíveis, já que o cavaleiro vilão visto por si mesmo não é aquele visto pelo jogral assoldado ou pelo infanção empobrecido, pelo rei ou pelo trovador da nobreza tradicional. Fora isso sagrado e profano, rural e urbano, e tantas outras dicotomias possíveis se combinam e se entrecruzam nesse mundo onde texto e cenário por vezes se confundem, por vezes se contradizem.

É essa imensa diversidade a que bate à porta do Paço para ser "filtrada", como se toda a múltipla poesia que emana da sociedade tivesse que passar pelos "porteiros-reais" antes de se apresentar no requintado palco dos saraus palacianos. É a poesia que passou por essa primeira filtragem, e depois por uma outra da qual mais adiante falaremos, aquela que chegou até nós sob a forma de um cancioneiro galego-português medieval.

A compreensão de que há uma filtragem é apenas o primeiro passo para que se faça a inevitável pergunta: "e quem filtra?". A resposta é indissociável da tentativa de se entender quais são as forças que atuam hegemonicamente no ambiente cultural palaciano.

A primeira dessas forças é obviamente o rei – entendido aqui não apenas como a figura individual do monarca, mas também o seu núcleo de privados, funcionários e, principalmente, a ideia de um projeto centralizador. A este projeto se associam alguns burgueses e nobres, às vezes de forma mais ou menos coerente e podendo até transitar entre aquele projeto e o seu rival, que pretende uma autonomia senhorial.

A segunda força dominante, ou melhor, um segundo conjunto de forças, é a nobreza. Com relação ao embate centralizador, parte da nobreza pode se associar a essa outra força que é o projeto de autonomia senhorial, mas parte dela – sobretudo a que precisa do rei para a sua ascensão social – pode participar do quadro favorável aos objetivos centralizadores. A nobreza, decomposta em nuances internas que correspondem às combinações possíveis entre suas subcategorias (ricos-homens, infanções, escudeiros) e suas circunstâncias econômicas, *status* linhagísticos e posicionamentos políticos – podia destarte produzir a pressão de um bloco no que se refere a certos interesses comuns, como a defesa de uma identidade perante outros grupos sociais; em certos momentos, diga-se de passagem, o rei deixava claro que em última instância também ele era um nobre, aliando-se a certas posições comuns como o desprezo a segmentos sociais inferiores.

Os diversos segmentos do povo também tinham uma participação consentida (ou conquistada?) no ambiente trovadoresco da corte régia. São eles que trazem, de maneira mais decisiva, aquela diversidade externa para o ambiente da corte. Essa pluralidade social tinha seus porta-vozes nos jograis e segréis de diversas categorias, e foi também assimilada pela poesia do rei e dos nobres. Eis aí, de forma bastante simplificada, o complexo quadro de forças que opunha uma "filtragem" ao material trovadoresco mais amplo, e que selecionava o que iria circular ou seria produzido no ambiente trovadoresco régio. Do ponto de vista dos representantes humanos desta complexa rede de forças sociais, o meio trovadoresco ocidental-ibérico desdobra-se em uma diversidade de poetas-cantores dos quais 153 foram registrados na documentação lírica. Autores das 1679 cantigas anotadas nos cancioneiros, eles pertencem a todas as categorias sociais e participam de formas diversas e com frequências diferenciadas dos espetáculos palacianos. Movimentam, por assim dizer, o intrincado jogo de forças sociais das quais se tornam representantes.

Fundamental compreender, agora, o próprio suporte material sobre o qual este conjunto de forças se articulava. No âmbito das cortes régias itinerantes do período medieval, os paços ibéricos eram verdadeiros "centros moventes". Ao residir alternadamente em várias partes do seu "senhorio régio", o rei refazia incessantemente a geografia do reino, tornando-se o centro de uma espacialidade que se movia sobre si mesma⁶. Como desdobramento, o Paço jamais era associado a um edifício fixo. Tal noção é imprescindível para compreender que, se o Paço tinha uma materialidade própria e gerava uma espacialidade interna específica, tratava-se contudo de uma materialidade móvel. É sobre esta materialidade mutável e itinerante que se estabelecia o jogo de forças que punha em movimento o paço trovadoresco.

Quanto ao cotidiano sobre o qual se desenvolvia a atividade trovadoresca cortesã, não podemos levantar senão algumas suposições. A única documentação que nos acessa os saraus palacianos, os momentos de reuniões trovadorescas e de espetáculos líricos, é o conjunto de iluminuras que acompanham alguns dos cancioneiros escritos. Em cores muito vivas, tais fontes iconográficas não deixam dúvidas sobre a prática de saraus palacianos, fornecendo dados visuais sobre os atores, o espetáculo e o público.

Além disto, deduz-se que os momentos trovadorescos davam-se com alguma periodicidade pelo número significativo de cantigas registradas nas páginas do cancioneiro.

⁶ Em Portugal, há certos locais privilegiados para esta movência da corte régia. Os grandes centros urbanos – Lisboa, Coimbra, Santarém, Évora – são bastante recorrentes.

Ou ainda, no caso das cantigas satíricas, pelas cadeias de relações estabelecidas entre umas composições e outras. Era comum um trovador referir-se à cantiga de outro, apresentada em oportunidade anterior, estabelecendo-se uma constelação de cantigas interrelacionadas. Ora, tal articulação pressupõe uma regularidade de momentos trovadorescos. Possivelmente havia saraus periódicos, e também festas trovadorescas especiais, todos momentos exemplares para os poetas-cantores exibirem seus talentos e concorrerem por sinais de prestígio social.

Também se deve notar que a produção trovadoresca apresentava duas faces: a das “cortes de amor” e a das “cortes satíricas”. As primeiras eram regradas por um ambiente mais polido, bem ao estilo provençal, concomitantemente freqüentado pelas altas damas a quem os trovadores dedicavam as suas cantigas de amor; também ali eram apresentadas *tenções* de temática amatória e cantigas de amigo de natureza diversa. Mas, sem a presença das mulheres de sociedade, deviam ser realizados saraus exclusivamente dedicados a uma maior liberalidade, com cantigas eróticas e satíricas, estabelecendo-se ademais uma verdadeira *disputatio* lírica entre os vários poetas. A esta configuração específica do paço trovadoresco, chamaremos de “arena dos trovadores” no seu sentido mais estrito. Sendo reuniões menos convencionais de trovadores, isto é, mais liberadas de censuras e regras de cortesia, deviam contar ainda com a participação de soldadeiras e jogralesas, amplamente mencionadas no cancionero erótico e evidenciando uma relação íntima com os trovadores de todas as categorias sociais, inclusive o rei. As “cortes satíricas” eram momentos exemplares para a expressão da pluralidade sociocultural ibérica. Mais ainda que nas “cortes de amor”, por meio delas a sociedade exterior invadia o Paço — agora não apenas pelos poetas-cantores não-aristocratas que assimilavam a cultura cortesã, como também por suas múltiplas tradições populares, práticas concretas e imaginárias, que se impunham à corte como um complexo cultural alternativo.

Completamos, assim, o quadro de fatores que produz esse “campo de articulações” que é o paço trovadoresco. Uma combinação de forças sociais e interesses interpalacianos, que prontamente interage com a sociedade externa impondo-lhe uma primeira filtragem; isto refratado por uma materialidade específica que é a das cortes itinerantes ibéricas, para, finalmente, articular-se a “micro-sociedade” que tem também as suas regras e liberdades próprias nas “cortes de amor” e nas “cortes satíricas”. Destarte, esses elementos combinados não atuam como uma “determinação”; mas, antes, “como o conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática: trata-se menos de limites colocados à

iniciativa dos indivíduos do que o campo em que ela se articula” (FOUCAULT, 1974: 272).

Neste momento, podemos passar a examinar as tensões sociais presentes nas sociedades ibéricas do século XIII que se explicitam através de sua poesia. Estas tensões foram examinadas detalhadamente em trabalho anterior (BARROS, 1995). Neste artigo, nosso intuito será apenas o de exemplificar algumas destas tensões através da análise de algumas cantigas escolhidas. Interessa-nos, particularmente, chegar até a participação do jogral – mostrar como este jogral que era visto pela nobreza como oriundo de um extrato social inferior era aceito, não obstante, no palco trovadoresco.

Tal como se disse, eram comuns, nestas “arenas trovadorescas” ibéricas, cantigas de escárnio e de mal dizer que podiam ter como alvo até mesmo o rei, o que demonstra a relativa liberalidade dos paços trovadorescos. Este é o caso da cantiga abaixo, movida pelo fidalgo Gil Peres Conde contra o rei Afonso X de Castela, que também era, aliás, um dos mais hábeis trovadores:

“Os vossos meus maravedis, senhor,
que eu non ôuvi, que servi melhor
ou tan ben come outr'a que os dan,
ei-os d'aver enquant'eu vivo for,
ou a mia mort', ou quando mi os daran?

A vossa mia soldada, senhor Rei,
que eu servi e serv'e servirei,
com'outro quen quer a que dan ben,
ei-a d'aver enquant' a viver ei,
ou a mia mort', ou que mi faran en?

Os vossos meus dinheiros, senhor, non
pud'eu aver, pero servidos son,
Come outros, que os an de servir,
ei-os d'aver mentr'eu viver, ou pon-
mi-os a mia mort' o a que os vou pedir?
Ca passou temp' e trastempados son,
ouve an'e dia e quero-m' en partir.”

(Gil Pérez Conde, CBN 1523)

A cantiga acima é uma das mais engenhosas do cancioneiro escarninho. O fidalgo português Gil Peres Conde, que servira o rei de Castela na guerra da Andaluzia, queixa-se das dificuldades em obter as soldadas correspondentes aos serviços prestados. Em outras palavras, acusa o rei de “mau pagador” – o que neste caso significa acusá-lo de mau cumpridor das obrigações geradas pelos vínculos de vassalagem.

Os artifícios poéticos encontrados pelo nobre são engenhosos e bem humorados. Joga com o duplo uso de pronomes possessivos, "vossos" e "meus", referindo-se aos *maravedis* que estavam de posse do rei mas que por direito deveriam ser seus. "Os vossos meus *maravedis*", "A vossa mia soldada", "Os vossos meus dinheiros" – o trovador pergunta se os receberá durante a vida ou somente à hora da morte.

O "duplo possessivo" aqui empregado, com originalidade absoluta, é um exemplo notável daquela capacidade de trazer o confronto para dentro de uma única expressão. Tornada ambígua, e provavelmente acompanhada de uma entonação irônica no plano da oralidade, a palavra poética expressa aqui o entrechoque de dois interesses. O do monarca, que naqueles tempos perturbados e de dificuldades econômicas acabava por vezes atrasando as *soldadas*, e o do vassalo, exigindo o pagamento imediato, já veremos que por considerá-lo uma obrigação suserana.

Brigam os dois possessivos, "meus" e "vossos", disputando o espaço com que se colam ao substantivo que para o fidalgo representa um "direito", mas para o monarca se insinua como uma "obrigação". O entrechoque poético e inusitado entre os dois possessivos é desta forma o entrechoque entre um direito e uma obrigação, entre o vassalo e o suserano, entre uma necessidade e outra. Quantas disputas secretas não se insinuem neste torneio imaginário que se celebra no interior de uma única palavra poética!

Além de uma queixa contra a dívida não paga, deve-se buscar nesta cantiga o texto sob o texto: ela invoca indiretamente o próprio conjunto de instituições feudo-vassálicas, e coloca o monarca na posição de um senhor que se beneficiou dos serviços do vassalo mas recusa-se a cumprir suas obrigações de suserano. Competem, desta forma, o modelo do "bom vassalo" e o contramodelo do "mau suserano".

Vejamos agora que por trás destes combates se dá um outro. É o próprio "embate centralizador" que produz sua centelha a partir do entrechoque destas muitas espadas. O "rei centralizador" é muitas vezes um "mau suserano". Nos tempos mais difíceis, a sua necessidade o leva a unilateralizar uma obrigação que, no ponto de vista estritamente "feudal", deveria carregar a inseparável sombra da reciprocidade. Vista pelo circuito dos ideais vassálico-cavaleirescos, a expressão "senhor" repetida em cada uma das três estrofes (por exemplo, "senhor rei") assume desta forma um sentido a mais além do vocativo respeitoso, remetendo às obrigações de senhor (suserano) que o rei teria descumprido.

Por tudo se vê que, dentro de um contexto em que vem se dando no plano político um embate entre o projeto régio centralizador e uma "contratendência feudalizante" de

parte da nobreza do reino, a cantiga aqui discutida compõe com outras cantigas análogas do mesmo trovador uma defesa dos direitos senhoriais. Trata-se de um exemplo particularmente interessante de como as tensões de ordem política podiam se projetar nos ambientes trovadorescos.

Da mesma forma que ocorria para o caso das cantigas de escárnio, os conflitos de toda ordem também se projetavam em outro conhecido gênero poético do cancioneiro satírico da medievalidade ibérica. Veremos a seguir que as *tenções* punham freqüentemente em confronto poetas-cantores pertencentes a distintas categorias sociais. Este gênero era já conhecido nas cortes provençais e na *minnesang*. A forma era constituída de uma alternância de estrofes, onde um trovador respondia ao outro à maneira de um desafio. O dado fundamental é que, nas cortes feudais européias, mesmo que estes *disputatios* líricos envolvessem trovadores aristocratas e menestréis de categoria social inferior, o tema central da *tenso* jamais envolvia uma questão de fundo social. Discutia-se em torno da “amatória” (questões relativas ao amor cortês), ou então sobre “estilística”.

Ao contrário, na “*tenção*” ibérica”, era muito comum dois tipos sociais antagônicos, o jogral assoldado e o trovador fidalgo, duelarem liricamente com conotações sociais:

— Juião, quero tigo fazer,
se tu quiseres, ua entençon:
e querrei-te, na primeira razon,
ua punhada mui grande poer
eno rostro, e chamar-te rapaz
mui mao; e creio que assi faz
boa entençon quena quer fazer.

— Meen Rodriguez, mui sen meu prazer
a farei vosc', assi Deus me perdon:
ca vos averei de chamar cochon,
pois que eu a punhada receber;
des i trobar-vos-ei mui mal assaz,
e atal entençon, se a vós praz,
a farei vosco mui sen meu prazer.

— Juião, pois tigo começar
fui, direi-t' ora o que farei:
ua punhada grande te darei,
des i querrei-te muitos couces dar
na garganta, por te ferir peor,
que nunca vilão aja sabor
doutra tençon comego começar.

— Meen Rodriguez, querrei-m' en parar,
se Deus me valha, como vos direi:
coteife nojoso vos chamarei,
pois que eu a punhada recadar;
des i direi, pois so os couces for:
'Le[i]xade-m' ora, por Nostro Senhor',

ca assi se sol meu padr' a en parar.

— Juião, pois que t' eu [for] filhar
pelos cabelos e que t' arrastar,
que dos couces te pès eu creerei.

— Meen Rodríguez, se m' eu estropiar,
ou se me fano, ou se m' entortar,
ai, trobador, já vos non travarei

(Meen Rodríguez Tenoiro e Juião Bolseiro; CBN 403)

A estrutura de *tenção* é típica: através dela, os dois trovadores se ocupam de depreciar um ao outro em estrofes alternadas. Neste sentido, ao invés da *tenção* girar em torno de uma questão genérica, o que se vê é uma sucessão de ataques pessoais que oculta um verdadeiro conflito de categorias sociais.

Mem Rodrigues Tenório pertencia a uma das mais ilustres famílias galegas e à melhor nobreza da Península. Quanto a Juião Bolseiro, era um jogral que também atuava com sua margem de atrevimento, embora muito menos que Lourenço, mas que aqui aparece curiosamente comedido diante das ameaças de Tenório.

Estamos aqui diante de uma *tenção* proposta em termos de rara agressividade. Quase que toma a forma lírica de uma "briga de rua", não fosse que, à total agressividade de Tenório, Juião Bolseiro replica com certo comedimento. Enquanto o fidalgo principia por dizer que sua primeira razão é um murro no rosto (v. 4/ 5), Juião no máximo o responde com alguns insultos ("*cochon*", por exemplo, que é uma expressão pejorativa normalmente dirigida por aristocratas a vilãos). Talvez que, sem querer partir para o que poderia descambar para um confronto físico, ou então extrapolar a tensão trovadoresca apresentada liricamente, o jogral tenta responder com mais dignidade e astúcia poética. Apropria-se então das próprias palavras injuriosas que os nobres costumavam dirigir aos vilãos e procura voltá-las contra o fidalgo agressor, talvez a insinuar algo sobre quem se comporta como um verdadeiro "cochão" (v. 10), ou ainda um "*coteife* nojoso" (v. 24).

Tenório, por sua vez, continua ao longo de todas as estrofes a desfechar suas ameaças físicas, como por exemplo na terceira estrofe, onde afirma que "irá lhe dar muitos coices na garganta, para feri-lo tanto que desde então nenhum vilão mais se atreverá a *entençoar* com ele" (v. 18/21). É a demarcação social levada a seu extremo, com rara agressividade em uma *tenção* trovadoresca neste meio em que tudo parece se resolver liricamente.

Significativo nos parece o contraste entre a agressividade do nobre e o comedimento do jogral, pois nos mostra que os limites de um não são iguais aos limites do

outro. Em todo o caso, o exemplo acima fica apenas como um registro extremo desta oposição entre dois representantes de segmentos sociais que se antagonizam através da sátira trovadoresca. Oposição que, na maior parte das vezes, se concentra na disputa estritamente lírica, na desmoralização pelo riso, no rebaixamento pela palavra. O “combate corpo a corpo” assume em quase todos estes casos a forma de um “combate verso a verso”, e se volta fundamentalmente para o campo da “violência simbólica”.

Embora a *tenção* acima discutida tenha trazido à tona o limite entre dois grupos sociais bem definidos, por outro lado, eram igualmente comuns as *tenções* nas quais rivalizavam sem maiores entraves um poeta-cantor fidalgo e um jogral de menor categoria, mostrando que por vezes na “arena trovadoresca” mostravam-se como que suspensas as regras que fora regiam as relações sociais. Assim principia uma *tenção* (CV 1010) entre o jogral Lourenço, de nível social equivalente ao “peão”, e o fidalgo João Peres de Aboin:

— Lourenço, soias tu guarecer
como podias, per teu citolon,
ou ben ou mal, non ti digu' eu de non,
e vejo-te de trobar trameter;
e quero-t' eu desto desenganar:
ben tanto sabes tu que é trobar
ben quanto sab' o asno de leer

À insinuação de que “sabe tanto de trovar quanto um asno de ler”, Lourenço replica assumindo a posição de um “*bellator* lírico”. Lembra a seu contendor que já venceu em *tenções* como aquela vários outros trovadores-fidalgos, que partiram da mesma insinuação. Agora, pretende derrubar o famoso mordomo de Dom Afonso III:

— Joan d' Avoín, já me cometer
veeron muitos por esta razon
que mi dizian, se Deus mi perdon,
que non sabia n trobar entender;
e veeron poren comigu' entençar,
e figi-os eu vençudos ficar,
e cuido-vos deste preito vencer

A *tenção* assume aqui toda a sua forma de duelo, de combate lírico onde um trovador assume-se como oponente do outro. O verso seguinte é tipicamente demarcatório. Aboin reafirma seu propósito de “desenganar” ao jogral Lourenço quanto a seu propósito de seguir sendo trovador:

— Lourenço, serias mui sabedor,
se me vencesse de trobar nen d' al,

ca ben sei eu quen troba ben ou mal,
que non sabe mais nen um trobador;
e por aquesto te desenganei;
e vês, Lourenço, onde cho direi:
quita-te sempre do que teu non for.

Demarcação por uma dupla via. Por um lado, enaltece a si mesmo e à sua condição de trovador. Só ele, como trovador (isto é, trovador-fidalgo) seria ali capaz de prejudicar quem trova bem ou quem trova mal. E mais, de outro lado a interdição explícita: o espaço composicional-trovadoresco é naturalmente estranho a um jogral de condição inferior ("quita-te sempre do que teu non for"). Depois do que, Lourenço encerra sua participação afirmando que, de forma nenhuma, abandonará o trovar. Primeiro porque tem plena consciência de seus méritos. Depois, porque encontra na sua atividade uma grande fonte de prazer e satisfação:

– Joan d' Avoin, por Nostro Senhor,
por que leixarei eu trobar atal
que mui ben faç' e que muito mi val?
Des i ar agradece-mi o mia senhor,
por que o faç'; e, pois eu tod' est' ei,
o trobar nunca [o] leixarei,
poi-lo ben faç' e ei [i] gran sabor

“Tirar do trovar um grande sabor” – é um derradeiro imiscuir-se na esfera de atitudes da nobreza para com a trova. O jogral declara que, da mesma forma que muitos fidalgos trovam por um prazer do espírito, o trovar é para ele muito mais do que uma profissão. Rejeição, portanto, daquela habitual demarcação dos trovadores-fidalgos segundo a qual a poesia deve ser para o jogral apenas uma profissão, um meio de subsistência, se possível na função de mero acompanhante dos trovadores nobres. O ambiente trovadoresco, enfim, mostra-se aqui constituir a mesma arena que, rigorosamente, dava-se no interior da própria palavra “trovador”.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. (Volochínov, V. N.) **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1993.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

BARROS, José D'Assunção. **A Arena dos Trovadores**. Rio de Janeiro: 1995.

_____. **O Amor Cortês** – quatro ensaios historiográficos sobre os trovadores medievais. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

BOURDIEU, P. em **O Poder Simbólico**, Lisboa: Difel, 1989.

Cancioneiro da Ajuda. ed. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Halle: 1904. 2 v.

Cancioneiro da Biblioteca Nacional (org.) Elza Paxeco Machado e José Pedro Machado. Lisboa: Ocidente, 1949-1964.

Cancioneiro Portuguez da Vaticana. Edição de Teófilo Braga. Lisboa: 1878.

Carmina Burana. São Paulo: Ars Poética, 1984.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas** (Rio de Janeiro: PUC, 1974.

HAROCHE, C., HENRY, P. e PÊCHEUX, M. “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours”. **Langages** 24, dezembro de 1971.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NIETZSCHE, F. **A Gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

SCHULTE, A. "Standesverhaeltnisse der Minnesinger". In: *Zeitschrift für deutsches Altertum und deutsche Literatur*, 1895, p.185/251.

SPITZER Leo “Perspectivism in Don Quixote” In **Linguistics and Literary History**, New York: Russel and Russel, 1948.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

José D'Assunção Barros é doutor e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1999-1994), graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e graduado em Música (Composição Musical) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Na área de História, tem atuado principalmente com as temáticas: Historiografia, Teoria da História, Metodologia da História, História Cultural, História da Arte, Cinema-História. Na área de Música, tem desenvolvido trabalhos na área de Musicologia Histórica, Análise Musical e História da Música. (jose.assun@globo.com)

Romance histórico e pós-modernidade

Altamir Botoso (UNIMAR)

Resumo: No artigo, buscamos caracterizar e diferenciar o romance histórico tradicional do romance histórico contemporâneo. Além disso, enfatizamos que o romance histórico contemporâneo incorpora as inovações e ousadias próprias da pós-modernidade.

Palavras-chave: Romance histórico; pós-modernismo; metaficção historiográfica; intertextualidade.

Abstract: *In this article, we seek for distinguishing traditional historical novel from contemporary historical novel. Besides that, we emphasize that contemporary historical novel incorporates the own innovations and darings from postmodernity.*

Keywords: *Historical novel; postmodernism; historical metafiction; intertextuality.*

A história e a literatura são discursos que sempre estiveram muito próximos. A utilização de personagens e fatos históricos pela literatura não é recente e, para isso, basta citar o poema épico *Cantar de Mio Cid*, por exemplo, na literatura espanhola, no qual são tratadas as aventuras de Rodrigo Díaz de Vivar, um personagem histórico. Essa proximidade manteve-se desde as origens da literatura ocidental até a atualidade e se fortaleceu ainda mais com o surgimento dos romances históricos de extração realista no século XIX, obras que se baseiam exaustivamente em dados da história para compor suas tramas e enredos.

Tanto a ficção quanto a história dividem uma mesma zona de produção — são discursos — construções humanas, conforme ressalta Djelal Kadir:

a literatura tem suas origens na linguagem e nas possibilidades da linguagem, [...]. A história e o histórico originam-se nos fatos – fatos que dependem da linguagem e das possibilidades da linguagem para sua concreção. Nessa medida o fato histórico é poética discursiva, isto é, tropos. Para nossa civilização e sua inexorável dependência da palavra escrita, literatura e história se conjugam e se congregam no âmbito da escritura. (KADIR, 1984, p. 297, tradução nossa).

A literatura de ficção e a história, portanto, têm origem na linguagem, são sistemas de signos que, ordenados intrinsecamente, tornam-se escrituras específicas, que “redescobrem” e “reinventam” os acontecimentos e aqueles que os executaram ou os

propiciaram. Ambas apresentam mais pontos de contato do que diferenças. Ainda segundo Kadir (1984, p.298, tradução nossa):

[...] como processo e gêneros discursivos, a história e o romance compartilham a linguagem. O romancear e o historiar são equivalências do tramar, isto é, de decisão poética. Na consumação de sua forma e geometria, então, romance e história são artefatos que se completam, cada um em si e entre si reciprocamente: o romance valendo-se do fato histórico, a história da “tramatização” lingüística. No processo, romance e história se irmanam inextricavelmente, com ambivalência, afastamento e desconfianças mútuas. A história e o romance, por sua recíproca competência e suspeita, pertencem a distintos contornos do complexo cultural, cada um reclamando para si a legitimidade a seu próprio processo de tramatização (poetização)

A ficção transpõe, recria e reinventa fatos e personalidades históricos, dando-lhes novas interpretações no universo romanesco. Assim, a história, por ser discurso tanto quanto a ficção, pode ser matéria poética desta última pelo recurso da intertextualidade paródica, como se observa em diversos romances históricos do século XX. Elas se unificam pela trama, pois ambas necessitam de um autor que lhes interprete e lhes dê sentido. É evidente que as duas formas narrativas aqui tratadas possuem as suas especificidades, mas elas se juntam e se conciliam para produzir interpretações, questionamentos, revisões e resgate dos personagens e fatos históricos, propiciando discussões e debates; enfim, reavaliando o passado à luz de novas possibilidades narrativas.

Além disso, história e ficção, de acordo com o crítico Benedito Nunes (1988, pp. 11-12), entrosam-se por serem formas de linguagem, como já comentamos, e também por serem sintéticas e recapitulativas e terem por objeto a atividade humana. Ambas são elaboradas a partir das experiências, dos acontecimentos e das vivências e entrelaçam “os seus diferentes ramos na medida da temporalidade que elaboram” (NUNES, 1988, p. 12). História e ficção, portanto, irmanam-se na medida em que tratam de eventos e ações que transcorrem no tempo.

Pode-se objetar que a história apóia-se em fontes documentais, com existência real, para recriar o passado, e que a ficção é fingimento, é ilusão; enfim, processo de invenção. Os documentos nos quais se baseiam os historiadores constituiriam uma linha divisória, uma separação entre o ficcional e o histórico. Entretanto, essa separação “entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, anula-se pela natureza desse passado reconstruído” pelo discurso histórico, já que se trata da “reconstrução de uma realidade que não mais existe, que já deixou de ser” (NUNES, 1988, p. 32). Dessa forma, tanto a “realidade histórica” quanto a ficção guardam uma semelhança ímpar: são criações/recriações humanas,

subordinadas à subjetividade de um autor, que as transforma em discurso. Na ficção, “os acontecimentos inventados, formando um mundo fictício, escapam a qualquer espécie de confirmação empírica” e, na história, “os dados empíricos (documentos), signos de um mundo que foi real, remetem a acontecimentos passados, conhecidos por inferência, e que só se confirmam, fora de toda comprovação empírica, pela reconstrução desse mesmo mundo” (NUNES, 1988, p. 12). A ficção está liberada da comprovação da verdade factual à qual a história está sujeita.

Em última instância, o que se tem, no campo da história, são interpretações plausíveis, mas comprovadas pela metodologia das ciências humanas, que um historiador pode oferecer sobre o passado. Assim, as atividades do historiador e do ficcionista aproximam-se, uma vez que os dois oferecem, aos seus leitores, versões e variações sobre aspectos de uma dada realidade.

O discurso dos historiadores, segundo o ponto de vista do escritor argentino Tomás Eloy Martínez (1997, p. 74), “pode ressuscitar os sentimentos, o tempo passado, os acasos que enlaçam um fato a outro, mas não pode ressuscitar a realidade”. Por isso, o historiador só pode tentar reconstruí-la. Na ficção, ela “nasce de outro modo, tranfigura-se, reinventa-se a si mesma”.

Aceitando-se a premissa de que “não pode ser contada” e “nem repetida”, “a única coisa que se pode fazer com a realidade é inventá-la de novo” (MARTÍNEZ, 1997, p. 74). O historiador, tanto quanto o ficcionista, passa a ser um fabulador, um inventor de realidades, ainda que só possa trabalhar dentro de certos limites bem definidos.

História e ficção possuem diversos pontos de contato, como já dissemos anteriormente, e um dos cruzamentos dessas duas modalidades narrativas ocorre com o subgênero que os críticos denominaram romance histórico, que mescla fatos e personagens históricos e elementos ficcionais.

É importante enfatizar que a literatura de ficção e a história são realizações de um autor que, por meio da palavra, constrói seus significados e que ambas estão aptas a oferecer versões/interpretações dos fatos, acontecimentos e personagens históricos. Em síntese, ficção e história mantêm uma relação solidária e complementar, como afirma Milton (1992), o que acarretou a origem de um dos subgêneros mais fecundos da literatura atual, o romance histórico.

O romance histórico foi estudado amplamente pelo crítico Georg Lukács (1977). Essa modalidade narrativa popularizou-se a partir do século XIX, com os livros do

ficcionista escocês Walter Scott (1771-1832). Suas obras lançam os fundamentos do chamado romance histórico tradicional, cujos traços definidores elencamos a seguir.

As características mais evidentes desse tipo de romance, de acordo com Carlos Mata Induráin (1995, p. 16-20), são as seguintes: 1. situam a ação (fictícia, inventada) em um passado (real, histórico) mais ou menos longínquo; 2. devem reconstruir a época em que se situa a ação; 3. é um gênero híbrido, mistura de invenção e discurso historiográfico. Assim, ficção e história se entrecruzam na junção de elementos históricos (fatos, acontecimentos, experiências) com elementos inventados pelo romancista (ficcional) e isso pode ser facilmente comprovado pelo tema ou argumento utilizado pelo ficcionista.

Segundo o crítico venezuelano Alexis Márquez-Rodríguez (1991, p. 24), estudioso da questão, o romance histórico supõe duas condições básicas: 1. que seja romance, isto é, ficção, invenção do romancista; 2. que se fundamente em feitos históricos e, portanto, não fictícios, não inventados. As condições para a existência do romance histórico incidem sobre o binômio feitos históricos e invenção. É pela união desses dois componentes que a ficção histórica se concretiza.

Quando se discute o romance histórico tradicional, de acordo com Georg Lukács (1977), o modelo que nos vem à mente é o do romance scottiano. O esquema tradicional que se encontra em qualquer um dos romances de Scott é formado por quatro tópicos definidores, de acordo com Márquez Rodríguez (1991, p. 21-22):

1. Uma espécie de pano de fundo, de caráter histórico rigoroso, construído com base em episódios certamente ocorridos num passado distante do presente do romancista. Nesses episódios, surgem personagens históricos muito conhecidos e que atuam conforme seu tempo, seus traços psicológicos e em episódios reais de suas vidas.
2. Sobre esse pano de fundo, o romancista situa o enredo fictício, com personagens também fictícios, mas que se encaixam perfeitamente dentro do contexto histórico proposto.
3. Dentro do enredo fictício, geralmente os romances de Scott apresentam um episódio amoroso que pode ter um desenlace feliz ou trágico.
4. O enredo fictício ocupa o primeiro plano da narração e o contexto histórico é apenas pano de fundo. Da relação entre personagens históricos (secundários) e

fictícios (protagonistas) resultam as questões básicas da trama, suas sequências e conflitos, até culminar com a solução ou desenlace.

Como se observa, no romance scottiano, a ação transcorre no passado, o ambiente histórico é rigorosamente construído e figuras históricas reais são personagens secundários que ajudam a fixar a época, agindo de acordo com a mentalidade de seu tempo. Sobre o pano de fundo histórico é colocada a trama fictícia com personagens e fatos inventados pelo autor. É importante destacar que, nos romances de Scott, os personagens históricos nunca são os protagonistas.

A partir do modelo scottiano, o romance histórico evoluiu largamente, passou por inúmeras transformações e, com variações nas técnicas narrativas levantadas por Seymour Menton (1993) tais como o emprego da intertextualidade, da carnavalização, da metaficção, da distorção da história e da caracterização dos personagens, continua sendo cultivado até a atualidade, com grande êxito. A ficção histórica atual mantém uma estreita relação com a história, cujo material é sempre seu ponto de partida, mas, opõe-se ao esquema composicional de Scott, subvertendo-o quase que completamente.

Pode-se dizer que o romance histórico apresenta duas fases bastante distintas: a primeira é a do romance histórico tradicional scottiano e a segunda abrange o que se convencionou denominar “novo romance histórico” (que preferimos chamar de romance histórico latino-americano contemporâneo), que se inicia por volta de 1949 e chega até nossos dias.

As possíveis causas de sua proliferação, na última década do século XX, são a comemoração dos 500 anos da descoberta da América e também uma necessidade cada vez mais crescente, por parte dos romancistas, de revisão da história institucional. Dessa forma, as obras ficcionais fornecem versões da história, pautando-se por interpretações históricas que são recriadas e, em geral, subvertidas pela utilização do recurso paródico.

A nova narrativa latino-americana, da qual o romance histórico é parte essencial, caracteriza-se pela retomada de fatos e acontecimentos históricos que os autores dissimulam, distorcem, segundo o que propõe Manuel Duran (1984, p. 291, tradução nossa), nos seguintes termos:

A narrativa hispano-americana de nosso tempo tenderá — de forma deliberada e consciente — em direção a uma mistura [...] “poesia e verdade”, como dizia Goethe. [...] o que faz é oferecer a seus leitores uma combinação que requer uma arte refinada e discreta, o tipo de arte que borra seus vestígios, dissimula seus procedimentos e se torna invisível, uma combinação em que a

literatura, isto é, a fantasia, mistura-se e se confunde com a lenda histórica corroborada pelo documento e o relato verídico, [...].

Enfim, a mescla de fatos históricos e de ficção é uma das vertentes mais fecundas do romance latino-americano contemporâneo. A diferença do romance histórico tradicional em relação ao romance histórico atual é que o primeiro valia-se de elementos históricos e personagens, sem alterá-los. Em contrapartida, o romance histórico do século XX em diante tem como uma das principais características a retomada paródica da história e a sua distorção ou reinvenção, pois, quando um autor emprega a história como enredo de uma obra literária, nas obras contemporâneas, procura quase sempre diluir as fronteiras entre ficção e história.

A ficção histórica revisita a história, investiga seus silêncios e suas lacunas, é uma forma privilegiada de recriação dos signos presentes e latentes na história, segundo Heloisa Costa Milton (1994, p. 233), e que está apta a fornecer novas e inusitadas versões do passado. Tal ficção, como acertadamente pondera Fernando Aínsa (1991, p. 82, tradução nossa), propõe-se a fazer uma releitura da história

especialmente crônicas e relações, exercitando-se em modalidades anacrônicas da escritura, no “pastiche”, a paródia e o grotesco, com a finalidade de “desconstruir” a história oficial. Do mesmo modo, recorreu com renovado interesse crítico a história colonial, o período da ilustração e a independência e, posteriormente, o século XIX até o ingresso na modernidade. O resultado traduziu-se numa proliferação de romances históricos [...] um gênero que havia caído em desuso e cujas exceções — vários romances de Arturo Uslar Pietri (*Las lanzas coloradas*, *El camino del Dorado*, *La isla de Robinson*), *Yo, el supremo* de Augusto Roa Bastos e, sobretudo, a obra de Alejo Carpentier — não permitiriam falar, como é possível agora, de uma corrente dinâmica de romance histórico, de uma autêntica e vigorosa tendência da ficção latino-americana que marca o decênio dos anos oitenta e que, ao que tudo indica, seguirá dominando nos próximos anos.

Segundo esse ponto de vista, a ficção histórica contemporânea procura reler a história, valendo-se da paródia, do pastiche e do grotesco com a intenção de desconstruir e reavaliar a história oficial. Esse tipo de ficção partiu das crônicas até chegar à modernidade e à pós-modernidade, empregou grandes temas e personagens históricos desses períodos como material para a construção de suas narrativas, sendo que tais procedimentos acarretaram uma profusão e uma variedade enorme de romances históricos que começam a surgir, segundo Menton (1993), no final da década de 40 do século XX, prosseguem nas décadas seguintes, alcançam seu auge nas décadas de 70 e 80 e chegam até nossos dias.

O uso paródico da narrativa histórica é apontado por Fernando Aínsa (1991, p. 85, tradução nossa) como o traço mais relevante deste tipo de ficção:

A escritura paródica nos dá, talvez, a chave na qual se pode sintetizar a nova narrativa histórica. A historiografia, ao ceder ao olhar demolidor da paródia ficcional, à distância crítica da descrença romanesca que transpareça o humor, quando não o grotesco, permite recuperar a esquecida condição humana. Graças à ironia, a “irrealidade” dos homens convertidos em símbolos nos manuais de história recobram sua realidade autêntica. A desconstrução paródica reumaniza personagens históricos transformados em “homens de mármore”.

Esse emprego da paródia possibilita ao romance histórico a humanização de personalidades históricas que migram dos manuais de história para a narrativa ficcional. Dessa forma, o discurso paródico quebra o “mármore” que envolve tais personagens, dota-os de humanidade, expõe suas fraquezas, defeitos e também qualidades. Enfim, a tarefa da ficção histórica hispano-americana produzida a partir das últimas décadas do século XX é buscar “entre as ruínas de uma história desmantelada ao indivíduo perdido atrás dos acontecimentos, descobrir e exaltar ao ser humano em sua dimensão mais autêntica, embora pareça inventado, embora definitivamente o seja” (AÍNSA, 1991, p. 85, tradução nossa).

Nesse contexto, a ficção procura retratar e recuperar personagens que fizeram parte da história. Procura realçar e destacar o indivíduo, os seus sentimentos contraditórios, as suas falhas, a sua humanidade. Dessa forma, no romance contemporâneo, os personagens históricos assumem o papel de protagonistas, suas façanhas, aventuras e desventuras são revistas com o recurso da paródia, com o uso da inversão e da distorção dos acontecimentos.

No processo evolutivo pelo qual passa o romance histórico, vai-se produzindo uma independência cada vez maior do romancista em face da chamada fidelidade ao fato histórico, mas sem prescindir totalmente deste. No entanto, uma das convenções dos romances históricos refere-se ao fato de que, para poder escrevê-los, o romancista precisa realizar uma investigação prévia, bastante rigorosa e detalhada do período histórico dentro do qual vão ocorrer os fatos que vai narrar, conforme observa o estudioso Márquez Rodríguez. Mas o romancista tem a prerrogativa de mudar os fatos, fundir personagens históricos, alterar acontecimentos; enfim, ele tem plena liberdade para recriar a história e personagens que fazem parte dela. Essa é sem dúvida uma das grandes contribuições da ficção histórica da atualidade.

O crítico Seymour Menton (1993, p. 42-44) distingue o romance histórico tradicional do romance histórico contemporâneo por um conjunto de seis características, que podem ser observadas em obras hispano-americanas publicadas a partir de 1949, com *El reino de este mundo*, de Alejo Carpentier. Em nosso entendimento, as características

mencionadas por Menton são importantes não só para estabelecer se uma obra faz parte ou não do que ele considera novo romance histórico hispano-americano, mas também porque a maioria delas permite caracterizar uma obra como pós-moderna. Em suma, porque os traços apontados pelo crítico são os mesmos que permeiam a ficção que começou a ser produzida a partir dos anos 50. As seis características são as seguintes:

1. A representação mimética de determinado período histórico se subordina, em diferentes graus, à apresentação de algumas ideias filosóficas segundo as quais é praticamente impossível conhecer a verdade histórica ou a realidade pretérita, além do fato de a história ser cíclica e, paradoxalmente, também apresentar um caráter imprevisível que faz com que os acontecimentos mais inesperados e absurdos possam acontecer (vide para isso as concepções filosóficas e estéticas de Jorge Luis Borges (1899-1985));
2. A distorção consciente da história mediante omissões, exageros e anacronismos;
3. A ficcionalização de personagens históricos em oposição à fórmula de Walter Scott de utilizar somente protagonistas fictícios;
4. A metaficção ou os comentários do narrador sobre o processo de criação;
5. O uso da intertextualidade, que se tornou corrente tanto entre os teóricos como entre a maioria dos romancistas;
6. A presença dos conceitos bakhtinianos de dialogia, carnavalização e heteroglossia.

As características apresentadas podem ser estendidas a quase todas as ficções da pós-modernidade, como confirma Alfonso de Toro, em seu artigo “Postmodernidad y Latinoamerica” (1991, p. 451, tradução nossa), no qual aponta como característica fundamental da literatura pós-moderna a sua “pluri-codificação”, ou seja,

a “reconstrução”, a “intertextualidade”, a “interculturalidade”, a “historização”, a “recepção/experiência sensual-cognitiva da arte”, a “heterogeneidade”, “subjetividade”, “recreatividade”, “radical particularidade” ou a “diversidade” e em consequência a “universalidade”, como também o “minimalismo”, a “ironia”, o “humor”, a “fragmentação integrada”, a “colagem” e um “metadiscurso lúdico”.

A intertextualidade, a historização, o humor, a fragmentação, o meta-discurso são algumas das características que o romance histórico latino-americano contemporâneo compartilha com outras narrativas da atualidade.

O emprego da intertextualidade faz-se presente em obras de diferentes e variadas épocas literárias, mas a sua utilização no pós-modernismo difere daquela que se verifica no *Dom Quixote* e em diversas obras modernistas, como pondera o estudioso:

“Reconstrução” e “intertextualidade” não são procedimentos literários exclusivos da pós-modernidade, mas sim a forma de seu emprego. Uma obra desconstrucionista e intertextual é *Don Quijote* de Cervantes, que parte de modelos bem determinados como p. e. os romances de cavalaria. Enquanto na obra de Cervantes o modelo que se parodia existe até o final da obra, onde além disso se restauram os sistemas miméticos da época (o Quijote reconhece sua loucura e rechaça os livros imitados), a referência literária na pós-modernidade é somente citada no começo da obra (= memória), é elaborada de tal forma que desaparece em sua nova concretização (= perlaboração), como se dá p. e. nos contos de Borges. A “universalidade” não se realiza como na modernidade através de discursos, poéticas, estéticas ou filosofias totalizantes e excludentes de outras, senão através da pluralidade de códigos simultaneamente válidos. Sob o termo “metadiscorso lúdico” entendemos aquela combinação sutil entre a narração de uma história e a descrição ou o jogo com os procedimentos narrativos empregados para narrá-la. (TORO, 1991, p. 452, tradução nossa).

De acordo com Alfonso de Toro, a ficção pós-moderna emprega a intertextualidade de uma nova forma porque o texto ou textos que servem de intertextos, quando são incorporados na nova obra, “desaparecem”, isto é, são reescritos de tal forma que se torna difícil detectá-los. Também é importante ressaltar que essa nova obra apresenta uma pluralidade de códigos e é permeada pela metaficção ou metadiscorso, como enfoca o crítico.

Carlos Rincón (1995) aponta outros traços importantes da ficção histórica pós-moderna. Em relação à história, em seu livro *La no simultaneidad de lo simultáneo: postmodernidad, globalización y culturas en América Latina*, o autor afirma que “a história converteu-se em histórias: uma multiplicidade de mundos com uma multiplicidade de histórias” (RINCÓN, 1995, p. 131, tradução nossa). Isso quer dizer que o mundo contemporâneo é marcado pela fragmentação das histórias, não há mais unidade e uniformidade, mas várias percepções de todo e qualquer acontecimento, pois passamos a ter consciência da existência de “muito sérias dúvidas de que se possa conhecer a história: além da pluralidade de versões, das perspectivas subjetivas, da contradição entre os relatos, há uma incontável plurifuncionalidade dos acontecimentos em si mesmos” (RINCÓN, 1995, p. 203, tradução nossa).

Se, como já dissemos, a história não pode ser conhecida e abarcada em sua totalidade, a ficção pode relê-la, recriá-la, reescrevê-la, pois nem o passado nem o presente são temporalidades fechadas em si mesmas. Uma pode auxiliar a compreender e a questionar a outra, infinitamente.

A partir dessa retomada da história, agrega-se também na estrutura romanesca uma nova técnica, a metaficção, ou seja, a ficção que se vale na sua construção de textos e personalidades históricas. Tal técnica, juntamente com a intertextualidade que se vale tanto de textos existentes como de textos imaginários, como procedia Borges nos seus escritos, tornaram-se sinônimo de ficção pós-moderna. A metaficção, a intertextualidade, a reescritura da história são, de acordo com as colocações de Carlos Rincón (1995), fundamentais no processo de construção das ficções pós-modernistas. Tanto as observações deste crítico quanto as de Alfonso de Toro corroboram nossa interpretação de que as características levantadas por Seymour Menton são também traços da ficção da contemporaneidade. Elas atestam que o romance histórico evoluiu e, nessa evolução, incorporou as inovações e ousadias da pós-modernidade.

Referências Bibliográficas

- AÍNSA, Fernando. La nueva novela histórica latinoamericana. **Plural**. 240 (82-85), 1991.
- DURÁN, Manuel. Notas sobre la imaginación y la narrativa hispanoamericana. In: GONZÁLEZ-ECHEVARRÍA, Roberto (comp.). **Historia y ficción en la narrativa hispanoamericana**. Coloquio de Yale. Caracas: Monte Ávila, 1984, p. 287-296.
- KADIR, Djelal. Historia y novela: tramitación de la palabra. In: GONZÁLEZ-ECHEVARRÍA, Roberto (comp.). **Historia y ficción en la narrativa hispanoamericana**. Coloquio de Yale. Caracas: Monte Ávila, 1984, p. 297-307.
- LUKÁCS, Georg. **La novela histórica**. Traducción de Jasmin Reuter. 3. ed. México: Era, 1977.
- MARTÍNEZ, Tomás Eloy. **Santa Evita**. Tradução de Sérgio Molina. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, A. **Historia y ficción en la novela venezolana**. Caracas: Monte Ávila, 1991.
- MATA INDURÁIN, Carlos. Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica. In: SPANG, K. et al. (ed.). **La novela histórica**. Teoría y comentarios. Barañain: Universidad de Navarra, 1995, p. 13-63.
- MENTON, Seymour. **La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992**. México: FCE, 1993.
- MILTON, Heloisa Costa. **As histórias da história**. Retratos literários de Cristóvão Colombo. (Tese de Doutorado em Letras). São Paulo, FFLCH-USP, 1992.
- _____. O romance histórico: sentidos e possibilidades na recriação dos signos da história. **Anais de Estudos Literários**, 4. São Paulo: Editora Arte & Cultura: Assis, FCL-UNESP, 1994, p. 233-240.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce C. **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 9-35.
- RINCÓN, Carlos. **La no simultaneidad de lo simultáneo**: postmodernidad, globalización y culturas en América Latina. 2. ed. Bogotá: Editorial Universidad Nacional, 1995.

TORO, Alfonso de. Posmodernidad y latinoamérica (con un modelo para la narrativa postmoderna). **Revista Iberoamericana**. Pittsburgh, (155-156): 441-467, 1991.

Altamir Botoso possui doutorado e mestrado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004-1998) e, pela mesma universidade, possui graduação em Licenciatura Plena em Letras: Português e Inglês (1988), graduação em Licenciatura Plena em Letras: Português e Italiano (1995), graduação em Licenciatura Plena em Letras: Português e Espanhol (1989), graduação em Licenciatura Plena em Letras: Português e Francês (1993) Atualmente é professor da Universidade de Marília. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Línguas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes temas: o mundo alucinante, pós-modernismo, romance histórico e referente. (abotoso@uol.com.br).

Um homem feito de palavras: Torga na Colóquio Letras

Raquel Terezinha Rodrigues (UniCENTRO)

RESUMO: Levando-se em conta a importância de Miguel Torga no cenário literário, este trabalho se propõe a fazer uma leitura da fortuna crítica do escritor. Para tal utilizou-se a noção de Horizonte de Expectativas e a ideia de Fusão de Horizontes de Jauss e também a proposta de Fredric Jameson, de historicizar sempre. A necessidade de registrar histórica e socialmente algumas leituras feitas da obra, se justifica para melhor compreender o seu papel ao longo dos tempos e também a relação estabelecida entre o público, a obra e o leitor. Além disso, registrou-se a mudança sofrida pela crítica e os reflexos que se fizeram sentir na maneira de analisar a obra de Torga.

Palavras-chave: Miguel Torga; *Diário*; telurismo.

ABSTRACT: Taking into account the importance of Miguel Torga for the literary scenario, this paper proposes a reading of the critical fortune of the writer. To this end we used the concept of Horizon of Expectation and the idea of the Fusion of Horizons by Jauss and also Fredric Jameson's proposal of always historicizing. The need to record historical and socially some readings of Torga's work makes us better understand its role throughout time and also the relationship between the public, the work and the reader. Moreover, it has shown the change criticism has undergone and the reflections that were felt in the way of analyzing Torga's work.

Keywords: Miguel Torga, Diary, telluric.

De tanto que dissera o que ficaria dito?
(TORGA, 1996)

Adolfo Correia da Rocha, formado em medicina, profissão que desempenhara paralelamente a de escritor, ficou conhecido pelo pseudônimo de Miguel Torga. Nasceu em 12 de Agosto de 1907, em São Martinho de Anta, freguesia do Concelho de Sabrosa, Trás-os-Montes, Portugal, e o pseudônimo não foi escolhido por acaso. Torga ou urze, planta bravia, humilde, espontânea e com o seu habitat no chão agreste de Portugal, particularmente nas serranias do Norte, é o correspondente, no reino vegetal, da força que constitui o poeta e o prosador; e Miguel, em homenagem a três Miguéis espanhóis: Miguel de Molinos, Miguel de Cervantes e Miguel de Unamuno.

Alberto da Costa e Silva, ao prefaciар *A criação do Mundo*, comenta que conheceu Torga em São Paulo, durante um Congresso Internacional de Escritores e que ele

contrastava com os outros convidados, pois se mostrava sempre carrancudo e muito tímido. O contrário de como se apresentavam Faulkner, todo franzino, e Casais Monteiro, sempre sorridente. Esse fato, segundo Costa e Silva, não impediu que Torga fosse aplaudido com entusiasmo e alegria quando declarou que “uma pátria não pode ser sócia de nenhuma outra, e muito menos um continente. Sem deixar de ser português, disse o que diria um brasileiro. Falou por todos nós e como nós” (apud TORGA, 1996, p. 3).

Por essa razão, Costa e Silva não se surpreendeu quando leu no *Sexto dia da criação* uma frase que fazia referência ao evento e que parecia ser de alguém que só aprendera a ser recusado. Torga escreveu que: “as palmas que recebi foram de polida incompreensão”. Ao que o Costa e Silva completa: “Engano. E fique a rima, como fiança: foram de carinhosa gratidão.” E essa “carinhosa gratidão”¹ foi expressa em dois volumes da revista *Colóquio Letras*, que homenagearam o escritor, e que utilizaremos como *corpus*: o número 43 publicado pelos cinquenta anos de trajetória literária e o volume 98, pela passagem dos seus oitenta anos.

Este trabalho faz parte de um projeto maior em que a escrita intimista de Torga é estudada. Sendo assim, utilizou-se, nesse momento, alguns conceitos referentes à Estética da Recepção de Jauss. Dos princípios adaptados, destacou-se a noção de “horizonte de expectativas”, ou seja, o que o leitor espera da obra, e a de “fusão de horizontes”, quando as expectativas são atingidas, a obra é aceita, assim como a ideia de que o leitor é responsável pelo preenchimento das lacunas que o texto proporciona (JAUSS, 1994).

Utilizou-se também a proposta de Fredric Jameson de historicizar sempre. Para ele a obra deve ser analisada, também, levando-se em consideração as várias interpretações do texto, pois elas estabelecem uma mediação, ou seja, uma identidade entre os níveis de leitura evitando o aprisionamento do texto, e favorecendo uma abertura sem, no entanto, buscar denominadores comuns, mostrando que os limites do texto podem e devem ser sempre superados.

Para que tal abertura seja feita, é necessário, segundo o teórico, além dos elementos que fazem parte do texto, que se historicize também as leituras que se fizeram dele, para que a narrativa possa ser vista como algo mais complexo do que a mera reprodução do romanesco (JAMESON, 1992, p. 129). Dessa forma, foram destacados alguns textos que

¹ Nesse I Congresso Internacional de Escritores estavam presentes, segundo depoimento de Costa e Silva, alguns escritores renomados tais como: Adolfo Casais Monteiro, William Faulkner e Roger Bastide, dentre outros. E essa frase que Miguel Torga proferiu foi quando comentava a comunicação de Bastide sobre a visão que a Europa tem da América.

fazem parte da fortuna crítica do autor. São textos escritos por estudiosos que se debruçaram sobre a obra de Torga e que dão a ela várias linhas interpretativas.

David Mourão-Ferreira (1978)², diretor da revista *Colóquio Letras*, em seu artigo “Poética e poesia no “Diário” de Miguel Torga” (1978, p. 8), procura resguardar-se de “certas tentações” ao analisar a obra de Torga. Contudo o viés escolhido pelo crítico deixa claro que, além da admiração devotada ao poeta, procura não valorizá-lo unilateralmente. Refere-se ao *Diário* que até o momento estava com apenas doze capítulos escritos dos seus dezesseis, como sendo um “monumento que é documento, antes de mais, do pessoalíssimo itinerário humano de quem o escreve”. E conclui dizendo que “não há outro entre nós que se lhe compare – do tempo e do espaço em que tem sido escrito”.

Maria Helena da Rocha Pereira, em seu artigo “Os mitos clássicos em Miguel Torga” (1978), segue outra linha de análise da obra. Levanta a ideia de que os mitos são utilizados em larga escala, tanto na poesia quanto na música, porque eles têm a capacidade de exprimir os problemas de cada homem. Cita o estudo feito sobre o tema por Lilian Feder com quatro poetas de língua inglesa, tidos como os melhores e os mais influentes. São eles: Yeats, Pound, Eliot e Auden. Destaca ainda, que em língua portuguesa também não faltam exemplos, e dentre eles destaca Torga.

Para Pereira, o que mais atrai Torga, leitor de *A Odisséia e Ilíada*, é o tema da inquietação, da persistência e do triunfo da inteligência sobre a força. Mostra vários personagens mitológicos com os quais o escritor se identifica, citando-os ao longo de sua obra. Em Prometeu, Torga também percebe essa inquietação, mas é em Sísifo que a comparação se estabelece na luta contra “uma sociedade e uma literatura sem esperança.”

Tanto Mourão-Ferreira quanto Pereira, ao fazerem um estudo mais aprofundado da obra do autor, situam-no nesse imenso panorama que é a literatura universal por meio dos temas abordados por Torga. Mostram que mesmo sendo muito preso às suas raízes, tratando de temas que dizem muito aos seus conterrâneos e falando de assuntos tão arraigados ao seu mundo, a sua origem transmontana, continua. Apesar do rompimento com o presencismo, há muitos anos, continua a falar de si, de sua alma e dos seus problemas, sem deixar de ser universalizante.

² Este artigo de David Mourão-Ferreira foi reeditado em seu livro *Tópicos Recuperados, sobre a crítica e outros ensaios* que, juntamente com os outros textos ali inseridos marcam mais de quarenta anos, até o presente momento, de produção ensaística desse autor. Aqui se fez apenas um resumo destacando a homenagem feita a Torga.

Álvaro Manuel Machado (1978) em seu artigo “Miguel Torga ou a impureza da criação” mostra que o autor se interroga sobre a sua condição de Português e de um criador que tem consciência da impureza de sua criação. Para Machado, Torga de certa forma correu um risco maior de impureza estética quando se aventurou em sua escrita autobiográfica.

A sua crítica, aparentemente, muito distante dos críticos anteriores, analisa a obra pela linha interpretativa da impureza, justificando a escrita intimista como um gênero impuro pelas misturas que traz. Há que se considerar o ponto de convergência quando, mais uma vez, o texto memorialístico volta à cena, e o crítico junta-se aos outros, analisando a obra, ainda que com qualidades excepcionais, como sendo um relato de eventos sobre a existência do poeta, aproveitando para refletir sobre assuntos que o atormentam.

Machado reforça a ideia de que ao escrever o *Diário*, Torga estabelece um paralelo com Brandão e Pascoais. E, ao analisar *A criação do mundo*, diz que o poeta tenta alcançar a “unidade do eu” e que a ordem narrativa se impõe além da simbologia bíblica.

Mesmo sendo uma crítica que avança bastante em termos de análise da obra, a leitura de Machado é muito densa, mas aproxima-se muito dos outros críticos já mencionados, pois salvo a originalidade presente na abordagem dos mais variados temas, o crítico procura estabelecer a mesma linha interpretativa, não saindo do “já dito” que a obra oferece.

As obras de Torga: *Bichos* e *Novos contos da montanha* são analisadas por ele, permitindo-lhe concluir seu estudo dizendo em relação a Torga: “essa impureza tem para lá do banal significado da inspiração, o alto significado de um humanismo que, sem teorias literárias nem outras a apoiá-lo, obstinadamente procura definir-se” (MACHADO, 1978, p. 50).

Essa “procura”, característica da obra de Torga, é também ponto de análise para Teresa Rita Lopes (1978). Para a autora, essa busca acaba tornando o poeta muito singular. Ao iniciar seu estudo e, ao citar Proust, diz que um escritor ao longo de sua vida e da sua obra acaba por repetir sempre o mesmo livro, o que ela chama de “obsessão do círculo”, facilmente verificável em Torga. Fala da terra como seio amoroso e, nesse ponto, reforça a opinião do telurismo presente na obra do poeta, bem como o papel do mar como inimigo. O que para Lopes é uma divisão do escritor: o céu e a terra, a terra e o mar. E conclui

dizendo que “sua teimosia camponesa de quem tem uma vida inteira para acertar o passo consigo próprio, é que faz a sua obra sua, isto é, única” (LOPES, 1978, p. 61).

E o último estudo dessa revista é o de Jorge Fernandes da Silveira (1978) no qual o autor também compartilha a ideia da busca, aqui representada pela busca do poeta na obra, exemplificando-a com a citação de um texto do apocalipse com o qual Torga abre o seu *Outro livro de Job*. Com esse texto, diz o autor que ser poeta “é estar no lugar da perda da harmonia; é ser aquele que procura recuperar o objecto com o mesmo instrumento que o levou a perdê-lo: a palavra”.

E ainda conclui dizendo que o nascer para a vida e para a poesia, de certa forma, é estar no papel de protagonista do que ele chama de “drama cristão da expulsão do paraíso”. O autor faz um estudo sobre os livros de Torga e destaca que o seu propósito era o de ler interpretativamente a poesia. Mas tem consciência da insuficiência da sua abordagem e tenta contribuir para futuras reflexões sobre a obra.

Observa-se, aqui, que, de maneiras diferentes, cada crítico procura estabelecer um vínculo entre a sua leitura e a obra de Torga. Percebe-se que os textos são densos e as análises feitas, cada uma a seu modo, partem de uma proposta em comum, que é a ideia de homenagear tão famoso escritor, mostrando que os temas presentes na obra dão visibilidade a um Torga que busca não só desvendar os mistérios da vida como também uma auto-definição.

Verifica-se que os temas presentes em sua obra são repetidos nas críticas. Reforçam a ideia do telurismo, da influência pelos elementos bíblicos, da terra como seio acolhedor, do mar como inimigo de onde vem a destruição e a reflexão em torno de mistérios sagrados como a vida e a morte. Aqui, mais uma vez, observa-se que a profundidade com que a obra foi abordada, ainda que alguns críticos tenham feito referência ao não aprofundamento, não foi suficiente para que os autores percebessem a obra fora do “lugar comum”. As estratégias de contenção presentes no texto e que, segundo Jameson, poderiam abrir para significados mais amplos, não garantiram ao crítico a vira-volta, ocorrendo a sedução pelo texto.

O outro volume da revista *Colóquio Letras*, o número 98, dedicado a homenagear o poeta pela passagem dos seus 80 anos, foge ao padrão das outras publicações da própria revista ao trazer como texto de abertura uma explicação sobre o seu conteúdo e uma saudação inédita que foi dirigida ao poeta em 1981.

HOMENAGEM A TORGA

Assinalando o 80º aniversário do grande poeta e prosador Miguel Torga, cuja emblemática presença nas letras portuguesas continua felizmente a manifestar-se com o vigor e o fulgor de sempre, *colóquio/Letras* – além de neste número inserir um seu poema inédito – inclui a Saudação (nunca anteriormente publicada) que lhe foi dirigida em 1981 durante a entrega do Prémio Montaigne, as conclusões de uma tese universitária (também inédita) há dois anos apresentada no Brasil e dois textos expressamente escritos para esse número (1987, p. 8).

Dois depoimentos, um de Vitorino Nemésio em que ele afirma ser Torga o único escritor que, mesmo sendo novo, pode ser falado como antepassado, e o outro de Sophia de Mello Andresen, para quem Torga tem uma apaixonada consciência do país natal:

Miguel Torga é talvez o único escritor português novo de quem um camarada pode falar como de um antepassado. Ele antepassa-nos no acordo da sua literatura com as suas vivências, da sua obra bela e áspera com a sua vida delicada e selvagem. (Vitorino Nemésio)

Torga é um poeta em quem um país se diz (...) Um poeta que através de uma apaixonada consciência do país natal nos ensina a procurar a verdade universal da nossa habitação humana do terrestre. (Sophia de Mello Breyner Andresen) (1987, p. 9)

David Mourão-Ferreira, no artigo “Saudação a Miguel Torga”, o inclui entre os maiores escritores do mundo, caracterizando-o de incrível, telúrico e cívico. Para comprovar, o autor destaca um texto em que o próprio poeta diz em seu XII volume do *Diário* que: “Fui sempre todo doente, todo agônico, todo inocente, todo sensual, todo humilde, todo violento, todo sincero, todo poeta. O caixão que me levar, leva dentro uma vida humana maciça” (1987, p. 10). E para Mourão-Ferreira, é justamente a palavra “todo” que reflete o poeta, “todo” transmontano.

O crítico faz uma comparação entre Torga e Montaigne em relação ao amor que ambos sentem pela liberdade. O que os diferencia é em Montaigne, a acomodação em torno dos grandes para salvaguardar a sua liberdade interior e, em Torga, o fato de haver em seu cerne uma raiz anarquista.

Linhares Filho, em tese apresentada em 1975, diz que ao terminar a leitura da obra de Torga o que fica é a sensação de plenitude, o que coincide com a opinião de Jacinto do Prado Coelho. A proposta da tese é destacar a ideia de que a partir da consciência é que a poesia de Torga exprime a verdade do humano. Ele buscou no estudo “a verdade da crítica”, procurou conhecer a ideologia proposta pela obra, para fazer o que sugeriu Portella ao dizer que “conhecer é co-nascer” (1987, p. 14).

Em consonância com os outros críticos, mesmo tratando-se de um trabalho acadêmico com as particularidades que lhe são peculiares, o autor reforça a relação de

Torga com o presencismo. Percebe a ligação da obra com o neo-realismo e destaca o tema do telurismo o qual é apresentado de maneira tripartida. Para ele, amor arraigado à terra natal se mostra na dimensão portuguesa, ibérica e universal. Concorde com os outros críticos quando eles afirmam ser Torga digno de figurar entre os maiores escritores do mundo e encerra dizendo que a poesia adota atitude órfica, prometeica e sisífica.

João Bigotte Chorão (1987) aproveita o espaço para fazer um depoimento sobre a convivência que teve com Torga. O relato de Chorão difere do de outros e até de alguns textos autobiográficos do poeta, nos quais ele confirma ser uma figura difícil ou intratável, claro que respeitando o seu jeito de ser, segundo o autor. No entanto, estava sempre disposto a ouvir “com atenção” o seu interlocutor. Fala da simplicidade, de como parecia um confessor laico, e de como escutava pacientemente um jovem que havia feito uma composição sobre um dos seus contos.

O depoimento de Chorão sobre Torga vem dar um tom mais pessoal à figura do poeta, colocando-o, se não fosse a sua condição de escritor, quase como um homem comum. Todavia, deixa bem claro que independente de toda humanidade que possa ter o poeta, há algo que o diferencia dos outros seres, que é a sua obra.

Maria de Lourdes Belchior (1987) analisa o *Diário* e observa que por meio da leitura desse livro é possível recuperar as duas paixões de Torga, uma pelo homem e a outra pelo país. Acaba, de certa forma, reforçando a imagem do poeta humanizado, telúrico, pessoal e universal.

A busca incessante de Torga é vista como sendo a do conhecimento desse mesmo homem, que é ele e, ao mesmo tempo é um outro. O conhecimento do outro deve-se ao facto de conhecer a si próprio; ele mesmo afirma isso ao dizer que o único enigma do ser é o próprio ser. Declara que Portugal é cercado de mar e de Espanha por todos os lados e que se cada português pudesse seria habitante de Portugal somente.

Para Jameson, a análise da obra deve considerar as várias interpretações sem desqualificar as várias leituras, as quais estabelecem uma mediação, ou seja, uma identidade entre os níveis de leitura, evitando o aprisionamento do texto. Isso favorece uma abertura, sem buscar denominadores comuns, mostrando que os limites do texto podem e devem ser sempre superados.

Observa-se aqui que, de um modo geral, a opinião da crítica em determinados momentos tenta evitar esse não aprisionamento do texto, mas acaba sempre por ceder ao denominador comum quando analisa a obra de Miguel Torga sob um viés interpretativo

destacando sempre temas em comum. Reforça a ideia do poeta como sendo mais uma vez muito ligado à sua terra, muito cívico, tendo um amor à liberdade e reconhecendo a sua inserção entre os grandes nomes da literatura universal, apesar de tratar de assuntos tão arraigados a sua origem.

Dessa forma, mesmo não estando inseridos nos números das revistas que especificamente saíram para homenagear Torga, todos os textos têm uma linha de homenagem ao homem de letras e reconhecem sua grandeza, o que faz com que se pense com Jauss no horizonte de expectativas. Para o crítico, o valor estético decorre da percepção estética que a obra pode suscitar, ou seja, a maneira pela qual a obra vai atender, superar ou decepcionar as expectativas do público.

A partir dessa ideia, verifica-se que houve uma fusão de horizontes entre os críticos e a obra, tendo em vista a sua grande aceitação. Cada crítica, a seu modo, mostrou que as expectativas não só foram atingidas, mas também ficou evidente a ideia de que o leitor é responsável pelas lacunas que o texto proporciona. A partir dessas lacunas ocorre a sedução pelo texto, como propõe Jameson, reforçando que não houve a vira-volta em que o leitor duvida de quem está com a palavra.

Com isso, justifica-se de um lado que o crítico exerce influência como formador de opinião, e de outro, que na condição de leitor, é influenciado pelas leituras que faz. O que na opinião de Antonio Candido (1989) nada mais é do que o ato da crítica refletir a vida cotidiana, opinião essa que é compartilhada por Bela Josef (1996) ao citar Walter Benjamin:

A crítica deve construir a ressurreição da obra, na medida em que saiba promover a manifestação de seu tempo simultâneo. Conscientes que somos da carga de subjetividade que impregna todo trabalho crítico, cremos que nenhuma análise pode pretender esgotar as possibilidades de uma obra, já que há vários níveis de leitura, configurada na plurissignificação de um texto.

Para Candido, criticar é por em crise e isto é essencial em toda cultura e em toda época, visto que a arte não possui valores eternos nem imutáveis aos quais se deve seguir.

Referências bibliográficas

BELCHIOR, Maria de Lourdes. Uma leitura do *Diário*. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 98, julho 1987, p 22-24.

CANDIDO, Antonio. O ato crítico. In. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p 122-137.

CHORÃO, João Bigotte. Como é Torga. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 98, julho 1987, p 19-21.

FILHO, Linhares. O poético como humanização em Miguel Torga. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 98, julho 1987, p 13-18

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

JAUSS, Hans Robert. **A História da Literatura como provocação à Teoria Literária**. São Paulo: Ática, 1994.

JOSEF, Bela. Crítica e interpretação: uma história. In. CUNHA, Eneida L. SOUZA, Eneida Maria (org.) **Literatura Comparada ensaios**. Salvador: Ed Ufba, 1996, p 49-56.

LOPES, Teresa Rita. Ao Princípio era a terra – a (des?) propósito do teatro de Torga. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 43, maio 1978, p. 51-61.

MACHADO, Álvaro Manuel. Miguel Torga ou a impureza da criação. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 43, maio 1978, p.44-50.

MOURÃO-FERREIRA, David. Poética e poesia no Diário. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 43, maio 1978, p 7-19.

_____. Saudação a Miguel Torga. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 98, julho 1987, p 10

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Os mitos clássicos em Miguel Torga. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 43, maio 1978, p.20-32

SILVA, Alberto da Costa. Prefácio. In. TORGA, Miguel. **A criação do mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SILVEIRA, Jorge Fernandes. O cilício, o sésamo e as palavras textuais na poesia de Miguel Torga. **Colóquio Letras**, Lisboa, vol 43, maio 1978, p. 44-40.

TORGA, Miguel. **A criação do mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

Raquel Terezinha Rodrigues é graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em Literatura (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo. Atualmente exerce o cargo de professor adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR). Atua principalmente nos seguintes temas: recepção crítica, Marguerite Duras, Miguel Torga, memórias, autobiografias, literaturas de expressão portuguesa. (raquelterezinha@gmail.com)

Identidade e representação em pequenas histórias: o caso de imigrantes brasileiros

Mércia Santana Flannery (UPenn)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar narrativas de discriminação não-canônicas, segundo o modelo laboviano, mas que se conformam ao que Georgakopoulou (2007) classifica como “pequenas histórias”. Dada a variedade de situações em que o discurso narrativo emerge, tal análise parte da premissa de que o alargamento da definição do que é uma narrativa proporciona inovações teóricas, fundamentais para a compreensão de interações que se renovam à medida que se renovam também os espaços interacionais. Analisamos pequenas histórias de discriminação contra imigrantes brasileiros, colhidas em um fórum de opinião *on line*, ao passo que salientamos como noções de identidade de grupo são linguisticamente construídas através de referências individuais e globais.

Palavras-chave: Discurso narrativo; pequenas histórias; identidade; representação de grupos; discriminação.

ABSTRACT: *The objective of this paper is to analyze non-canonical narratives of discrimination, according to the Labovian model, but that conform to what Georgakopoulou (2007) calls “small stories”. Given the variety of situations in which narrative discourse emerges, such an analysis is based upon the premise that the broadening of the definition of what is a narrative occasions fundamental theoretical innovations. Such an approach is indispensable to the understanding of interactional formats that are renewed on par with new interactional spaces. We analyze small stories of discrimination against Brazilian immigrants, collected in an opinion site, as we emphasize how notions of group identity are linguistically constructed through individual and global references.*

Keywords: *Narrative discourse; small stories; identity; group representation, discrimination.*

Introdução

A narrativa enquanto produto textual oral ou escrito tem sido o foco de várias abordagens analíticas. Podemos destacar, por exemplo, a antropologia (OCHS & CAPPs, 2001), a linguística (LABOV, 1972; SCHIFFRIN, 1996; 2000; 2002; 2007), a literatura (BAL, 1985), a psicologia (HARRÉ, 2001) e a medicina (CHARON, 1986), dentre algumas das áreas de estudo que têm recorrido à análise de histórias como um artifício para se conhecer melhor aspectos relativos à identidade dos autores, mas também de papéis interacionais, negociados durante a produção textual, a narração.

Por muito tempo, deu-se ênfase à produção escrita até chegarmos à contribuição de Labov (1972), que lançou o modelo narrativo considerado ortodoxo especialmente em estudos na área de sociolinguística. Não era incomum que estudos da narrativa fossem

iniciados com uma breve consideração do modelo laboviano, que previa na estrutura textual de uma história, elementos específicos correspondentes ao desenvolvimento dos eventos no universo narrativo. Apesar deste estudo ter sido fundamental para o desenvolvimento de uma gama de orientações teóricas para o entendimento da narrativa enquanto artefato linguístico rico em recursos de expressão subjetivo-interacionais, um variado número de críticas à ortodoxia da chamada narrativa laboviana emergiu desde a publicação do seminal trabalho de Labov em 1972.

Com maior atenção voltada para a interação e o contexto, questiona-se como melhor abordar o estudo de um tipo textual tão variado e ubíquo como a narrativa. A variedade de contextos em que se pode ouvir ou contar uma história é paralela à variedade de formas empregadas para narrar eventos. Em parte, é devido a essa complexidade que novas orientações para o estudo da narrativa são necessárias. Consideremos, por exemplo, as diversas configurações que o formato de uma narrativa tem assumido como consequência de formas de comunicação e interação relativamente novas, tais como as que são viabilizadas por novas tecnologias, mediadas pelo computador, e cuja velocidade e alcance são ditadas pela Internet. É essa plasticidade, proporcionada pela variedade de formas de comunicar e pela própria natureza transitória e inovadora da linguagem, que ditam a necessidade de ajustarmos nossas lentes de pesquisa, com o fim de buscar ferramentas adequadas para a investigação de fenômenos linguísticos como a narrativa.

Contar histórias faz parte de nossa própria vivência e experiência como seres humanos, como atores sociais, e nos respectivos papéis que assumimos ao longo de nossas existências. Há histórias que nos são contadas quando somos crianças e que embalam nosso sono à noite; há histórias que contamos ao chegarmos no, ou do trabalho, que explicam, ilustram ou exemplificam o que vivemos e que podem ser tão corriqueiras e lugares-comuns quanto as que descrevem episódios no trânsito, encontros inusitados, situações de humor, de tristeza, de alegria, de sucesso. A taxonomia narrativa ocuparia uma longa lista, que estaria sujeita a aumentar se incluíssemos também noções funcionais e listássemos os contextos de produção narrativos.

Se a mera consideração das seções constitutivas de uma história não são suficientes para dar conta do estudo da narrativa, precisamos voltar a atenção para elementos contextuais que contribuem para influenciar os modos de contar uma história e aquilo que contamos. De fato, com a evolução dos estudos na área de sociolinguística procurou-se dar mais ênfase ao papel da interação ao determinar a configuração de uma história, o que,

antes, assumia-se ser estabelecido *a priori*. Reconhecemos agora que o ponto de uma história pode ser negociado ao longo da interação na qual a narrativa se origina (GOODWIN, 1986). Também, visualiza-se a narrativa enquanto espaço linguístico no qual relações são criadas, representadas e contestadas, dessa forma, garantindo ao analista a possibilidade de examinar a construção de identidades locais (relativas a papéis intrínsecos à interação em si mesma, tais como quem pergunta e quem responde, e que posições são geradas desta forma); e globais (relativas a papéis reconhecidamente marcados pela estrutura social, da qual os participantes de um evento partilham, por exemplo, identidades nacionais, relações de gênero, papéis sociais tais como os de pai ou mãe). Soma-se a este interesse pela construção de identidades no âmbito da interação em que uma narrativa é gerada à identificação de novos tipos de histórias, antes não incluídos no cânone narrativo laboviano, incluindo projeções futuras e histórias hipotéticas (OCHS & CAPPS, 2001; GEORGAKOPOULOU, 2007).

Neste estudo, focalizaremos as narrativas coletadas em um fórum de opiniões sobre a notícia de que brasileiros são discriminados em Portugal, com o fim de investigar as representações de grupo empregadas pelos autores e respectivas identidades construídas no bojo destes relatos. Antes da análise, oferecemos, na seção 1, uma discussão sobre as propriedades do discurso narrativo e das pequenas histórias como espaço para o estudo das relações de identidade, à medida que comentamos o trabalho de outros pesquisadores; na seção 2, fornecemos o pano de fundo para a discussão das histórias sobre imigrantes brasileiros e, na seção 3, apresentamos a análise das pequenas histórias.

Identidades e pequenas histórias

Os estudos na área da análise da narrativa incluem diversas abordagens que consideram desde a perspectiva que o autor de uma história assume, dadas as especificidades do contexto, a como nós podemos acessar aspectos relativos à identidade do narrador e daqueles que fazem parte do universo narrativo. Schiffin (1996) declara que a narrativa oral supre “a sociolinguistic self-portrait”, que a autora considera “a linguistic lens” adequada para se focalizar aspectos pertinentes a como nós projetamos nossa identidade ativamente, ou, nas palavras de Goffman (1974) “by giving it off”, o que implica uma participação menos ativa nessa construção. Vários estudos têm analisado a construção da identidade em contexto, observando também como a relação entre os

envolvidos em uma situação comunicativa pode vir a influir no processo narrativo em si mesmo (BAMBERG, 1997).

Também, novas abordagens para o estudo da narrativa revelam como os autores expressam aspectos de sua identidade enquanto imigrantes ou membros de grupos étnicos marginalizados (DE FINA, 2003, 2006; FLANNERY, 2006; 2008), enquanto membros de classes sociais (SCHIFFRIN, 1996) ou ainda representando papéis socialmente enraizados na experiência humana, como as relações entre mãe e filha (SCHIFFRIN, 2000). Whorham (2001) discute como os autores de uma narrativa utilizam o espaço interacional onde esta emerge para representar os mesmos papéis de que as histórias tratam. Como o autor afirma, contar uma narrativa autobiográfica, por exemplo, pode “give the narrator an opportunity to redirect that life when the narrator tells a coherent story that foregrounds a certain perspective or direction.” (WORTHAM, 2001, p. 5)

Mais recentemente uma outra abordagem para o estudo do discurso narrativo destaca um novo modelo de histórias que, antes, sequer fariam parte do arcabouço textual do que considerava-se uma narrativa. Georgakopoulou (2007) destaca as “pequenas histórias” como locus apropriado para verificar as relações de identidade por longo tempo relegadas ao cânone da narrativa laboviana. A autora comenta de que forma a prevalência do modelo narrativo laboviano limitou as perspectivas analíticas deste tipo textual ao declarar que “[o]ne of the implications of this orthodoxy is that it has deterred analysts from the basic recognition that narrative, exactly like other types of discourse, is not a unified and homogeneous mode, but it presents generic variability and in turn structural variability”. (GEORGAKOPOULOU, 2007, p. 7)

A nova abordagem propõe, então, que incluam-se no estudo das narrativas textos menores, que não se caracterizam pela presença de todos os componentes indentificados no modelo laboviano mas que, ubíquas e dotadas de conteúdo narrativo, apresentam material consistente para se efetivar a análise da relações entre narrativa e identidade. De fato, tal abordagem responde de maneira mais eficaz ao tratamento do que poderíamos considerar como: 1) material antes despercebido por uma ortodoxia teórica que limitava o olhar do analista e que permeia grande parte de situações comunicativas; ou 2) como uma nova variedade de histórias que, em parte, pode ser resultante de novas contingências interacionais, influenciadas por novos veículos comunicativos e, conseqüentemente, novas formas de contar histórias.

De acordo com Georgakopoulou (2007), a análise das pequenas histórias alarga o diâmetro do espaço para a pesquisa da narrativa, pois permite-nos avançar para além das interações numa entrevista sociolinguística, as quais eram tidas como bem sucedidas se resultassem numa recapitulação de experiência pessoal, não compartilhada. Georgakopoulou vê em projeções e histórias hipotéticas material rico em expressões que permitem ao analista reconstruir noções da identidade dos falantes. A proposta da autora prevê que se considere: 1) que uma narrativa não pode ser isolada do ponto de entrada ou saída no contexto em que emerge; 2) que contribuições tanto da etnografia da comunicação como da análise da conversação são necessárias para melhor descrever a construção de identidade no âmbito de uma história (GEORGAKOPOULOU, 2007, p. 4, 5).

Esta definição de histórias, permitindo a inclusão de textos menores, é relevante para o nosso trabalho, à medida em que nos ajuda a identificar os dados empregados na análise. Antes de proceder a análise, porém, discutiremos algumas características do discurso do imigrante, particularmente relativo ao caso brasileiro.

Imigração, discurso e linguagem mediada

Como resultado de mudanças intensificadas por processos políticos e sociais, o final do século XX e o início do século XXI têm vivenciado um fluxo imigratório sem precedentes. Fatores econômicos, incertezas políticas e, em muitos casos, a violência ocasionada por guerras, têm motivado um grande número de indivíduos a emigrar. Costuma-se explicar a emigração brasileira em função da busca por alívio econômico, ditada pela dificuldade de encontrar empregos, ou pelo desejo de alcançar grandes rendimentos em um curto período de tempo. De acordo com o relatório do Serviço de Estrangeiros e de Fronteiras (SEF- Portugal), a comunidade brasileira representava, em 2007, o maior grupo de imigrantes em Portugal, com aproximadamente sessenta e seis mil residentes¹. Em outras estimativas, o número de imigrantes brasileiros em Portugal chega a mais de cem mil².

Em maio de 2009, a Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia publicou o resultado de uma pesquisa conduzida junto a grupos minoritários em seus países membros. De acordo com a pesquisa, os brasileiros encontram-se entre os dez grupos que

¹ Disponível em http://www.sef.pt/documentos/56/RA%202007_.pdf#1

² Disponível em <http://opiniaoenoticia.com.br/internacional/europa/aumenta-numero-de-imigrantes-brasileiros-em-portugal/>

mais sofrem discriminação (24%) na União Europeia, em Portugal³. A notícia sobre esta pesquisa foi divulgada em meios de comunicação, através da Internet e, em alguns *sites*, promoveram-se fóruns para comentar os dados. Um desses fóruns registrou 212 comentários sobre a notícia, divulgada em 23 de maio de 2009⁴. O conteúdo dos comentários neste fórum inclui a exposição de opiniões sobre a discriminação e reações à notícia em forma de relatos pessoais de discriminação ou a justificativa de ações discriminatórias aos brasileiros. Neste estudo, investigaremos algumas pequenas histórias, relatadas no âmbito deste fórum, para ilustrar nossa discussão sobre como este formato narrativo pode ser útil ao evidenciar noções da construção da identidade dos participantes, além de como estes ali expõem afiliações a grupos.

Uma vez que em um fórum os participantes reagem a um tópico proposto anteriormente e têm a opção de expor opiniões sobre o comentário de um outro participante, podemos apontar, neste tipo de interação, características semelhantes a de uma conversação, salvo pelas limitações do meio comunicativo que restringem o acesso direto a outros participantes. Em fóruns de comunicação eletrônica, assim como em *sites* de mensagens instantâneas nos quais não se pode ver os participantes, dispomos apenas da produção escrita.

Além das próprias especificidades do contexto de produção, este tipo textual também apresenta características que se localizam na intersecção entre fala e escrita. Por exemplo, em textos produzidos em interações mediadas por computadores, tais como mensagens instantâneas, encontramos traços que reproduzem a linguagem oral, (simplificações, linguagem mais concreta e apoiada no contexto imediato), mas também elementos característicos da escrita, e, até mesmo de um novo código escrito, peculiar ao meio eletrônico, como por exemplo as simplificações gráficas e abreviações que, em certos casos substituem todo um sintagmal nominal ou frasal i.e., “vc”, “Pq vc naum xego na hr q eu t flei?”⁵ (ver gráfico 1). Pode-se afirmar também, com respeito à influência dos novos meios de comunicação, que há uma influência mútua, determinada pela retroalimentação de fala e escrita através dessa linguagem mediada pelo computador. Desta forma, se, em um momento, era a fala o que influenciava a linguagem mediada, esta também passa agora a influenciar a escrita. Note-se, por exemplo, a tendência em muitos textos acadêmicos produzidos por alunos acostumados com os novos meios de comunicação a não observar

³ Disponível em http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/eumidis_mainreport_conference-edition_en_.pdf

⁴ Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/interna>

⁵ Extraído de: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=7224>

os sinais de pontuação ou o emprego de maiúsculas, característica observável em textos escritos de linguagem mediada. As propriedades de textos produzidos neste tipo de ambiente linguístico criam um espaço novo para a pesquisa linguística, inclusive para a análise de narrativas geradas no âmbito de discussões em que dar a opinião é uma função principal.

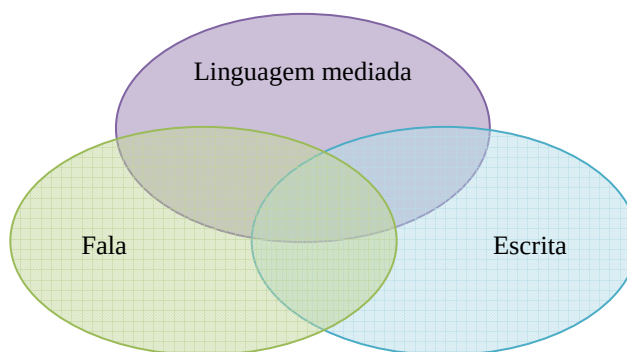


Gráfico 1: A linguagem mediada revela elementos de fala e escrita, além de suas próprias especificidades

Considerando a ubiquidade da narrativa e a variedade de funções que pode exercer em diferentes contextos, surge a questão de como as histórias produzidas no contexto de reação a um fórum de opinião auxiliam seus autores a criar relações significativas através da entextualização de eventos. Na próxima seção, analisaremos algumas das pequenas histórias que emergiram no fórum de opiniões sobre a discriminação de brasileiros em Portugal, e em outros países, com o fim de destacar de que forma noções de identidade e representação de grupos são elaboradas e através de quê recursos linguísticos. Com essa análise, esperamos contribuir com um novo olhar tanto sobre as pequenas histórias, enquanto *locus* meritório de novas investigações, como sobre a linguagem mediada, um novo formato de produção em um contexto de interação também relativamente novo. Apesar de nosso ponto de interesse ser nas histórias em si, é importante salientar as especificidades deste novo modo de comunicação, destacando seus méritos como espaço de pesquisa.

Representações sociais e identidades em pequenas histórias: três casos

A narrativa permite-nos observar relações de identidade principalmente devido ao fato de personagens serem animados e apresentados realizando ações, falando e lidando com outros personagens. A representação dessas relações no universo narrativo constitui um rico espaço para a análise de esquemas linguísticos que, por sua vez, podem ser

reveladores de pontos de vistas sobre os narradores e sobre outros personagens que habitam o universo narrativo. Como De Fina (2006, p. 374) comenta ao estudar a construção de identidade em histórias narradas por imigrantes ilegais nos Estados Unidos, o estudo detalhado dos recursos linguísticos empregados em uma narrativa pode levar-nos à apreensão de esquemas de representações de um grupo. No âmbito de uma história, há duas possíveis justificativas para se verificar essas relações: 1- devido ao fato de personagens serem representados em suas relações com outros, permite-se analisar a construção de identidade através das posições (BAMBERG, 1997) que são criadas à medida que ações são realizadas no universo narrativo; e 2- as representações lançadas no contexto de uma narrativa retomam noções globais e ideologias que identificam tipos de ações e tipos de pessoas (DE FINA, 2006).

A seguir, ilustraremos com a análise de três pequenas histórias, de que forma a construção de identidade se dá no contexto da discussão sobre discriminação de imigrantes brasileiros. Nós observaremos de que forma os recursos linguísticos empregados pelos autores e a regularidade destes contribuem para criar a identidade individual dos autores e dos brasileiros enquanto grupo⁶.

O primeiro excerto contém a história de uma participante identificada como “Professora”, que descreve sua experiência de discriminação em Mônaco. Aqui, observaremos como a construção da identidade da autora vai do particular ao global, à medida que ela relata a própria experiência e, posteriormente, relaciona-a a uma suposta atitude generalizada para com brasileiros.

Exemplo 1:

Professora

postado:

24/04/2009 - 09h38

Infelizmente meu namorado é Português. Em setembro de 2007 estive em Mônaco para encontrá-lo, pois ele vive lá. Fiquei na casa da irmã e do cunhado dele. Conheci também outro irmão dele e a cunhada também. É impressionante o descaso, a falta de respeito e de consideração que têm por nós. É uma pena que era somente eu contra todos. Mas eu penso que são invejosos e incapazes, uma vez vez que só pensam em dinheiro e em ‘severem’ aos patrões deles.

Este trecho constitui um exemplo do que Geogarkopoulou classifica como uma pequena história, que não se enquadra no modelo laboviano. Observamos que a história dispõe de uma seção de orientação, na qual a autora identifica os personagens, o evento, o

⁶ A linguagem original dos excertos foi mantida tal como no contexto onde aparecem, incluindo as abreviaturas, reduções, realizações ortográficas e gramaticais em desacordo com a norma de prestígio.

local e quando as ações ocorreram. Entretanto, notamos que, ao invés de longas sequências de ações de complicação, temos uma breve sequência de ações no passado, seguidas de uma implicatura: a declaração iniciada com “é impressionante o descaso” sugere que, nos encontros mencionados anteriormente pela autora, ações específicas levaram-na à conclusão de que os brasileiros, enquanto grupo, são desrespeitados. Como De Fina (2000) observa, as identificações realizadas na seção de orientação de uma história são relevantes para criar contextos e expectativas para o tipo de ação a ser narrado. Notamos neste exemplo que, ao iniciar o relato declarando que “infelizmente o meu namorado é português”, e identificar o espaço no qual os eventos se desenvolveram como “Mônaco”, a autora constrói um espaço em que figura só, o que acentua o caráter de animosidade a que ela alude ao declarar que “era uma pena que era somente eu contra todos”.

Notamos também que há várias informações que precisam ser reconstituídas pelo leitor do texto, o que é similar a interações orais, face-a-face, pois não sabemos exatamente contra o que posicionava-se a autora, uma vez que não há citações das falas do envolvidos no evento que ela descreve. Entretanto, na sequência, ela declara que “são invejosos” e que “só pensam no dinheiro”, o que sugere uma relação de animosidade entre ela – que no contexto passa a identificar-se como membro de um grupo, os brasileiros— e os outros personagens que ela listou no início do texto, os portugueses. As posições criadas partem do individual ao global, à medida que a autora se posiciona no universo do relato, em oposição ao namorado e aos cunhados, mas conclui com referências que sugerem uma oposição entre grupos nacionais, a brasileira e os portugueses.

Vejamos mais um exemplo no qual as representações construídas no universo do relato retomam temas globais de discriminação entre grupos. O exemplo seguinte contém o relato de um brasileiro na Itália e descreve ações discriminatórias que ele sofreu ao ser abordado pela polícia.

Exemplo 2:

jorge

postado:

24/04/2009 - 09h30

Como diz aquele ditado, brasileiro é tão bonzinho. Eu estive na Itália a pouco tempo, e fui parado na praça san giovane um espaço turístico, por um policial que me pediu os documentos, como sou brasileiro e moreno, tornou a me pedir a permissão de estadia no país, aí senti a discriminação. Fiquei pensando algum tempo, depois lembrei, que este mesmo povo quando passava muitas necessidades e fome no final do séc.19, vieram para o Brasil, ganharam dinheiro nas lavouras de café, tiraram a remuneração desse mesmo trabalho, que deveria ser dos negros abolidos, que assim ficaram na miséria, e eles, depois de salários e terras voltaram ricos para a Itália esquecendo o passado, igualmente falo, dos portugueses e espanhóis que aqui viveram e enriqueceram.

Esta pequena história inicia-se com um “abstract”, que, na narrativa laboviana, supre uma indicação do que o relato vai tratar: a declaração “brasileiro é tão bonzinho” parece sugerir que os brasileiros não reagem à injustiça e permitem que se lhe tirem proveito. Na sequência, o narrador inclui uma série de ações no passado, enquanto narra sua experiência de discriminação na Itália, ao ser abordado pela polícia. Como Wodak (2007, p. 662) indica, referências, nominalizações e predicacções são alguns dos recursos empregados em práticas discursivas de inclusão e exclusão em contextos discriminatórios com o fim de caracterizar os atores sociais. De Fina (2006) também demonstra de que forma categorias como cor da pele e referências étnicas são, por vezes, empregadas para auxiliar na construção esquemática dos personagens e, de forma mais importante, nas representações de grupos. Essas representações, por sua vez, apontam para ideias globalmente aceitas sobre estes mesmos grupos, e seu emprego em uma narrativa pode auxiliar o narrador a confeccionar os personagens de uma história, ao mesmo tempo em que fornece direções indexicais sobre como interpretar os eventos. Notamos que a sequência imediatamente posterior às ações no passado consistem de orações de avaliação. O autor da narrativa atribui a insistência do policial em solicitar documentação em um espaço público ao fato de ser “brasileiro e moreno”. Esta caracterização do autor da narrativa enquanto personagem, ou, nos termos de Goffman (1981), figura do evento que relata, direciona a nossa interpretação do evento, pois a referência à cor da pele, para ser relevante, de acordo com a máxima Griceana, deve criar a expectativa de um possível conflito motivado pelas implicações desta mesma referência. Observamos ainda que, diferente de uma narrativa laboviana, esta pequena história não apresenta uma resolução, mas conclui com o relato de caráter epistêmico (“fiquei pensando algum tempo, depois lembrei que”), no qual o autor discute a imigração de europeus ao Brasil e a contrastante acolhida brasileira. Nesta sequência avaliativa, apresenta-se uma série de ações no passado, descrevendo a imigração italiana, que o narrador aplica em resumo também aos “portugueses e espanhóis”. A justaposição desses dois mini-eventos, um atual e relacionado ao indivíduo, autor e figura dos eventos, e o outro uma retrospectiva histórica e geral, como na narrativa anterior do exemplo 1, realiza a passagem do individual ao global, lançando mão de esquemas de representações que são conhecidos por aqueles que partilham do mesmo conhecimento de mundo do autor. Tem-se, então, como no primeiro exemplo, referências que identificam grupos. Neste último caso, porém, esta indentificação é representada por um conjunto de ações dirigidas a um e a outro grupo, respectivamente, o brasileiro e os europeus.

Vejamos mais uma pequena história no exemplo 3, em que representações de grupos partem do individual ao global, através das referências feitas pela autora do relato. Neste caso, a autora identifica-se como uma brasileira e relata sua experiência de discriminação na Alemanha.

Exemplo 3:

RÔ

postado:

24/04/2009 - 08h25

Realmente a maioria dos europeus são extremamente racistas. Morei em Berlim em 1995//96... como sou descendente de alemães, apenas pela minha fisionomia ninguém desconfiava que eu não fosse alemã, (desde que eu não demonstrasse isso através do meu fraco alemão na época). Compo meu marido não tem os mesmos traços, as senhoras de idade me olhavam como se questionassem: o que vc faz com um estrangeiro??? Qdo viajávamos pela Europa, (quase sempre de trem) ao retornarmos a Alemanha por vezes nos sentamos separados só para ver o que acontecia e em geral os controladores não me pediam o meu passaporte, mas nunca deixaram de pedir o do meu marido.

Outro fato que demonstra bem como os Europeus nos vêem foi um dia qdo abordada por um senhor alemão (eu ainda não falava nada em alemão apenas entendia ...) como não conseguia respondê-lo... falei que não falava alemão... ele insistiu...eu lembrei que sabia falar na língua dele que era brasileira...Pra que/???? o Homem saiu na enorme loja de departamentos rindo olhando de qdo em qdo pra mim e flanado: Brasileira???? hahahahaha....

Pra maioria deles Brasileiro que não é negro ou ao menos mulato e que não saiba sambar então... não existe....

Este relato apresenta elementos semelhantes aos dos exemplos 1 e 2. Notamos que a autora também inicia sua história com um “abstract”, afirmando que “a maioria dos europeus são racistas”. Em seguida, a narradora prossegue com uma pequena história pessoal, introduzida com uma orientação, na qual aponta onde e quando os eventos aconteceram. As referências à cor da pele dos personagens envolvidos nos eventos contribui, como nos exemplos anteriores, para criar expectativas relevantes para a interpretação do evento. Por exemplo, observamos o contraste que a autora cria entre si mesma – “descendente de alemães” e, portanto, não obviamente “o outro”—e o marido que “não tem os mesmos traços”. Neste caso, infere-se que há uma diferença entre cor e aparência determinadas pelo fato de os personagens serem, respectivamente, fisicamente semelhantes ao, e diferentes do que comumente se associa a um alemão. A significância deste contraste é elaborada pela autora com uma linha de diálogo construído (TANNEN, 1989), na qual ouvem-se as vozes coletivas de “senhoras de idade” questionando a relação entre uma suposta alemã e um estrangeiro. Esta linha apoia a interpretação da autora quanto à visível diferença de cor e traços físicos entre os personagens, informação que serve de pano de fundo para a sequência de eventos que é relatada a seguir.

A autora avança o relato com a narração de uma situação em um trem. Aqui, o contraste na atitude dos controladores para com os dois personagens ilustra o ponto fucral da estória: que os europeus tendem a tratar discriminatoriamente aqueles que são diferentes etnicamente. O emprego do imperfeito contribui para reforçar o entendimento desta atitude como corriqueira, já que contrasta-se “em geral os controladores não me pediam” com “mas nunca deixaram de pedir o do meu marido”.

Na sequência, a autora fornece mais uma estória para ‘demonstrar’ o seu ponto de vista, a razão pela qual conta as estórias que ela associa à percepção que os europeus têm dos brasileiros. Através do mini-relato, podemos observar a transição entre a identidade pessoal e a global, a medida que a autora parte de uma experiência pessoal para ilustrar uma atitude que considera generalizada dos europeus para com os brasileiros. Este segundo relato também abre com a orientação, na qual apontam-se os personagens envolvidos no desenvolvimento dos eventos. Neste caso, porém, a quebra da expectativa que justifica o contar da estória, sua “narrabilidade” (LABOV, 2001) jaz na aparente semelhança entre os personagens, pois não antecipa-se que entre aqueles que partilham das mesmas características haja razão para tratamento discriminatório (ver GOFFMAN, 1963).

No universo narrativo, a inabilidade da autora/figura de expressar-se em alemão suscita uma reação de descrença no seu interlocutor, que insiste e é então alertado para a nacionalidade da primeira. A discrepância entre a aparência da personagem e sua afirmação de que era “brasileira” levam, então, à reação do personagem alemão na pequena estória que, descrente (“Brasileira?”), ri. Como nos exemplos anteriores, a autora conclui com a sua avaliação, na forma de uma interpretação dos eventos, a saber, de que a imagem predominantemente aceita dos brasileiros é a de que são “negros” ou “mulatos” e que “sabem sambar”. Parte-se assim, mais uma vez, de uma experiência individual para o global através da avaliação dos eventos que a autora vivenciou e nos quais representa-se como figura.

Conclusão

A análise de três exemplos de pequenas estórias revelou consistência no emprego de alguns recursos linguísticos. Inicialmente, verificamos que os autores são também figuras nos relatos que narram. Também, observamos o uso de marcas identificadoras, ou referências de cor da pele ou étnicas, na orientação das narrativas, o que auxilia na criação de expectativas relevantes para a interpretação dos eventos que seguem. Em cada caso

analisado, os narradores partem de experiências individuais de discriminação em um país europeu e, ao avaliarem os eventos, interpretam essas ações como típicas das relações entre grupos: os brasileiro e os outros, europeus. Esse formato aponta para esquemas de representações que, por sua vez, referenciam atitudes globalmente aceitas, ou reconhecíveis, ao se explicar a discriminação.

Se, por muito tempo, privilegiaram-se as narrativas completas, que recapitulavam experiências pessoais de quase-morte, como ambiente linguístico adequado para a análise e compreensão de relações de identidade, agora, busca-se nas pequenas histórias, textos que podem dar conta tanto da complexidade de momentos interacionais nos quais o discurso narrativo aparece, como modos de comunicação que permeiam novas produções linguísticas. Essa nova abordagem representa uma contribuição metodológica aos estudos do discurso narrativo, na medida em que atentamos para o que Georgakopoulou (2007, p. 36-7) chama de “smallness of talk”, os momentos inconspícuos das interações do dia-a-dia, que de outro modo poderiam ser negligenciados por um olhar treinado para encontrar textos narrativos conforme o cânone.

A análise de pequenas histórias emergentes em fóruns de opinião *on line* também aponta para um novo espaço interacional cuja linguagem merece detida atenção. Com o avanço dos modos de interagir, patrocinados pela tecnologia moderna, surgem novas formas de narrar que potencialmente encerram novos modos de expressar noções de identidade. A necessidade de compreensão desta linguagem importa tanto quanto deve importar as formas de como o lidar com o outro têm se modificado em função de avanços tecnológicos. O fato de histórias aparecerem nestes contextos comprova o alcance do discurso narrativo enquanto modo privilegiado de relatar experiências, ou mesmo a expectativa de uma experiência, como a análise de situações hipotéticas exemplifica (ver FLANNERY, 2006, 2008; GEORGAKOPOULOU, 2007), e reforça a visão de que histórias são material linguístico potencialmente rico em referências sociais. O estudo deste tipo textual em suas variadas nuances oferece-nos a oportunidade de observar a construção de identidade, e permite-nos também um olhar sobre as influências de caráter social sobre os modos de apreender a realidade ao nosso redor. Desta forma, entender as histórias que contamos é também entender melhor o mundo no qual vivemos e as relações que os atores sociais entabulam uns com os outros. Em um mundo que tende cada vez mais a se entrelaçar devido, em parte, às influências da comunicação virtual, o modo de contar histórias pode ser uma importante fonte de dados para estudiosos interessados em

compreender de que forma a língua presta-se à exposição de modos de ser ou de conceptualizar quem somos.

Também, nosso estudo deteve-se na análise de como os autores de pequenas histórias representaram a própria experiência com o fim de criar um contexto no qual argumentavam sobre uma posição relativa às suas identidades e às do(s) outro(s). Os autores desses relatos representaram a si mesmos em contextos de encontros nos quais a diferença (marcada ou não, como no terceiro exemplo), salientada através de referências à cor da pele ou etnia, está no cerne da justificativa para ações discriminatórias. Essas experiências são empregadas no contexto da discussão maior do fórum para exemplificar atitudes de um grupo para com outro, ou, mais especificamente, dos europeus para com os brasileiros.

Tendo em vista que processos como a globalização tendem cada vez mais a criar contextos para a interação de grupos marcados por diferenças, é importante compreender como fenômenos linguísticos salientam aspectos destas relações. Assim, a construção linguística da identidade dos personagens em uma história de discriminação reflete também o arcabouço cultural maior no qual se inserem os envolvidos no evento comunicativo.

Referências bibliográficas

- BAL, Mieke. 1985. **Narratology**. Toronto: University of Toronto Press.
- BAMBERG, Michael G. W. 1997. Positioning between structure and performance. **Language and Society** 25: 167-203.
- CHARON, Rita 1986. "To render the lives of patients." **Literature and medicine** 5:58-74.
- DE FINA, Anna, 2006. Group identity, narrative and self representation. In: A. De Fina, D. Schiffrin and M. Bamberg (eds.). **Discourse and Identity**, 351-375. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2003. **Identity in narrative: a study of immigrant discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- _____. 2000. Orientation in immigrant narratives: the role of ethnicity in the identification of characters. **Discourse Studies** 2(2):131-157.
- FLANNERY, Mércia Santana. 2008. "She discriminated against her own race: voicing and identity in a story of discrimination." **Narrative Inquiry** 18(1):111-130.
- _____. 2006. **Stories of racial discrimination in Brazil: language, stigma and identity**. Doctoral Dissertation. Washington, DC: Georgetown University.
- GEORGAKOPOULOU, Alexandra. 2007. **Small Stories. Interactions and Identities**. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins.
- GOFFMAN, Ervin. 1981. **Forms of Talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

_____. 1974. **Frame Analysis**. An essay on the organization of experience. New York: Harper and Row.

_____. 1963. **Stigma**: Notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall

GOODWIN, Charles. 1986. Audience diversity, participation and interpretation. **Text** 6: 283-316.

HARRÉ, Rom. 2001. Narrative and metaphysics: singularities and multiplicities of self. In: Brockmeier, Jens and Donal Carbaugh (Eds.). **Narrative and Identity 1: studies in autobiography, self and culture**, Philadelphia and Amsterdam: Johns Benjamins. 59-73.

LABOV, William. 2001. Uncovering the event structure of narrative. Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics. Pp. 63- 83. Washington, DC: Georgetown University Press.

_____. 1972. The transformation of experience in narrative syntax. *Language and the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 354-396.

OCHS, Elinor and CAPPS, Lisa. 2001. **Living narrative: creating lives in everyday storytelling**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

SCHIFFRIN, Deborah. 2007. **In other words: variation in reference and narrative**. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2002. Mother and friends in a holocaust life story. **Language in Society** 31, 309-353.

_____. 2000. "Mother/daughter discourse in a holocaust oral history: "Because then you admit that you're guilty."" In: Bamberg, Michael and Allyssa McCabe, **Narrative Identity**. pp. 1-44.

_____. 1996. "Narrative as self-portrait: Sociolinguistic constructions of identity." **Language in Society** 25(2): 167-201.

TANNEN, Deborah. 1989. *Talking voices: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.

WODAK, Ruth. 2007. Discourse in European Union organizations: aspects of access, participation and inclusion. **Text and talk**, 27-5/6: 665-680.

WORTHAM, Stanton. 2001. **Narratives in action: a strategy for research and analysis**. New York and London: Teachers College, Columbia University.

Mércia Santana Flannery possui graduação e mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1995-2000), mestrado e doutorado em Linguística pela Georgetown University, Estados Unidos (2005). Atualmente é professora-adjunta da University of Pennsylvania, U.P., Estados Unidos. Áreas de interesse: sociolinguística e dialetologia. (merciaf@sas.upenn.edu)

Entre a linguagem e a poesia: uma análise sintática sobre *Os Sertões*

Déborah Christina de Mendonça Oliveira (UCB)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos sintáticos presentes na obra *Os Sertões* de autoria de Euclides da Cunha. O trabalho terá como foco de análise os seguintes pontos: as construções das sentenças, a pontuação utilizada, as formas verbais e a posição dos adjetivos presentes na referida obra. Tais aspectos receberão, muitas vezes, um tratamento linguístico; isso significa que a abordagem dos temas terá como referencial teórico as teorias linguísticas mais recentes. Sabe-se, no entanto, que o estudo do estilo não se esgota nos aspectos formais de composição.

Palavras-chave: Adjetivos; Euclides da Cunha; formas verbais; pontuação; sintaxe.

ABSTRACT: *This article aims to analyze some syntax aspects observed in the book *Os Sertões* written by Euclides da Cunha. This work will focus the analysis on some points, such as: the sentence constructions, the punctuation, the verbal forms and the position of adjectives. Those aspects will receive sometimes a linguistic treatment; this means that such aspects will be explained using a theoretical contribution of some modern linguistic theories. We know, however, that the study of styles cannot be exhausted on the formal aspects of the composition.*

Keywords: *Adjectives; Euclides da Cunha; verbal forms; punctuation; syntax.*

Introdução

O presente trabalho foi suscitado por uma discussão inicial acerca de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, promovida por meio de uma mesa-redonda intitulada “Linguagem, poesia e ciência: encontros e confrontos em *Os Sertões*”, da qual participei em maio de 2010, na Universidade Católica de Brasília, cujo objetivo era debater aspectos literários e linguísticos da obra em questão. Portanto, a análise apresentada, neste artigo, é resultante, em parte, da apresentação feita na ocasião desta mesa-redonda.

Este estudo terá como enfoque alguns aspectos da sintaxe do texto de Euclides da Cunha, a saber: a forma de construção das sentenças, a pontuação, as formas verbais e a posição dos adjetivos. Tais aspectos receberão, muitas vezes, um tratamento linguístico; isso significa que a abordagem dos temas terá como referencial teórico as teorias linguísticas mais recentes. Sabe-se, no entanto, que o estudo do estilo não se esgota nos aspectos formais de composição.

Antes de iniciar a análise, não se pode deixar de fazer menção, nestas notas preliminares, ao contexto histórico em que se estabeleceu o texto *Os Sertões*, pois grande é a influência que fatores, tais como: o contexto histórico, social e político exercem na estruturação do conteúdo da obra e na análise dos efeitos de sentido que encontramos na manifestação verbal do texto.

A obra *Os Sertões* de autoria de Euclides da Cunha foi publicada em 1902. Em 1897, Euclides da Cunha havia sido enviado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, como correspondente, ao norte da Bahia, para fazer a cobertura do conflito no arraial de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro. Segundo o Governo da época, a revolta era liderada por fanáticos monarquistas, que lutavam contra a República. O livro *Os Sertões* é fruto, provavelmente, do que o autor viu e pesquisou sobre o movimento. Nos primeiros artigos que Euclides enviou para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o autor apresentou o conflito de Canudos sob a ótica republicana, que via no movimento uma tentativa contra o Governo. Entretanto, após um olhar mais acurado, o autor pôde fornecer ao leitor a real dimensão da história, que ele define como um crime na significação integral da palavra.

A obra está dividida em três partes: *A terra*, *O Homem* e *A Luta*. A linguagem do autor é, muitas vezes, técnica e sisuda, permeada de expressões científicas. O estilo utilizado por Euclides, representado pelas construções sintáticas, infunde na obra uma preocupação estética, em que a forma tenta reproduzir o conteúdo do texto. O texto narra a situação de miséria do sertanejo, causada pela seca, e o massacre promovido pelo Exército brasileiro para pôr fim à iniciativa de Antônio Conselheiro e de seu grupo, como bem observou Souza (2009):

O narrador que se acopla estruturalmente ao pintor euclidiano da natureza procura sempre apresentar o efeito trágico da guerra de Canudos, e não a guerra em si mesma. Não se atém aos golpes e contragolpes das cenas de batalhas entre os exércitos rivais. Concentra-se no emolduramento dos quadros da natureza, viabilizando a pintura das cenas dramáticas, que representam a reviravolta catastrófica dos abatidos em combate. (p. 37)

Depois de feitas a introdução e a contextualização da obra em discussão, passemos à análise dos aspectos propostos para este trabalho.

1. A construção das sentenças

Em primeiro lugar, ressalta-se a maneira como as construções são elaboradas em *Os Sertões*. Observam-se períodos extensos seguidos, às vezes, de sentenças curtas, que funcionam como hiatos ou como freadas bruscas para repousar a leitura de um texto que é

denso. Esses intervalos consistem em frases soltas e isoladas, que podem retomar um período anterior ou apresentar um período seguinte, como no trecho destacado abaixo:

Estiram-se então planuras vastas. Galgando-as pelos taludes, que as soerguem dando-lhes a aparência exata de tabuleiros suspensos, topam-se, a centenas de metros, extensas áreas ampliando-se, boleadas, pelos quadrantes, numa prolongação indefinida, de mares. É a paragem formosíssima dos campos gerais, expandida em chapadões ondulantes – grandes tablados onde campeia a sociedade rude dos vaqueiros...
Atravessemo-la. (p. 17)

Essa característica da obra de Euclides da Cunha é apresentada também por Souza (2009), que afirma que a mutação repentina em um parágrafo de uma única oração, na forma imperativa, manifesta a intenção do narrador de atravessar a belíssima região. Segundo ele, o ditame inclui, ainda, um convite ao leitor disposto à excursão nos maravilhosos domínios dos campos gerais.

Os períodos extensos da obra exemplificam o caráter criativo da linguagem humana e oferecem provas da recursividade nas línguas naturais. O aspecto criativo da linguagem humana constitui uma diferença essencial entre os sistemas linguísticos de comunicação humana e os sistemas de comunicação animal. De acordo com Chomsky (1998), nenhuma criança tem de aprender que há sentenças de três palavras e sentenças de quatro palavras, mas não sentenças de três palavras e meia, e que é sempre possível construir uma sentença mais complexa, com uma forma e significados definidos.

A abordagem gerativa, por exemplo, tem como questão de investigação identificar as características das línguas naturais que lhes atribuem caráter único. Para isso, a teoria prima por um estudo internalista da linguagem, que tenta descobrir as propriedades do estado inicial da Faculdade de Linguagem. Pode-se afirmar que o recurso de que as línguas humanas dispõem para gerar sequências potencialmente infinitas em extensão, a partir de regras finitas, é denominado recursividade. Essa característica pode ser observada nos trechos de *Os Sertões* como no apresentado abaixo, que reúne 87 palavras em um único período:

Adiante, a partir de Monte Alto, estas conformações naturais se bipartem: do rumo firme do norte a série do grés figura-se progredir até o platô atenoso do Açuruá, associando-se ao calcário que aviva as paisagens na orla do grande rio, prendendo-as às linhas dos cerros talhados em diáclase, tão bem expressos no perfil fantástico do Bom Jesus da lapa; enquanto para nordeste, graças a degradações intensas (porque a Serra Geral segue por ali com anteparo aos alísios, condensando-os em diluvianos aguaceiros) se desvendam, ressurgindo, as formações antigas. (p.17)

Usando esse processo de concatenação, podem-se construir sentenças curtas e muito longas. Isso significa que a competência de um falante nativo permite a ele formar sentenças muito extensas, utilizando a recursividade. No entanto, questões relativas ao desempenho impedem os falantes de produzir sentenças muito extensas. Isso ocorre, porque no nível do desempenho entram em jogo questões como: limitação de memória, dificuldade de processamento, atenção, entre outras.

2. A pontuação

Como afirmado na seção anterior, o livro de Euclides da Cunha é construído por períodos ora muito curtos, ora muito extensos. Portanto, para proporcionar uma leitura adequada dos enunciados, o autor apresenta uma pontuação com rigoroso senso de disciplina e contenção.

De acordo com Corrêa (1978), para garantir fluidez e agilidade na leitura do texto, Euclides utiliza a pontuação como um recurso para quebrar a monotonia dos períodos infindáveis, nos quais a ideia central se amplifica em sucessivos desdobramentos. Multiplicam-se, assim, os ponto-e-vírgulas, as vírgulas e demais sinais de pontuação que exercem uma função importante no estilo da linguagem do autor. Sem pontuação, os períodos infindáveis da obra se tornariam, provavelmente, ininteligíveis.

Um aspecto, ainda relevante, é a forma como a pontuação é utilizada. Em muitos casos, o autor parece “desobedecer” às regras de pontuação padrão. Além disso, faz pausas em momentos inesperados.

Na tradição gramatical, a pontuação é compreendida como recurso rítmico e melódico da escrita, uma vez que essa não dispõe dos mesmos recursos da língua falada. Segundo Rocha Lima (1969), a pontuação constitui pausas rítmicas, assinaladas na pronúncia por entonações características, que na escrita são representadas por sinais especiais. Com base nessa definição, pode-se, por exemplo, analisar trechos como o seguinte a partir dos efeitos melódicos que o autor gostaria de imprimir em seu texto:

Nada é mais surpreendedor do que vê-lo desaparecer de improviso. Naquela ocasião combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrige-se-lhes, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual do órgãos; [...] (p. 119)

Na tradição linguística, é também possível explicar o uso da pontuação recorrendo às questões fonológicas. Por outro lado, é possível levantar questões relativas à sintaxe das sentenças. Observa-se, por exemplo, que o uso da vírgula em períodos simples e compostos respeita as fronteiras de constituintes e que a vírgula funciona, entre outras coisas, para marcar deslocamentos dentro da sentença.

Um constituinte pode ser definido como uma unidade sintática hierarquicamente construída, que possui uma função sintática e que se forma a partir de um núcleo. Um constituinte pode receber o nome de sintagma. Em uma sentença ambígua como: “O juiz julgou o réu inocente”, extraída de Mioto *et al* (2005), o uso de uma vírgula após a palavra “réu” poderia minimizar a possibilidade de dupla interpretação. Nesse caso, a pontuação marcaria o fato de que nessa interpretação, “inocente” não está modificando o termo “réu”.

Voltemos ao texto de Euclides da Cunha. Portanto, a pontuação utilizada pelo autor exerce uma função importante na linguagem de *Os Sertões*. Segundo Corrêa (1978), o estilo de Euclides da Cunha pode ser comparado a um desses rios dos sertões brasileiros cujas águas não se detêm nos remansos, no suave e sereno deslizamento da corrente; vão saltando os obstáculos, precipitam-se com fúria nos abismos, avançam ou recuam em refreios bruscos, procurando conter-se no curso sinuoso do leito. Assim, a pontuação, apresentada na obra, tem como objetivo gerar um caráter melódico, além de apontar um estilo único.

3. As formas verbais

Passemos à análise das formas verbais. Em *Os Sertões*, os verbos são muito utilizados em repetições, que podem tentar transmitir ao leitor uma sensação de movimento, como no trecho abaixo:

[...] desarmando-se; desapertando os cinturões, para a carreira desafogada; e correndo, correndo ao acaso, correndo em grupos, em bandos erradios, correndo pelas estradas e pelas trilhas que as recortam, correndo para o recesso das caatingas, tontos, apavorados, sem chefes... (p. 367)

Segundo Corrêa (1978), nesse trecho tem-se uma sensação física de movimento, acompanhando o temor e o pânico que se apoderaram dos soldados que saíam em retirada. Tal sensação, que acompanha a ideia de movimento, veiculada no plano do conteúdo, dá-se pela repetição do verbo “correr” no gerúndio, no plano da expressão.

O gerúndio possui uma característica marcante quanto ao seu aspecto: poder marcar um processo contínuo, conforme excerto abaixo:

De sorte que quem o contorna, **seguindo** para o norte, observa notáveis mudanças de relevos: a princípio o traço contínuo e dominante das montanhas, **precipitando-o**, com destaque saliente, sobre a linha projetante das praias; depois, no segmento da orla marítima entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, um aparelho litoral revoltado, feito da envergadura desarticulada das serras, riçado de cumiadas e corroído de angras, **escancelando-se** em baías, e **repartindo-se** em ilhas, e **desagregando-se** em recifes desnudos, à maneira de escombros do conflito secular que ali se trava entre os mares e a terra. (p. 11-12, grifos meus)

Ressalta-se que a noção de aspecto distingue-se da noção de tempo verbal. O aspecto é uma categoria gramatical que representa distinções na estrutura temporal do evento. Um evento, por exemplo, pode ser entendido como ocorrendo em um único momento, como uma única ocorrência ou como uma série de ocorrências que se repetem; pode ser visto começando, continuando ou terminando. O gerúndio, em geral, apresenta um aspecto contínuo ou progressivo, em que o evento estende-se no tempo. No caso da obra euclidiana, parece que o gerúndio agrega à leitura uma interpretação de continuidade e de movimento.

Souza (2009) afirma que, desde o prólogo dramático, o narrador de *Os Sertões* apresenta, por meio das formas verbais, o perspectivismo da percepção do viajante que contorna o planalto central, seguindo para o norte. A arte do narrador representa a pluralidade das percepções do observador, a fim de que a multiplicidade narrativa se apresente de modo ordenado.

Na grandiosa abertura do prólogo dramático, a movimentação do planalto, **que se representa no dinamismo dos verbos “desce”, “desata-se”, “descamba”**, decorre da configuração metonímica da percepção. (SOUZA, 2009, p. 17, grifos meus)

A observação feita por Souza (2009) revela o aspecto itinerante do narrador do texto. Essa sensação de movimento é garantida, portanto, por um ponto de vista plural, traduzido nas ocorrências verbais, presentes na narrativa de Euclides da Cunha.

4. Os adjetivos

O último ponto que iremos discutir é a posição dos adjetivos na obra *Os Sertões*. Esse uso parece ser ressaltado em vários estudos sobre a obra. De acordo com Corrêa (1978), alguns críticos chegam a colocar, no adjetivo, a tônica do estilo de Euclides da

Cunha. Com efeito, não se pode negar que nesse elemento resida uma das marcas da linguagem do escritor.

Uma preocupação do autor é a posição do adjetivo no sintagma nominal. No português do Brasil, o adjetivo pode ser posicionado à direita ou à esquerda do núcleo nominal: pode-se ter “bonita garota” e “garota bonita”. No entanto, essa aparente mobilidade do adjetivo pode marcar alteração de sentido na sentença, como em: “Paulo é um grande homem” e “Paulo é um homem grande”. Essa possibilidade de estar anteposto ou posposto ao nome, entretanto, não é geral à classe dos adjetivos, como observado em: “camisa verde” e “*verde camisa”.

A ordem adjetivo – substantivo atribui ao caracterizado a função típica dos elementos da área esquerda do sintagma nominal, tais como: quantificadores e determinantes em geral. Cabe salientar que a simples inversão de ordem pode fazer de uma palavra como “inimigo” mudar de função sintática, como: “um avião inimigo” e “um inimigo terrível”. Esses exemplos extraídos de Perini (2001) demonstram que, no primeiro sintagma, o termo “inimigo” funciona como modificador e no segundo, funciona como núcleo do sintagma nominal, o qual é modificado por “terrível”. A ordem adjetivo – substantivo parece ser mais enfática, enquanto que a ordem substantivo – adjetivo apresenta o adjetivo como elemento caracterizador por excelência, uma vez que essa é a ordem não marcada.

O texto de Euclides da Cunha prefere a ordem substantivo – adjetivo, tais como nos sintagmas: “veados ariscos”, “estações benéficas”, “vales secos”, “flora estupenda”, entre outros. Para Corrêa (1978), a preferência de Euclides da Cunha por essa forma é uma decorrência do valor que ele emprestava ao adjetivo como elemento caracterizador por excelência. A estrutura substantivo – adjetivo, preferida pelo autor, pode ser evidenciada nos excertos abaixo, extraídos de *Os Sertões*:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. (p. 118)

Segue a boiada vagorosamente, à cadência daquele canto triste e preguiçoso. (p. 131)

Tal uso pode ser justificado, ainda, se atentarmos para a nota preliminar do autor, na qual Euclides da Cunha afirma ter a intenção de que a obra expresse a sinceridade que deve ter um narrador diante da história, ou seja, existe uma preocupação com a

objetividade e exatidão dos conteúdos descritos. Esse aspecto do texto deve-se à refutação euclidiana do divórcio da ciência e da arte. A respeito da união entre ciência e poesia na obra euclidiana, Souza (2009) afirma:

Como cientista ou poeta, mas sobretudo como cientista e poeta, a Euclides não importa senão ser geopoeta, que é o poeta que se emparelha com a terra na tentativa de corresponder ao ritmo formativo da potência telúrica. Não basta observá-la com a ótica monocular dos conceitos solidificados. Necessário se torna conciliar dinamicamente a imaginação poética e a observação científica. Se não se dissolve a solidez dos conceitos na fluidez das imagens, não se obtém uma visão genuína da terra. (p. 121)

Portanto, o uso da adjetivação em *Os Sertões*, particularmente, na ordem substantivo – adjetivo está relacionado tanto ao caráter estético da obra, quanto ao rigor descritivo da terra, do homem e da luta.

Conclusão

O presente artigo analisou, portanto, alguns aspectos da linguagem da obra *Os Sertões*, em particular, aspectos relativos à construção sintática do texto euclidiano. Observou-se que a tessitura do livro garante um caráter estético e uma expressividade linguística ímpar. O conjunto de recursos linguísticos utilizados pelo autor imprime no texto um estilo primoroso.

Constatou-se, assim, que as construções das sentenças revelam o caráter criativo da linguagem por meio de orações ora muito extensas, ora muito curtas, que funcionam como freadas bruscas na leitura do texto. A inteligibilidade dos períodos infindáveis é garantida pela pontuação vasta e precisa.

Verificamos, ainda, que as formas verbais, empregadas no livro, permitem ao leitor a sensação de movimento, essencial à natureza multiperspectivada do narrador itinerante. Por fim, a análise demonstrou como a posição dos adjetivos (na maioria, pospostos aos substantivos que eles modificam) na estrutura dos sintagmas nominais do texto infunde na obra a relação entre ciência e poesia, entre forma e conteúdo.

A análise, aqui proposta, tentou apresentar uma visão plural da obra, suscitada, inicialmente, pela proposta da mesa-redonda, da qual esse estudo é resultante. Essa perspectiva deve ser adotada para fazer uma análise adequada ao enfoque transdisciplinar do texto euclidiano.

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, Noam. **Linguagem e Mente**. Tradução de Lúcia Lobato. Brasília: UnB, 1998.
- CORRÊA, Nereu. **A Tapeçaria lingüística de Os Sertões e outros ensaios**. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1978, p. 1-21.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina & LOPES, Ruth. **Novo Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2005.
- PERINI, Mário. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 2001.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 14 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1969.
- SOUZA, Ronaldo de Melo e. **A Geopoética de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

Déborah Christina de Mendonça Oliveira é licenciada em Letras Português/Inglês pela Universidade Católica de Brasília; mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Linguística na mesma instituição. Sua principal área de atuação é o estudo da sintaxe, sob a perspectiva da Teoria Gerativa. (deborah@ucb.br)

Os sentidos da palavra *preconceito* na produção do conhecimento das ciências sociais

Carolina de Paula Machado (UNICAMP)

RESUMO: A partir do lugar teórico da Semântica do Acontecimento, analisamos a divisão dos sentidos da palavra *preconceito* a partir da evidência do sentido etimológico. O sentido dessa palavra atribuído pela etimologia é analisado em dois dicionários, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e o *Dicionário Etimológico da Nova Fronteira*, comparando-a com os sentidos produzidos no funcionamento dessa palavra em dois recortes de um importante texto das Ciências Sociais no Brasil intitulado a *Evolução do Povo Brasileiro* de Oliveira Viana. Com isso, observamos que a partir da evidência da unidade do sentido da origem etimológica “pré + conceito”, outros sentidos circulam, como o sentido de *ação compressiva*. No entanto, há a naturalização da suposta “inferioridade” dos negros e mestiços, sem que isso seja considerado preconceito racial, apagando-se assim este sentido de *preconceito*.

Palavras-chave: . Preconceito; sentidos; ciências sociais; Semântica do Acontecimento.

RÉSUMÉ: Dans le cadre théorique de la sémantique de l'événement, nous analysons la variété des sens du mot *préjugé* à partir de l'évidence du sens étymologique. Le sens étymologique de ce mot est analysé dans deux dictionnaires, le *Dictionnaire Houais da Língua Portuguesa* et le *Dicionário Etimológico da Nova Fronteira*. Il y est comparé avec les sens produits dans le fonctionnement de ce mot dans deux extraits d'un texte important des sciences sociales au Brésil, intitulé *L'Évolution du peuple brésilien*, de Oliveira Viana. Nous avons observé qu'au-delà de l'évidence de l'unité du sens de l'origine étymologique “pré+conceito”, d'autres sens circulent, comme le sens d'action compressive. En même temps, il y a la naturalisation de l'“infériorité” des Noirs et des métisses, sans que ceci soit considéré comme un *préjugé* racial: ce sens de *préjugé* s'efface.

Mots-clés: *Préjugé, sens, sciences sociales, sémantique de l'événement.*

Neste texto¹, trago o recorte de uma análise que realizo em minha tese de doutorado sobre a designação da palavra *preconceito* em importantes obras das ciências sociais do início do século XX, sob a orientação do Prof^o. Dr^o. Eduardo Guimarães. O texto resulta da apresentação que fiz no I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI), realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM) em junho de 2010.

Uma das questões que atravessa a análise da designação da palavra *preconceito* é o conhecimento ser tomado como uma evidência, como algo dado, a-histórico que, neste caso, diz respeito à formação da sociedade brasileira. Esse conhecimento, que é produzido

¹ Agradeço à Mariza Vieira da Silva e Ana Cláudia Fernandes Ferreira pelas contribuições.

sob parâmetros formais, se estabiliza alimentando uma necessidade dos sujeitos pragmáticos (que é também produzida) de um mundo logicamente estabilizado (cf. Pêcheux, 2002). De acordo com nossa perspectiva teórica, esse conhecimento, além de histórico, é considerado como uma interpretação dentre outras possíveis e os sujeitos aí se constituem ao mesmo tempo que os sentidos, produzindo seus efeitos ideológicos.

Assim, quando nos perguntamos pelas designações da palavra *preconceito*, não buscamos apenas efetuar um inventário dos sentidos dessa palavra. Buscamos compreender o que os sentidos, historicamente constituídos no acontecimento enunciativo (cf. Guimarães, 2002), dizem das relações sociais brasileiras, a partir do olhar de autores que produziram obras de referência para as Ciências Sociais. Esses olhares, essas interpretações são determinadas por uma memória de sentidos já estabilizados para a palavra *preconceito*, ao mesmo tempo que produzem deslocamentos nessa memória.

Os dicionários, através de suas definições, configuram-se como provedores de sentidos institucionalizados que impedem muitas vezes a circulação de outros sentidos. Considerando as palavras como “palavras políticas” que têm sua história significativa, provenientes de suas enunciações e sentidos que são específicos ao espaço de enunciação brasileiro, observaremos, neste artigo, os sentidos da palavra *preconceito* fornecidos pela Etimologia, vista aqui como um lugar de produção de evidências, a partir de dois dicionários: o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009) e o *Dicionário Etimológico da Nova Fronteira* (1998). A Etimologia nos levou a observar também um dicionário de francês e dicionários francês/português – português/francês. São eles: *Petit Robert de poche* 2009 (2008), o dicionário *Michaelis Escolar (francês/português - português/francês)* (2004) e o *Dicionário Português-Francês da Editora Porto* (1999). Vamos comparar estes sentidos com o funcionamento da palavra *preconceito* em dois recortes da obra *A Evolução do povo brasileiro*, de Oliveira Viana, que é um autor de destaque nas Ciências Sociais.

Assim, considerando que o conhecimento científico produz significações que são tomadas como evidentes, que não são nem neutras nem homogêneas, pois, conforme Orlandi (2007, p. 9) “não há sentido sem interpretação”, buscamos deslocar universos de sentidos logicamente estabilizados (PÊCHEUX, 2002). Analisar a palavra dessa forma, é considerar que a constituição de seus sentidos se dá no interior do acontecimento enunciativo no qual as relações de sentido se dão histórica e politicamente, constituindo sujeitos e atribuindo sentidos para o real.

O político é definido por Guimarães como sendo a

contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito, entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam o seu pertencimento. (2002, p. 16).

Tomar o político nas relações de linguagem é considerar, pois, que não há um, mas vários sentidos que se dividem, entram em conflito, são apagados, no acontecimento, ao simbolizarem relações sociais que são também divididas, hierarquizadas. E ser sujeito de linguagem é estar determinado por essa disputa de sentidos, é constituir-se nessa divisão e ser ele mesmo dividido.

Uma outra noção relevante para nossa análise é a de espaço de enunciação que leva em consideração a relação necessária entre línguas e falantes. “Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político...” (GUIMARÃES, 2002, p. 28), no qual dicionários e gramáticas funcionam como legitimadores e reguladores da língua oficial e nacional, no caso, da língua portuguesa no Brasil. Este espaço permite que se observe a relação política de uma língua – a língua oficial – com outras línguas e seus falantes que dividem um mesmo espaço.

De nosso ponto de vista, compreendemos que os sentidos não se limitam à origem etimológica, àquilo que os dicionários, enquanto instrumentos de gramatização² legitimam como sendo a sua designação. Buscamos, a partir do lugar teórico no qual nos situamos, o da Semântica do Acontecimento, analisar a designação ali presente que, de acordo com Guimarães (2002, 2007), é a significação que resulta das relações lingüísticas e que remete ao real sendo, portanto, determinada pela história e pelo social. Para tanto, observamos as reescrituras da palavra *preconceito*, isto é, palavras que a redizem no acontecimento enunciativo e com isso atribuem-lhe outros sentidos, constituindo assim suas designações. Além delas, também observamos as articulações através das quais a palavra *preconceito* é determinada por outras palavras ou predicados que não a reescrevem, mas que estabelecem com ela uma relação de sentido.

Colocamos em questão a evidência primeira do sentido da palavra *preconceito*, significada como um conceito formado antecipadamente, uma ideia pré-concebida

² Utilizamos aqui o termo instrumento de gramatização tal como Aouroux (1992) considera esta noção. “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (p. 65).

motivada pela falta de conhecimento. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* dá como formação etimológica da palavra o prefixo “Pré” + o radical “Conceito”.

Para obter mais informações sobre a etimologia da palavra, consultamos o *Dicionário Etimológico da Nova Fronteira* no qual a palavra é classificada morfológicamente como um substantivo masculino. Nele, a palavra é definida como “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos”, e a etimologia de *preconceito* é dada como sendo “calcado no francês *préconçu*” (Cunha, 1998, p. 629).

Temos aí um primeiro deslizamento dos sentidos quando a palavra é reescrita pelo radical “conceito” e, em seguida, por “opinião”, bem como uma primeira divisão de sentidos entre o científico e o senso comum. Também encontramos uma relação do espaço de enunciação de língua portuguesa com o espaço de enunciação francês ao ser atribuída à palavra francesa *préconçu* como a origem etimológica de *preconceito* em português.

No dicionário *Petit Robert de poche 2009*, o adjetivo *préconçu* é definido como “Élaboré sans jugement critique ni expérience → **préjugé**” (2009, p. 565). Na acepção francesa, a palavra é definida pela relação com o julgamento crítico e com a experimentação que são realizados com a indicação através de uma flecha para um possível sinônimo, *prejugé*. O sentido de “julgamento”, que não apareceu na definição etimológica do dicionário em língua portuguesa, aparece na definição lexicográfica do *Petit Robert*.

A palavra *préjugé*, caracterizada morfológicamente em francês como um substantivo masculino, corresponde à palavra *preconceito* em português, como pudemos averiguar no dicionário *Michaelis (francês / português - português / francês)* e no *Dicionário Português-Francês da Editora Porto*. Há novamente uma deriva dos sentidos com a reescritura “préjugé” que atribui o sentido de *julgamento antecipado* à palavra *preconceito* em português através da etimologia francesa. Desse modo, mesmo que no dicionário etimológico de língua portuguesa não esteja presente a relação de sentido com o sentido de “julgamento” na definição, a origem francesa estabelece essa relação, o que faz com que esse sentido também determine a palavra *preconceito* em língua portuguesa.

Assim, vemos que na própria etimologia há divisão e conflito de sentidos através da correspondência entre a palavra “preconceito” e “préjugé”, e da relação com a palavra da qual se originaria “préconçu”.

Podemos também observar que o sentido pejorativo normalmente atribuído ao *preconceito* não aparece em sua origem etimológica nem em português nem em francês.

Uma outra questão diz respeito morfologia dessas palavras. Tanto *préjugé* quanto *preconçu* são palavras formadas por radicais que derivam dos verbos “jugar” e “concevoir”, respectivamente. Ou seja, ambas são verbos, nomeiam ações, e para formar os substantivos e adjetivos encontram-se na forma do particípio passado. Já para *preconceito* em português, o radical *conceito* não deriva de verbo, não designa uma ação.

Passemos agora à designação da palavra no funcionamento textual em dois recortes do texto *A evolução do povo Brasileiro* de Oliveira Viana (1923).

Recorte 1:

Nenhum *erro maior* do que o daquelles que, partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados (porque temos a mesma civilização), julgam-se dispensados de estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades. Essa abstenção encerra um *erro imenso*, comparável ao erro do médico, que partindo do facto de que todos os homens têm a mesma physiologia, se julgasse dispensado de pesquisar, para a formulação do seu diagnóstico e a determinação da therapeutica aconselhavel, as particularidades idiosyncrasicas de cada doente. Faria, neste caso, não obra sincera e honesta da sciencia e, muito menos, obra technica de medico, mas apenas obra grosseira ou leviana, de charlatão, á semelhança dos nossos boticarios de aldeia tão deliciosamente interessantes no desembaraço com que applicam, a olho e pelas apparencias, conhecidas formulas feitas, pilhadas ao Chernviz. Já mostrei, aliás, no meu ensaio sobre idealismo na evolução política, como tem sido funesto para nós esse *preconceito* da absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados e como esse *preconceito*, com que *justificamos* a imitação systemática das instituições europeas nos tem valido, há cerca de cem annos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes (pp. 28-30)³.

Neste recorte, encontramos uma comparação entre o *erro maior*, e *erro imenso* ao *erro do médico* e também a oposição entre *obra sincera* e *honesta ciência* à *obra grosseira, leviana, charlatã* dos boticários de aldeia. Depois, a expressão formada por esse *preconceito* reescreve, por substituição, *erro imenso* e *erro maior*. Com essa reescritura, o *preconceito* é oposto ao que é feito pela ciência com imparcialidade, exatidão, objetividade, técnica.

A palavra *preconceito* está articulada à expressão “absoluta semelhança entre nós (habitantes do Brasil) e os outros povos civilizados” e pela expressão “com que justificamos a imitação systemática das instituições europeas”. Ou seja, nós, os brasileiros, não teríamos a mesma civilização que os outros povos civilizados, no caso, os europeus.

³ Mantive a ortografia utilizada pelo autor neste e no próximo recorte.

Afirmar isso seria *erro*, seria basear-se em conhecimento popular e não científico, seria *preconceito*.

Para o autor isso não significa que os *brasileiros* não sejam civilizados mas haveria certas “peculiaridades” que nos diferenciariam dos portugueses, nossos colonizadores. O autor enuncia de uma posição-sujeito nacionalista buscando, com seu estudo, mostrar as diferenças de nosso povo, de nossas instituições e de nossa economia, em relação a Portugal; mas, ao longo de sua obra, observamos que esse nacionalismo está vinculado à teoria evolucionista e que, portanto, esses “brasileiros” são apenas uma pequena parte da população que vivia no Brasil: os brancos, descendentes de portugueses, considerados por ele, uma “raça superior”⁴.

Passemos agora para um outro recorte:

(...) Esses objectivos, que são a causa intima da incomparável aptidão ascencional das sociedades arianas, deixam indiferentes os homens da raça negra, *organicamente incapazes de se elevarem*, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização originária. O poder ascencional dos negros em nosso povo e em nossa história, si é, pois, muito reduzido, apesar da sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça, não o é apenas pela accção compressiva dos *preconceitos sociaes*, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da *mentalidade* do homem branco (VIANA, 1923, p. 135).

A palavra *preconceito* é reescrita, por repetição, por *preconceitos sociaes*, expressão na qual *sociaes* caracteriza *preconceito*, determinando assim que não há um mas vários tipos de preconceito. Consideramos também que preconceito é determinado pela expressão definidora *ação compressiva* a qual está articulado, expressão que descreve o efeito que o *preconceito social* teria na sociedade em relação aos “negros”.

Comparando com o recorte anterior, observamos que, neste acontecimento, ocorre uma ruptura de sentidos justamente onde o autor está descrevendo o lugar social do negro e justificando a sua situação. Há assim uma divisão dos sentidos da palavra: eles deixam de se limitar à oposição erro (conhecimento popular)/acerto (conhecimento científico), e a palavra passa a significar também uma *ação compressiva* em relação às relações sociais.

⁴ Realizo uma análise mais detalhada sobre quem é esse povo brasileiro de que fala Viana em um artigo intitulado “Discurso fundador e Representação: os sentidos de “brasileiro” em Oliveira Viana e em Sérgio Buarque de Holanda” a ser publicado na Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos, nº 23.

Ainda nesse recorte, gostaríamos de chamar a atenção para um enunciado em que se encadeiam três argumentos que se configurariam como os motivos que reduziriam o poder ascensional dos negros:

- a) **não** o é **apenas** pela pequena capacidade eugenística da raça;
- b) **não** o é **apenas** pela ação compressiva dos preconceitos sociais;
- c) **mas principalmente** pela insensibilidade do homem negro às solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco.

A formulação “não apenas... mas principalmente...”⁵ que liga os dois primeiros argumentos ao último, colocam o argumento da *inferioridade dos negros* como o principal impedimento para sua ascensão social, numa escala hierárquica entre os três argumentos; perspectiva enunciativa esta assumida pelo Locutor.

Viana enuncia como se o estudo sobre o “nosso povo” feito por ele estivesse livre do “preconceito” (designado como *erro*, próprio do conhecimento popular), por estar fundamentado no conhecimento científico. Ele fala do lugar de dizer de um enunciador universal no qual o que se diz é tido como uma verdade incontestável, objetiva, imparcial, acima ou fora da história, perspectiva que é geralmente adotada no discurso da ciência; e fala do lugar social de sociólogo (homem da ciência), autorizado, portanto, a falar em nome da ciência.

Predomina assim o argumento da superioridade biológica dos brancos em relação à dos negros que por isso devem ser dominados pelos primeiros. Este sentido é possível no interior de uma posição nacionalista vinculada à teoria evolucionista, na qual Viana se inscreve, já que nela, como vemos, o *preconceito* não é determinado pelo sentido da “inferioridade racial”. A dominação, a escravidão e a impossibilidade de ascensão social dos negros são atribuídas à sua inferioridade racial.

Assim, discursos diferentes, contraditórios interpelam Viana. Ele enuncia a partir de uma posição sujeito ora nacionalista, quando quer mostrar com seu estudo as “peculiaridades” da nossa civilização distinguindo-a da civilização portuguesa. E, utilizando a teoria da evolução aplicada à análise social, desliza para um discurso que considera negros, índios e mestiços inferiores aos brancos, que pode ser considerado como

⁵ Essa expressão pode ser comparada com a formulação “não só ... mas também” que é analisada no estudo sobre as conjunções realizado por Guimarães (1987) no livro “Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português”. Em nossa tese de doutorado, detalhamos mais essa comparação para efeitos de análise.

um discurso colonialista. Desse modo, é possível a afirmação do *preconceito racista* de considerar o homem negro inferior ao branco, sem que isso seja significado como preconceito, ao mesmo tempo em que é reconhecido o *preconceito social*. Isso é possível uma vez que a inferioridade racial não faz parte do domínio semântico de *preconceito* no discurso colonialista.

Embora o *preconceito* signifique nesse caso uma forma de discriminação, de exclusão social, o que nos levaria a pensar que no discurso nacionalista do autor haveria o combate aos preconceitos raciais produzidos pela sociedade de maneira a valorizar a civilização brasileira, observamos que a suposta “inferioridade racial” dos negros não é determinada por *preconceito*, configurando-se aí o trabalho da contradição. O Locutor enuncia de uma posição sujeito filiada ao discurso da teoria evolucionista aplicada à análise social que na época em que a obra foi escrita ainda não era considerada uma análise preconceituosa e racista por muitos.

Desse modo, mesmo que seja trazido para o texto o reconhecimento de que os preconceitos são sociais e que, de uma certa forma, discriminam, excluem, o argumento da inferioridade biológica racial predomina, é assumido pelo Locutor. Certas características biológicas dos negros e mestiços são consideradas ruins e seriam elas causadoras da sua suposta “inferioridade”, naturalizando assim a sua impossibilidade de ascensão social.

No horizonte de interpretação possível a partir desse acontecimento enunciativo, pode-se considerar que uma vez que essa inferioridade é natural e não é causada pelo preconceito, a culpa da degradação e exclusão recai sobre os próprios negros e mestiços, mas jamais sobre a sociedade, sobre os brancos descendentes de portugueses. Naturalização esta que torna a exclusão irreversível.

O efeito de evidência que se forma a partir da definição etimológica da palavra se desfaz na relação com os sentidos produzidos em língua francesa. Mas é somente no funcionamento textual que o sentido pejorativo aparece, na reescrituras “erro imenso”, “erro maior”. O sentido de ação que falta na etimologia da palavra em português aparece no funcionamento textual relacionado ao ato de “comprimir socialmente” (relegar os negros a classes sociais mais baixas). Mas, mesmo assim, esse apagamento verbal no étimo pode fazer com que o sentido de “conceito antecipado” se sobreponha ao sentido de “discriminar”, “excluir”, apagando assim a historicidade de sentidos da palavra. Desse modo, considerando a relação da língua com o real, apaga-se a relação de dominação e de escravidão realizadas por Portugal ainda presentes no início do século XX.

Se considerarmos as condições de produção desse texto, vemos o lugar ocupado pelo Estado. Ele foi publicado pelo governo do presidente Epitácio Pessoa em 1922 em comemoração aos cem anos de Independência do Brasil, como prefácio de um recenseamento sobre o povo brasileiro, no despontar do movimento modernista que buscava a valorização do que é “brasileiro”; época da consolidação do Brasil como uma nação independente e como República. Viana, ao anunciar que vai buscar mostrar as diferenças entre a civilização portuguesa e a brasileira estaria falando de uma posição sujeito nacionalista, coincidindo com os anseios do momento. Mas, o enunciado revela o preconceito (racista), sem que seja considerado como tal, quando *preconceito* significa as relações sociais brasileiras, promovendo a exclusão dos negros e mestiços e reforçando a suposta “superioridade” da “civilização” portuguesa, e, portanto, indo na contramão da valorização do que é brasileiro e na direção de um discurso colonialista.

Considerações finais

Na análise, observamos que a evidente homogeneidade do sentido que se tem sob a unicidade da palavra *preconceito* em português é aparente. A etimologia fornecida pela análise de alguns dicionários revelou a relação dos sentidos dessa palavra da língua portuguesa normatizada com outras duas palavras de uma língua oficial de outro espaço de enunciação, o francês. Em língua portuguesa, os sentidos ficam condensados em uma única palavra enquanto que em francês eles dividem-se em duas palavras de radicais diferentes *préjugé* e *préconçu*. Isso revela outros efeitos de sentido que são o da vinculação com o sentido de *julgamento* e o do sentido de ação que ficam apagados no étimo português.

Essa ilusão de unicidade e o apagamento dos sentidos de julgamento e de ação, mais a falta do sentido pejorativo podem provocar a ilusão de ser o sentido etimológico o único sentido de *preconceito*, sobrepondo-se aos outros sentidos que circulam em língua portuguesa.

Saímos, então, do lugar da língua normatizada pelos dicionários e passamos para o seu funcionamento em um texto sobre a formação social do Brasil. Observamos que logo as duas primeiras reescrituras de *preconceito*, *erro imenso* e *erro maior*, atribuem à palavra o sentido pejorativo por ser reescrita por *erro*. Vemos, então, a oposição entre o discurso do senso comum e da ciência mas, nesse caso, a reescritura *erro* atribui o sentido pejorativo que faltava antes.

Quando avançamos um pouco mais, o sentido de *preconceito* deixa de se limitar a oposição ciência/senso comum para significar outra relação de sentido. No texto de Viana, a palavra *preconceito* recebe o adjetivo *sociais* que a caracteriza por estar significando algo das relações sociais brasileiras. Nesse caso, ela é reescrita pela definição “ação compressiva”, ou seja, ela está nomeando uma ação de comprimir os negros no nível social mais baixo. No entanto, apesar dessa relação de sentido que significa a exclusão, há a naturalização da suposta “inferioridade” do homem negro o que não é significado como preconceito racial. Desse modo, apesar do texto ir na direção de uma denúncia dos preconceitos, de opô-los ao discurso da ciência, os preconceitos raciais têm seus sentidos circulando sem serem afirmados como tais, justamente por serem sentidos autorizados pelo próprio discurso científico que no caso específico trata-se da teoria evolucionista.

Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- AVOLIO, J. C. e FAURY, M. L. **Dicionário Escolar Michaelis francês/ português-português /francês**. Melhoramentos, 2004.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2ª Ed. 10ª impressão, Editora Nova Fronteira, 1998.
- FIRMIN, G. , MORVAN, D. REY, A. **Petit Robert de Poche 2009**. Paris : Dictionnaires Le Robert Sejer, 2008.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 4ª Ed, 2007.
- _____. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. Domínio Semântico In: Molica, M. C. e Guimarães, E. (Orgs). **A palavra: forma e sentido**. Campinas, Pontes/RG, 2007, 77-96.
- HOUAISS, A. [et all]. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 5ª Ed, 2007.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 3ª Ed., 2002.
- PORTO EDITORES. **Dicionário Português-Francês**. Porto Editora, 1999.
- VIANA, O. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923.

Carolina de Paula Machado é graduada em Letras pela Universidade Federal de São Carlos (2004, concluída em 2004), mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2007), e doutoranda em Linguística pela mesma Instituição. Como bolsista da CAPES e integrante do projeto “História das Ideias Linguísticas”, objeto de um acordo internacional, realizou um estágio doutoral na École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines (ENS- LSH), em Lyon, França, em 2008-2009. (carolinapmac@yahoo.com.br)

O ambiente do realismo literário no Brasil

Júlio César Tavares Dias (UNICAP)

RESUMO: Este é um trabalho de História da Literatura onde se tenta abarcar numa só visão o Realismo-Naturalismo-Parnasianismo, estudando alguns pontos relevantes do ambiente em que foram fomentados, visto não podermos em um curto trabalho abarcar todos os aspectos da época em que surgiram. O Realismo existe como tendência e como escola, e dentre os motivos que o levaram a ser escola lembramos a influência do Positivismo na cultura de forma geral e o episódio de 1848. Também importante foi a Escola de Recife, cujos principais vultos são Tobias Barreto e Sílvio Romero. Três questões na época abalaram a sociedade: a militar, a Coimbra e a religiosa. Se a princípio encaramos Realismo-Naturalismo-Parnasianismo juntos, é necessário depois tecer algumas considerações sobre os dois ramos que surgiram do Realismo: Naturalismo e Parnasianismo, este visto ao lado de outra tendência da época: a poesia realista.

Palavras-chave: Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, poesia realista, ambiente histórico.

ABSTRACT: *This is a project of History of Literature, where we attempt to see in a unique vision Realism – Naturalism – Parnasianism, studying some relevant points from the ambient where they were developed. Realism exists like tendency and it exists like school, too. Between motives for Realism become school, we remember Positivism's influence in the general culture and the 1848's episode. The School of Recife also was important; their principal participants were Tobias Barreto and Silvio Romero. Three questions affect the society in that époque: military question, Coimbra question and the religious question. In begin we see Realism – Naturalism – Parnasianism together, but after we need consider two rams came from Realism: Naturalism and Parnasianism, this is seen together other tendency of époque: the realist poetry.*

Keywords: *Realism, Naturalism, Parnasianism, realist poetry, historical ambient.*

O Ambiente do Realismo Literário no Brasil

Comumente se diz que o Realismo surgiu no Brasil com o lançamento em 1881 de dois romances: *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e que terminou em 1902, quando começa a “Belle Époque” com o lançamento de *Canaã*, de Graça Aranha (MOISÉS, 2001, p. 17). Consideramos que o Realismo sempre existiu como tendência geral em todas as épocas e até paralelo e entremeado ao Romantismo. Há, por exemplo, um tom realista no romance *Senhora*, de José de Alencar. Da mesma forma, sempre existiu o romantismo como tendência geral e até, por vezes, nuances suas se fizeram notar na poesia parnasiana (em Olavo Bilac e Vicente de Carvalho, principalmente). Afrânio Coutinho (2004) comenta: “antes de se concretizarem numa época histórica, eles [Realismo e Naturalismo] eram categorias estéticas ou temperamentos artísticos, tendências gerais da alma humana em diversos tempos [...]”. Dessa forma, há Realismo na Bíblia e em Homero [...] Do mesmo modo, o

Naturalismo existe sempre que se reage contra a espiritualização excessiva [...] Não só na prosa, senão também na poesia essa mistura se observa: muitos parnasianos mostram-se fiéis a formas românticas ou avançam pelo Simbolismo” (p. 4-5). Esse fato dificulta-lhe uma eficaz definição: “É impossível uma definição completa do Realismo, que é antes um temperamento, uma tendência, um estado de espírito, de que um tipo ou gênero literário acabado” (COUTINHO, 2004, p. 9).

Aqui compete destacar alguns pontos da ambiência da época para entender como esses pontos possibilitaram que o *realismo* (tendência) passasse a ser *Realismo* (escola literária). Usamos o termo Realismo de uma forma geral abarcando o Naturalismo e o Parnasianismo, já que são ramos (ou ramificações?) do Realismo, aprofundando suas características e florescendo-as, e se apoiando em algumas outras que lhes são peculiares: “O Realismo se tingirá de naturalismo, no romance e no conto, sempre que fizer personagens e enredos se submeterem ao destino cego das ‘leis naturais’ que a ciência da época julgava ter codificado; ou se dirá parnasiano, na poesia, à medida que se esgotar no labor do verso tecnicamente perfeito”, assim afirma Bosi (1997, p. 187), semelhante a quem tentamos “abraçar de um só golpe a literatura realista-naturalista-parnasiana” (cf. COUTINHO, 2004, p. 11).

A influência do positivismo

O Realismo surgiu no esteio do pensamento positivista que por sua vez muito deve à Revolução de 1848. O magistério de Auguste Comte ecoava por todos os lados e em todas as ciências, inclusive se fazia ouvir na política brasileira. É nele que se fincaram nossos republicanos. O pensamento comtista influenciava grandemente nossos intelectuais, se não todos, a sua parte mais moça. A influência de Comte, porém, chegava aqui através de outros escritores. Essa é uma realidade não só sobre o positivismo, pois assim nos chegavam de forma geral as novas ideias. José Veríssimo (1963, p. 253) testemunha: “Foi nos próprios livros franceses de Littré, de Quinet, de Taine ou de Renan, influenciados pelo pensamento alemão e também pelo inglês, que começamos desde aquele momento a instruir-nos das novas ideias”.

A verdade é que o positivismo, limitar-nos à experiência imediata, ou seja, ao fenômeno em si e não às suas causas, proporcionou uma mudança de foco responsável pelo grande avanço da ciência em geral a partir desse século. O Realismo herda do positivismo esse cunho de cientificidade na análise dos fatos sociais. Aqui citamos Bosi (1997):

Desnadam-se as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e busca-se para ambas causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação) que lhes reduzem a muito a área de liberdade. O escritor realista tomará a sério as suas personagens e se sentirá no dever de descobrir-lhes a verdade, no sentindo *positivista* de dissecar os móveis do seu comportamento (p. 188, grifo nosso).

Enquanto o Realismo *strictus sensus* volta seus olhos para uma parcela da sociedade que pode frequentar teatros e óperas, o Naturalismo se volta para o cortiço e para a casa de pensão. Enquanto aquele, principalmente em Machado, oferece um estudo mais apurado das personagens, o outro não oferece nem poderia oferecer tal estudo, uma vez que encara as personagens como meros títeres nas mãos da tríade de Taine: raça, meio ambiente e momento histórico. É essa atitude naturalista que recebe contundente crítica de Sodré (1995, p. 381-389).

O episódio de 1848

Tendo aqui dito sobre a relação entre a Revolução de 1848 e o Realismo, cabe agora uma nota maior sobre a questão. Assim se expressa Massaud Moisés (2001, p. 13), citando René Dumesil: “A Revolução de fevereiro de 1848 na França, é o primeiro acontecimento a registrar nesse contexto [do Realismo]: o Realismo será filho da revolução de 1848 – ou antes, os acontecimentos de 1848, revelando-o a si próprio, lhe darão consciência de ser.” (MOISÉS, 2001, p. 13)

Se o Realismo deve em muito a Revolução de 1848, essa só ocorreu devido ao fracasso da Revolução de 1830. Com a queda de Napoleão, Luís XVIII restaurou a monarquia francesa adotando postura moderada de respeito à Constituição, porém, de contrariedade para setores ultra-realistas. Com a morte em 1824 de Luís XVIII, Carlos X instituiu uma política autoritária e conservadora, chegando a passar o ensino às mãos da Igreja, fechar o Congresso e perseguir os liberais. As camadas populares e a alta burguesia, juntas, obrigaram Carlos X a abdicar e fugir para a Inglaterra em 1830 e entregaram o trono a Luís Felipe de Orleans, nobre ligado à burguesia.

O governo de Luís Felipe é marcado por grande corrupção e favorecimento aos bancários. Em 1842, desencadeia-se grave crise econômica que se agrava nos anos de 1845 e 1846. Burguesia e proletariado se unem novamente num movimento contra as tropas governamentais que depois também aderem aos revoltosos. Em 24 de fevereiro de 1848, Luís Felipe abdica e um governo provisório é estabelecido.

Esse governo era constituído por republicanos, socialistas e bonapartistas. Em 23 de abril de 1848, ocorrem as eleições; republicanos vencem socialistas e passam a perseguir seus os jornais. A população reage; é massacrada. Morrem mais de 10 mil pessoas. Promulga-se nova constituição e Luís Bonaparte é eleito presidente; aplica em dezembro de 1851 um golpe de estado tornando-se imperador no ano seguinte e assumindo o título de Napoleão III.

Os realistas franceses tinham assim uma grande crise pós-revolução para analisar e, vendo o fracasso de duas revoluções seguidas, entendemos a posição de Comte contra revoluções. No Brasil, evento de semelhante importância (talvez não com a mesma força) foi a Guerra do Paraguai, pois dela afirmou Sílvia Romero: “estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão” (apud BOSI, 1997, p. 184).

A (real) importância de Tobias Barreto

A poesia de Tobias Barreto, ao lado da de Castro Alves (e só como esta partícipe do condoeirismo) pode ser tomada como antecessora do Realismo (cf. RAMOS, 1979, p. 165, 166). É, porém, como pensador, ou pelo menos divulgador de grandes e inovadoras correntes de pensamento da época através da chamada Escola de Recife, que se fez sentir sua influência.

Se Comte, Taine, Spencer, Darwin e Haeckel foram mestres de nossos escritores, foram antes mestres (e daqueles através destes) de Tobias Barreto, do mais fiel de seus discípulos, também sergipano, Silvio Romero, e de Capistrano de Abreu, que, por sua vez, seriam mestres de Euclides da Cunha, Clóvis Bevilacqua, Graça Aranha e Medeiros de Albuquerque (BOSI, 1997, p. 184).

Para Bosi (1997), o outrora modesto professor de Latim de Lagarto tornara-se “o grande animador da época” e a ele e a seu fiel discípulo Sílvia Romero deve-se a “primeira transposição” de um novo ideário (BOSI, 1997, p. 183, 184). Olhamos com desconfiança essas declarações efusivas, e achamos que a figura e a obra de Tobias Barreto são “ainda hoje ambas mal definidas, graças principalmente aos seus indiscretos panegiristas” (VERÍSSIMO, 1963, p. 251). Achamos, também, muito conveniente ao Senhor Silvio

Romero declarar que “o brado de alarma partiu da Escola de Recife,” pouco antes de se colocar entre “os combatentes do grande decênio” (BOSI, 1997, p. 184).

Ora, a grande virtude de Tobias Barreto foi que “proclamou a necessidade de fazermos completamente a nossa cultura em outras fontes que aquelas onde até aí principalmente bebiam os portugueses e franceses” (VERÍSSIMO, 1963, p. 252). Assim, bradou alguns nomes russos e alguns alemães impressionando suas salas recifenses, o alcance de seus brados, contudo, foi curto, pois “A sua ação foi *sobretudo* oral e reflexa, operada por intermédio de seus discípulos” (VERÍSSIMO, 1963, p. 252, grifo nosso), não havendo para José Veríssimo uma Escola de Recife de fato, antes só um grupo de alunos do poeta do Dias e Noites.

Além disso, julgamos falsa a afirmação de Sílvio Romero citada acima sobre a precedência da Escola de Recife, de onde teria saído “o brado de alarma”. Ora, a ação de Tobias Barreto só se faz sentir a partir de 1882. “Antes disso, porém, desde os primeiros anos do decênio de 70, e sob influências notadas, manifestava-se no Rio de Janeiro o movimento modernista¹” (VERÍSSIMO, 1963, p. 253). José Veríssimo faz notar ainda a já existência das mesmas influências em São Paulo e de um grupo no Ceará, a “Academia Francesa”, que precedia o de Recife em pelo menos dez anos! (1963, p. 255). Vemos assim que a influência de Tobias Barreto foi, sim, importante, mas não como decantada por seus discípulos Sílvio Romero e Graça Aranha.

Três questões

Três questões aquecem os ânimos da época: a questão Coimbrã, a questão militar e a questão religiosa. A questão Coimbrã travada em 1865-1866, chamada questão “Bom Senso e Bom Gosto”, grassou larga influência no Brasil. José Veríssimo (1963) chega a pensar que teve essa questão mais influência em Sílvio Romero do que o próprio Tobias Barreto, e afirma que “teve certamente muito maior repercussão na mentalidade do tempo do que a Escola de Recife” (1963, p. 253). Chegou-se também a pensar que “foi por influência da Questão Coimbrã que se desencadearam as correntes realístico-sociais.” (RAMOS, 1979, p. 166)

A questão militar estourou em 1883 com a proibição aos militares de opinarem sobre política. Com a adesão do Marechal Deodoro, o movimento ganhou forças e, em

¹ Forma com que José Veríssimo se refere ao Realismo.

1885, sentia-se o peso de uma pré-sublevação. A questão é discutida em todos os lugares e a República era sentida por vir. Finalmente, em maio de 1887, o Senado, compreendendo insustentável a crise, apela para o Imperador que retira as restrições dando fim a questão militar.

A questão religiosa, que antecedeu a militar, foi travada entre o espírito liberal e o catolicismo oficial. Estando o Império ligado ao catolicismo, a crítica feita a um desembocava na crítica feita ao outro. Ser republicano era, então, basicamente, ser anticatólico. Figura central nesse debate foi Rui Barbosa. Os seus dizeres, que transcrevemos, justificam a publicação de sua foto várias vezes no Jornal Batista: “O protestantismo nasceu da liberdade individual, cuja consequência política é a liberdade religiosa; do protestantismo é filha a instrução popular, que constitui a grande característica [...] e a necessidade vital da civilização moderna” (apud AZEVEDO, 2004, p. 149). Se era feita a ligação Império – catolicismo – problemas sociais, não demorou para haver também quem ligasse, ao olhar para os Estados Unidos, República – protestantismo – progresso. Assim, “O Brasil foi pensado como tendo sido forjado pela ausência criada pela presença de uma Roma distante” (AZEVEDO, 2004, p. 149). Essas três questões demonstram a efervescência que vivia o país em suas várias camadas, e cada uma delas contribuiu ao momento realista no Brasil.

Algumas considerações sobre o Naturalismo

Não podemos considerar o Naturalismo como um Realismo exagerado, “pois que o termo inclui escritores que não se confundem com os realistas. É o Realismo fortalecido por uma teoria peculiar, de cunho científico, uma visão materialista do homem, da vida e da sociedade” (COUTINHO, 2004, p. 11). Para Sodré (1995, p. 381 ss.), o Naturalismo consistiu num “curto episódio”, devido a sua curta duração e a exígua herança significativa que nos legou. Além de Aluísio de Azevedo, Júlio Ribeiro e Raul Pompéia, que outros nomes mereceriam ser historiados? Aluísio de Azevedo escreveu a mais importante obra do Naturalismo, *O Cortiço*, porém, nenhuma outra obra sua alcançou mesmo nível, o que também não foi alcançado pelos outros nomes junto a ele citados. O Naturalismo buscava uma explicação da sociedade, porém erra quando, ao invés de deter-se nas pessoas, detém-se apenas nos acontecimentos. Para Sodré (1995, p.383), “a visão superficial e a reconstituição plana e linear dos quadros não poderia levar jamais, assim, a expressão das aspirações de uma época ou de um povo que é a marca dos autênticos criadores. O

abandono do exame dos mais profundos motivos, que revelam as conexões causais e humanas, limitada a visão ao superficial e cotidiano da existência, conduz inevitavelmente, ao subjetivismo. Os naturalistas tentam apagar esse subjetivismo pela utilização de recursos científicos”

Além disso, pesa a particular atenção que era dada ao patológico. É só de doentes que se forma a sociedade? O Naturalismo prenunciava uma análise da sociedade quando só se dispõe a dar um recorte do que nela havia de grotesco, não ousando dar um passo para além dos passos dados pelos franceses. Se criticamos os seus assuntos, vemos neles também o motivo que o aproximou de toda gente. Ao tratar de todas as vulgaridades da vida, todos se sentiam capazes de tratar de literatura. Isso, porém, “Foi também o que fez efêmero o naturalismo, já moribundo em França quando aqui nascia”. (VERÍSSIMO, 1963, p. 260).

A poesia no momento realista

A poesia desse período não foi, de forma alguma, monocórdica. Podemos falar de duas correntes: a poesia realista ou científica e a poesia parnasiana. A primeira, a bem dizer, não é poesia, mas noções científicas em versos. Representam-na, entre outros, Sílvio Romero (1851-1914) e Martins Júnior (1860-1904). Esse tipo de poesia seria a ponte entre o último momento romântico e o momento realista (BOSI, 1997, p. 185; cf. ABDALA JÚNIOR, 1985, p. 5). A esse grupo acrescem-se aqueles de influência baudeleriana: Carvalho Júnior (1855-1879), Teófilo Dias (1854-1889) e Fontoura Xavier (1856-1922), que são, de certa forma, discípulos de Artur de Oliveira.

Já a poesia parnasiana com a sua pregação sobre a impassibilidade às vezes passou do Vaso Grego ao Vazio Grego! O Parnasianismo só logrou resultados na França e no Brasil (D’ONOFRIO, 2000, p. 381), onde “atingiu dimensões imperialistas” (MOISÉS, 2001, p. 152). O Parnasianismo é uma ave que só se fez bela ao alçar vôo do ninho onde surgiu: “uma coisa era o decálogo recebido como dádiva do Olimpo, outra, os poemas em que os crentes buscavam, afanosamente, plasmar a verdade revelada” (MOISÉS, 2001, p. 152). A impassibilidade parnasiana só seria alcançada por Francisca Júlia (1874-1920), a Musa Impassível, mas ela depois se encaminhou para o Simbolismo, tornando-se musa mística. Ora, os brasileiros temos uma essência fortemente lírica e sentimental, por isso nenhum poeta poderia eficazmente escondê-la com a forma (fôrma) parnasiana.

Quanto a sua tendência ao isolamento na torre de marfim (ou no claustro como quis Bilac em “A Um Poeta”), “a lírica parnasiana coloca-se aos antípodas de alguns princípios estéticos do Realismo” (D’ONOFRIO, 2001, p. 383). Abdala Júnior (1985) comenta essa atitude: “Envolviam-nos as contradições dos poetas europeus do final do século que procuravam na arte um refúgio contra o mundo banal, decadente. **O esteticismo seria uma forma de autodefesa.**” (1985, p. 11; grifo nosso).

Se o primeiro grupo estava ligado a Artur de Oliveira, o segundo estava a Machado de Assis (RAMOS, 1979, p. 167). Embora ambos os autores não nos tenham deixado obra poética significativa, foram de larga importância para esse momento poético: o primeiro como divulgador dos poetas franceses, o segundo como crítico. Ambas as correntes foram de importância na história literária brasileira, ambas, porém, deixaram-nos poucos nomes de/na lembrança: à tríade parnasiana só vale acrescentar Vicente de Carvalho, Poeta do Mar, antes pela popularidade que teve do que por qualquer qualidade; já na poesia científica vale historiar Teófilo Dias pela influência que viria a ter sobre os simbolistas, principalmente Cruz e Souza. O esquecimento de vários nomes desse momento deve-se, provavelmente, a dois fatores: a incoerências dessas correntes e a forte crítica que lhes foi feita pelo Modernismo.

Na balança – considerações finais

Várias críticas têm sido feitas ao momento realista; dignas e coerentes, muitas vezes, a quem o olha a partir do século XX ou XXI. O fato, porém, é que não o seriam na época. Se os conceitos que embasaram tais escritores temos por estranhos hoje, eram as respostas que tinham para entender a sua época e conflitos. Assim, destacamos na herança do Realismo três pontos: 1. a vulgarização da arte – como já destacamos a literatura passou a ter presença (ou presença maior) na vida do povo, 2. consolidação do conto e do romance – o conto principalmente, pois foi um laboratório para os escritores realistas, 3. apuro formal – embora realmente exacerbada e exacerbadamente criticada pelos primeiros modernistas, a segunda geração retoma do Realismo alguns critérios formais e o regionalismo vai beber de suas torrentes.

Referências bibliográficas

ABDALA JÚNIOR, Benjamim. **Prefácio à Antologia de Poesia Brasileira – Realismo e Parnasianismo.** São Paulo, Ática, 1985.

AZEVEDO, Israel Belo de. **A Celebração do Indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. São Paulo, Vida Nova, 2004.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 3ª ed. São Paulo, Cultrix, 1997.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. 7ª ed. Vol. 4. São Paulo, Global, 2004.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Literatura Ocidental**. 2ª ed. São Paulo, Ática, 2001.

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira**. 4ª ed. São Paulo, Cultrix, 2001.

RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. **Do Barroco ao Modernismo**. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 9ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. 4ª ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963.

Júlio César Tavares Dias possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2007) e é mestrando em Ciência das Religiões pela Universidade Católica de Pernambuco. Tem particular interesse pelo Discurso Religioso e pelo Movimento Pentecostal. É professor da rede pública estadual de Pernambuco. É poeta. (juliocesartdias@hotmail.com)

Resenhas

Poetas contemporâneos discutem o que é poesia

Susana Souto Silva (UFAL)

Passados cem anos do surgimento do formalismo russo, que inaugura a Teoria da Literatura como campo específico de conhecimento, poetas e críticos ainda se debatem com questões como “o que faz de um texto um texto literário?”, “o que faz de um texto um poema?”, “há um específico literário?”. Os formalistas se empenharam em pesquisar o específico literário, a literariedade. Mas, como se sabe, não conseguiram chegar a uma definição fechada acerca do que está em todos os textos ditos literários e, ao mesmo tempo, excluído de todos os demais, considerados não-



CRUZ, Edson (Org.). *O que é poesia?*
Confraria do Vento/Calibán, 2009. 148p.

literários. Apesar de não conseguirem definir a literariedade, defenderam uma função para a arte: a desautomatização perceptiva ou a desfamiliarização: “Como qualquer movimento de vanguarda, o Formalismo definiu os seus pressupostos e postulados em oposição à tradição precedente”, como afirma Lubomír Dolezel, em *A poética ocidental* (1990, p. 15).

Em publicação recente, Edson Cruz – um dos criadores do “Portal Literal”, baiano de Ilhéus que mora e trabalha em São Paulo – retoma a questão “o que é poesia?”, reconhece a impossibilidade de respondê-la sozinho e convida um grupo de quarenta e cinco poetas contemporâneos brasileiros, portugueses e hispano-americanos para discuti-la. No volume de 146 páginas, essa pergunta, como ocorre quase sempre com muitas outras de caráter complexo e contraditório (poderíamos dizer, irrespondível), é desdobrada em três: “O que é poesia para você?”; “O que um iniciante no fazer poético deve perseguir e de que maneira?” e “Cite 3 poetas e 3 textos referenciais para seu trabalho poético. Por que estas escolhas?”

A primeira pergunta é relativizada pelo acréscimo de “para você”, indicando a impossibilidade de definições absolutas acerca da poesia. A segunda traz implícita a noção de escrita como estabelecimento de metas e objetivos (no verbo *perseguir*), o que pressupõe um modo que pode ser ensinado (*de que maneira*), deslocando a produção poética do campo das teorias do dom, da noção de inspiração. A terceira pergunta reforça o caráter intertextual da escrita, o texto é, como na definição de Kristeva, um “mosaico de citações” ou, no dizer de Bakhtin, “um elo numa longa cadeia de enunciação”. Escrever e ler são, assim, encarados como práticas correlatas. A noção de ruptura, cara aos formalistas, está presente no livro: “A linguagem poética prima por desviar-se de qualquer tipo de normalidade, de adequação social, histórica, mercadológica e existencial”, escreve Edson Cruz, na apresentação.

Alguns números significativos

Sem investir em uma análise quantitativa exaustiva, vale a pena observarmos alguns números: I. em sua esmagadora maioria, temos poetas homens, apenas 5 são mulheres: Ana Elisa Ribeiro, Bárbara Lia, Eunice Arruda, Micheline Verunshk e Virna Teixeira; II. apenas 9 são estrangeiros, dos quais 4 são portugueses; III. entre os 36 brasileiros, 15 são do estado de São Paulo e vários outros moram na cidade de São Paulo, como os pernambucanos Frederico Barbosa e Micheline Verunshk; IV. todos nasceram antes da década de 1980, a variação quanto à faixa etária é bem extensa, indo de 1930 a 1978; VI. todos publicaram seus poemas no formato livro impresso.

Esse quadro nos faz levantar algumas hipóteses sobre a produção, a circulação e a recepção do texto literário na atualidade. Talvez a escrita, inclusive a literária, ainda seja tida como espaço masculino, como denuncia Virginia Woolf, no início do século XX, em seu famoso ensaio *Um teto todo seu*. Ou os críticos (nesse caso, o organizador do volume) resistam a reconhecer a presença das mulheres no cenário da poesia brasileira. Outra questão remete-nos à circulação do texto chamado literário no Brasil. Situadas principalmente no eixo Rio–São Paulo, as grandes editoras deram maior visibilidade ao que era produzido nessas regiões, seja por pessoas ali nascidas, seja por pessoas que para lá migraram, o que limita a circulação do livro impresso no Brasil; muitas vezes, o que se chama de poesia contemporânea é, antes, a poesia publicada por grandes editoras ou por editoras situadas nesses lugares acima circunscritos. Quanto à circulação e à recepção, podemos pensar também acerca da existência da propaganda literária latino-americana,

como se houvesse um trânsito significativo de poetas, livros, com as devidas traduções e textos críticos entre os países que compõem essa comunidade. No entanto, neste volume, sequer toda a América do Sul está representada; temos apenas poetas da Argentina, como Jorge Rivelli; do México, Jair Cortés; do Uruguai, Washington Benavides; e de Cuba, José Kozer e Rodolfo Hässler. Por último, verifica-se a centralidade do livro impresso como suporte privilegiado do literário, o que está em consonância com a noção de *literatura*, vocábulo derivado do latim *littera* (letra). Apesar do advento das textualidades digitais nas últimas décadas, o livro impresso ainda é um critério importante para definir quem é ou não escritor literário.

Poesia: inspiração ou trabalho com a linguagem?

As respostas dos quarenta e cinco poetas escolhidos são apresentadas em ordem alfabética, o que dilui a noção de hierarquia entre os nomes selecionados.

Além da centralidade do livro impresso, da participação pequena de poetas mulheres e de escritores de outros países da América Latina, ressalta também, e isso merece especial destaque, a permanência de uma noção de poesia orientada por uma visão quase mística do poeta e do seu ofício. A maioria dos entrevistados investe em uma definição de poesia que a leva para o campo do insondável. Para Affonso Romano de Sant'Anna, “Poesia é o espanto transverberado” (p. 14); para Cláudio Daniel da Costa, “Perplexidade; descoberta; encantamento” (p. 43); para Eunice Arruda, “Significa captar no cotidiano as emoções” (p. 46); para Floriano Martins, “O mais absoluto estado de entrega ao mundo” (p. 54). Horácio Costa diz que “É um registro da voz humana, a arte do vento” (p. 63). Continuamos com a questão e até mesmo nos perguntamos se é possível fazer essa pergunta e respondê-la fora do transe. Antonio Cícero fica circulando em definições tautológicas: “A poesia é o que faz de um ‘poema’ um poema; ou, o que dá no mesmo, o que faz de um poema um poema bom” (p. 25). Continua nesse embate e cita Montaigne, afinal sem um francês, um alemão ou um grego nenhuma definição parece valer para o poeta-filósofo.

Quase todos os poetas escrevem respostas sucintas, com exceção de André Vallias, que preenche duas páginas com uma infinidade de definições recortadas de poetas e artistas canônicos, elaboradas em uma espécie de mosaico, e de Luis Serguilha, poeta português, que, em quatro páginas, afirma que se recusa a definir poesia, e,

significativamente, escreve, no meio do período, a palavra poeta com letra maiúscula, *Poeta*.

Há também os que desviam a questão da definição para a função: em vez de pensar em “o que é poesia”, pensam em “para que serve a poesia”, como Aníbal Beça, que a considera “uma medicina espiritual” (p. 23). Glauco Mattoso, nessa mesma direção, aciona sua irreverência e aproxima o poeta e o palhaço: “A poesia é uma metralhadora na mão de um palhaço”. Continua, então, refletindo sobre seu “poder de fogo” que, “[...] no mínimo consegue provocar alguma reação, ainda que meramente divertindo o público, e alguma reflexão sobre o papel patético dos idealistas e visionários, que, no fundo, somos todos” (p. 60).

Outros defendem a noção de poesia como trabalho com a linguagem, que se faz a partir do que foi legado pela tradição. Nessa linha, estão Augusto de Campos, que cita Valéry e Ezra Pound, duas de suas grandes referências para pensar o fazer poético; Frederico Barbosa, que investe, seguindo Poe, em uma teoria do efeito, para afirmar que “Compor um poema é controlar nos mínimos detalhes os efeitos que o texto vai provocar no leitor” (p. 57); João Miguel Henriques: “é a linguagem que trabalha sobre a memória” (p. 66). O poeta mineiro Ricardo Aleixo discute os diversos mecanismos de difusão e construção do literário em nossa sociedade: “O contrário do que é ensinado em boa parte das escolinhas de letras. [...] O contrário do que se lê na maioria das nove ou dezessete revistas literárias que circulam por aí” (p. 106). Sebastião Nunes, outra voz que nos chega de Minas, retoma a noção de poesia como diálogo tenso com a tradição, ao definir poesia como a “busca do novo na linguagem (no sentido mais amplo do termo), com o máximo de originalidade possível, mas sem perder a inteligibilidade” (p. 120).

As duas outras perguntas levam à questão da intertextualidade. Quase todos são unânimes em aconselhar leituras e mais leituras aos aspirantes a poeta, o que contrasta com a maioria das respostas à primeira questão, que leva a poesia para o campo da inspiração, do sagrado. Podemos pensar que ainda é concedido um lugar de *status* ao poeta, ao menos no imaginário dos próprios poetas, ou da maioria deles, assim como a poesia ainda é sacralizada, apesar de todo o trabalho iconoclasta de parte das vanguardas históricas do século XX.

As respostas dadas para a terceira pergunta compõem um quadro bastante amplo de autores, das mais diferentes tradições, dos mais variados períodos e inflexões poéticas – experimentais e convencionais –, dos mais variados gêneros do discurso. Temos

Aristóteles, Valéry, Pound, Manuel Bandeira, Eliot, Horácio, Cecília Meireles, Paulo Leminski, Alice Ruiz, Baudelaire, Fernando Pessoa, Carlos Drummond, Dante, Camões... Vale ainda destacar Augusto de Campos, presente no volume como poeta entrevistado e também citado por outros poetas no livro.

Diversidade

O título de um texto de Règine Robin, pesquisadora canadense, é bastante esclarecedor do atual estado dos estudos literários: “Extensão e incerteza da noção de literatura” (1998). A ampliação do acesso à escrita e à leitura, nos séculos XIX e XX, trouxe para a cena literária autores de diversas origens sociais, econômicas, culturais, que produzem seus textos a partir de repertórios também diversos, que, muitas vezes, entram em choque com a noção canônica de literatura. A ruptura com a teoria dos gêneros operada sistematicamente a partir do Romantismo, o que Bakhtin chama de romancização dos gêneros, e a crise da representação colocaram e colocam em xeque a definição de literatura e de poesia que ainda orienta grande parte dos manuais didáticos e dos currículos de Letras.

Este pequeno livro, que traz na capa, em variadas cores, os nomes dos poetas que respondem às questões propostas por Cruz, dá voz a escritores que estão atuando hoje, nesse contexto de multiplicidade, mas o faz ainda pelo viés da continuidade, da preservação de uma imagem de escritor e de poesia que há muito está em crise. Predomina uma imagem, construída e mantida pelo poetas, que remete para a permanência da noção de inspiração, a despeito de suas próprias produções indicarem caminhos em que essa noção já foi desmistificada por procedimentos como a incorporação de elementos do cotidiano e também pela explícita intertextualidade, que desloca o autor do lugar sagrado de criador absoluto do seu texto. Percebemos a distância significativa entre pensar a poesia na elaboração de metapoemas e defini-la, ao responder a uma entrevista. A leitura do livro vale ainda para pensarmos sobre várias questões concernentes ao universo da produção literária, universo este atravessado pelas complexas relações entre escrita e poder.

Susana Souto Silva é doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Alagoas e mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. É professora adjunta da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas e tem como áreas de interesse: literatura contemporânea, poéticas interartes e circulação do texto literário. (susoutos@yahoo.com.br)

Fernão de Oliveira em diferentes olhares

Ana Cláudia Fernandes Ferreira (UNIVÁS)

O livro *Fernão de Oliveira: um gramático na história* reúne um conjunto de artigos resultantes das apresentações realizadas no “Simpósio Comemorativo Fernão de Oliveira: 500 anos”, promovido pelo Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp em setembro de 2007. Publicado em 2009, o livro contém os trabalhos de vinte e oito participantes do evento que, a partir de perspectivas teóricas específicas, produziram leituras diferentes e diversas sobre a *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira.



Foto: Chico Ferreira

ABAURRE, M. Bernadete, AVELAR, Juanito, e PFEIFFER, Claudia (Orgs.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009, 359 p

O primeiro artigo do livro, de Carlos Assunção e Helena Pessoa Santos, faz um percurso histórico pelos estudos gramaticais portugueses contemplando desde as primeiras reflexões da Idade Média, ainda sobre o latim, até as reflexões do Renascimento sobre as línguas nacionais da Europa e dos territórios colonizados, momento em que surge a gramática de Oliveira. Detendo-se mais demoradamente em sua gramática, Assunção e Santos apontam para diversos aspectos nela descritos que aparecem posteriormente como objeto de descrição na linguística românica e na linguística geral. Segundo os autores, isso confere à obra de Oliveira o estatuto de uma reflexão profunda e inovadora sobre a língua portuguesa.

A reflexão histórica do texto que vem a seguir, de Maria Helena de Moura Neves, focaliza a relação entre gramática e teoria da linguagem a partir de um estudo da gramática de Oliveira compreendida como uma *téchne* do século XVI. Tomando o uso como ponto de referência de suas reflexões, Moura Neves aponta para as especificidades que distanciam a gramática de Oliveira de uma *téchne* de moldes originais. Sua análise busca observar o que se pode depreender da concepção do autor sobre a relação entre língua e

linguagem compreendida como uma relação entre sistema e uso. Ao mesmo tempo, Moura Neves toma algumas reflexões do gramático sobre o uso como mecanismo produtor de formas novas, relacionando-as com trabalhos dos neogramáticos e de Saussure. Indo além, ela observa que a obra de Oliveira é “absolutamente sensível ao que consideramos hoje ‘consagração de usos’, muito distante de um atrelamento àquela postiça e imposta ‘norma prescritiva’ que costuma aparecer, negando a própria essência da linguagem”.

A relação entre gramática e teoria da linguagem é discutida no artigo de José Borges Neto a partir da distinção entre *teoria* e *descrição*. Fundamentando-se nessa distinção, o autor situa a obra de Oliveira como um trabalho original de *gramática descritiva*, mas não de *gramática teórica*. Para Borges Neto, uma gramática teórica é a que cria uma terminologia e estabelece categorias (como as gramáticas gregas), ao passo que uma gramática descritiva descreve uma língua através de uma terminologia e categorias determinadas (como as gramáticas latinas). Tendo em vista essa distinção, o autor considera que, assim como a gramática de João de Barros, a de Fernão de Oliveira mantém essencialmente inalterada a teoria da linguagem desenvolvida a partir da tradição grega. A diferença, segundo ele, está no que considera como sendo os objetivos de uma e outra: a de Barros teria um objetivo pedagógico por se propor a ensinar a gramática latina, fazendo de sua gramática portuguesa um espelho da gramática latina e tomando o latim como superior ao português; e a de Oliveira, por argumentar na direção de uma igualdade entre o português e o latim, mais precisamente, de uma igualdade entre a atitude dos portugueses e latinos em relação às suas línguas, teria um objetivo político.

O trabalho seguinte, de Mário Perini, discute sobre a gramática em relação à teoria da linguagem abordando a questão da descrição e da prescrição. Perini estabelece uma comparação entre a posição de Oliveira em sua gramática com as atitudes dominantes da imprensa, escola e governo a respeito da língua portuguesa no Brasil na atualidade. Para Perini, ainda que o sentimento da língua como símbolo de nacionalidade esteja fortemente presente na gramática de Oliveira e apesar de algumas inconsistências em suas ideias ortográficas no que diz respeito à consideração dos empréstimos e da variação, sua atitude frente aos fatos que descreve é verdadeiramente científica e em muito se difere da atitude prescritivista dominante atualmente.

No espaço das reflexões fonético-fonológicas, o artigo de Maria Bernadete Marques Abaurre procura examinar algumas observações da gramática de Oliveira que poderiam caracterizar-se como preocupações de fonólogos modernos, como suas intuições

sobre a funcionalidade e distinção nos sistemas linguísticos. Dentre as diversas reflexões que a autora realiza sobre as intuições fonológicas de Oliveira, vale destacar a importância que ele atribui à distinção de tensão articulatória (e não de vozeamento) como o traço que distingue os fonemas oclusivos (por exemplo: “*a pronúncia do g é como a do c, com menos força de espírito*”). Abaurre observa a esse respeito que alguns trabalhos de fonologia do português contemporâneo propõem como traço a diferença de tensão e não de vozeamento, com destaque para a proposta de Pontes (1965), que leva em conta o fato de que, em sílabas átonas finais, os fonemas oclusivos perdem o vozeamento, mas mantêm uma distinção de tensão.

O texto que vem a seguir, de Luiz Carlos Cagliari, é dedicado ao estudo da relação entre fonética e ortografia. O autor lembra, de início, que a gramática de Oliveira representa a primeira gramática do português e a primeira descrição fonética (fonológica). Além de considerá-la bastante rigorosa e detalhada quanto aos aspectos articulatórios e auditivos de todos os segmentos da língua, Cagliari observa que seu projeto ortográfico é bastante consistente teoricamente, mesmo que na prática a publicação não tenha seguido à risca as regras que propôs. Relativamente a esse aspecto, o autor chama atenção para algumas variações oriundas da grafia de Oliveira, outras introduzidas pelo tipógrafo-editor, além de outras grafias antigas, enfatizando, porém, que são de limites de variação bem definidos e não de um “caos”. Cagliari destaca, ainda, que o compromisso com a pronúncia das palavras da gramática de Oliveira influenciou a concepção de ortografia de vários autores e possibilitou que ela fosse retomada pela comissão encarregada da reforma ortográfica de Portugal no final do século XIX.

As pesquisas recentes vinculadas ao domínio da fonética se beneficiam do texto de Mário Eduardo Viaro, que examina a terminologia relativa ao estudo dos sons da gramática de Oliveira. Salientando que o alto nível de abstração do conceito de letra nos textos antigos praticamente inexistia nas formulações linguísticas atuais, o autor faz uma investigação sobre as relações entre som, figura e letra da gramática de Oliveira e, ao mesmo tempo, busca distinguir o que seria pertencente a uma tradição daquilo que se constituiria como reflexão original deste gramático. Viaro observa que, quando Oliveira fala de mudança de letra, não se trata apenas de mudança na figura; reflexão que já pode ser encontrada em Nebrija. Em Oliveira, a figura, a voz e a letra são compreendidas como partes indissociáveis da mesma unidade abstrata e, desse modo, uma mudança quer na figura quer na voz acarreta uma mudança na letra. Conforme Viaro, a gramática de Oliveira antecipou muitos pontos da fonética moderna e sua originalidade consiste na

maneira *como* adaptou a antiga terminologia a partir da seleção dos termos adotados e da busca por uma coerência intrínseca à sua gramática, ao mesmo tempo em que observou que muitas afirmações herdadas pelos clássicos não se adaptam à sua língua de descrição, o português.

Voltando-se para os estudos sobre a sílaba e ressaltando que apenas a partir do século XX, eles passaram a ocupar um espaço na teoria linguística, Leda Bisol realiza uma trajetória retrospectiva por esses estudos em diversas gramáticas representativas da língua portuguesa, do século XX até o XVI. No final de seu percurso, a autora chega à gramática de Fernão de Oliveira, com a qual estabelece um diálogo imaginado. Em sua entrevista ao gramático, Bisol discute sobre diversas questões que as teorias atuais colocam sobre a sílaba, tais como: a unidade minimamente necessária de uma sílaba; restrições a respeito dos elementos que podem ocupar a posição inicial e final de sílaba; os recursos de apagamento e epêntese na incorporação de empréstimos; a representação da nasalidade, entre outros, buscando saber como o autor as concebe. A autora conclui que as mais detalhadas e preciosas observações sobre a sílaba encontram-se na gramática de Oliveira.

O texto de Tania Alkmin abre as discussões sobre linguagem e sociedade com uma investigação sobre a noção de ‘boa língua’, definida na gramática de Oliveira pelo uso atual, como a língua dos “melhores” do seu tempo. Ao lado disso, Alkmin reflete sobre a não explicitação da origem social dos “melhores” na gramática do autor. Em relação à língua atual, a autora enfoca as descrições sobre o uso de *dições velhas* (arcaísmos), *dições novas* (neologismos) e *dições atuais*, salientando a recomendação de Oliveira de cuidado, parcimônia e distanciamento no uso das *dições novas* e *velhas*, por estarem fora do tempo atual. Ao mesmo tempo, nota o reconhecimento de Oliveira sobre a presença de palavras de “idades diferentes” que, por seu uso frequente e contínuo, são legitimadas pelo uso atual. Em relação à não explicitação da origem social dos “melhores” falantes, Alkmin observa a indicação de que se trata dos mais letrados, sem que haja um vínculo entre letramento e uma classe social determinada. Diferentemente de outras gramáticas, como a de Nunes de Leão, que se refere aos nobres, ou a de Vaugelas, que se refere à corte, na gramática de Oliveira a referência é genérica. A esse respeito, a autora ressalta que é esse tipo de referência genérica que foi guardado pela tradição descritiva normativa.

O trabalho realizado por Dinah Callou discute o papel que a gramática de Oliveira assume no interior dos estudos linguísticos contemporâneos em geral e das reflexões (sócio)linguísticas em particular. Um dos aspectos por ela destacado são as considerações

sobre diversidade e unidade da língua presentes em todos os capítulos da gramática de Oliveira e que vão aparecer em Schuchard muito tempo depois, formuladas como um princípio geral: “unidade na diversidade” e “diversidade na unidade”. Em seu trabalho, Callou procura mostrar como Oliveira já tem uma ideia bastante nítida da heterogeneidade linguística, considerando que, a despeito das diferenças no tratamento dessas questões hoje, a percepção dos fatos é a mesma. Segundo a autora, isso confere a seus estudos gramaticais um papel pioneiro, com fundamentos que constituem o carro-chefe da sociolinguística.

O texto de Emilio Gozze Pagotto tem como foco de sua pesquisa histórica em sociolinguística a relação entre língua e nação. Em seu trabalho, Pagotto analisa a forma como a história e as relações sociais se manifestam nas gramáticas de Fernão de Oliveira, do século XVI e na do brasileiro Maximino Maciel e sua geração, do final do século XIX. Pagotto nota que apesar de serem gramáticas de épocas diferentes, as condições de produção são, de certo modo, semelhantes. Entretanto, aponta diferenças muito significativas sobre a relação língua/nação e a teorização a respeito desta relação nas obras desses gramáticos. O autor observa, de um lado, que o projeto de nacionalidade portuguesa como império diante de outras nações faz com que Oliveira, a partir do instrumental teórico disponível, consiga romper a filiação latina do português e afirmar uma vinculação completa entre o povo e a língua: “a grandeza da nação está na língua negligenciada, a qual é preciso ouvir para que a nacionalidade se afirme frente às outras nações”. De outro lado, Pagotto nota que, no caso de Maciel e sua geração, o saber metalinguístico independente adquirido da nova doutrina científica constitui-se num instrumental teórico para a negação do português do Brasil. E que a relação entre língua e nação nas gramáticas dos autores passa pela interpelação do brasileiro por uma língua que não é sua.

Já o trabalho de Eunice Nicolau toma como tema a relação entre língua e sociedade na gramática de Oliveira, tendo em conta a influência do contexto histórico-social. Para isso, Nicolau parte de um histórico sobre a formação de Portugal até a sua constituição em Estado/Nação, momento em que é produzida a gramática de Oliveira. A autora relaciona a concepção de língua de Oliveira como “um fato humano e, portanto, social” sob a perspectiva Sociolinguística Variacionista, ao mesmo tempo em que faz uma ressalva quanto aos juízos de valor do gramático, advertindo que eles são cabalmente refutados por essa corrente linguística. Nicolau considera, ao final, que a consciência de uma nacionalidade portuguesa em Oliveira assume crucial relevância na interpretação da

postura do autor; ela seria explicada por seu objetivo de propor uma norma para o português e passar, para a escrita, um sistema linguístico que caracterize uma nova nação.

Contribuindo para os trabalhos de linguística descritiva e linguística histórica, o artigo de Maria Antonieta Cohen apresenta um estudo comparativo entre a gramática de Fernão de Oliveira, considerada como descritivista e a de Duarte Nunes de Leão, considerada, em certo sentido, como diacrônica e histórica. Atentando para a necessidade de reflexão sobre o anacronismo das intrusões do presente sobre o passado, Cohen busca refletir sobre o valor de algumas hipóteses apresentadas por esses gramáticos que, segundo considera, hoje não nos atreveríamos a propor. A autora nota, por exemplo, em relação à diacronia *lato sensu* de Oliveira, uma concepção de língua como um objeto naturalmente variável e mutável que, conforme diz, é bastante diferente do “engessamento sincronista dos estruturalismos”. Outro exemplo destacado em Oliveira é a consideração do empréstimo como consequência natural do contato entre culturas diferentes e não como uma corrupção, como em Leão. Cohen mostra, com isso, que muitas reflexões históricas da gramática descritiva de Oliveira até ultrapassam as reflexões da gramática histórica de Leão.

Na área das pesquisas de linguística histórica e de literatura, o texto de Thiago César Viana Lopes Saltarelli focaliza a relação entre língua e poder nos embates linguísticos entre Portugal e Espanha presentes nas gramáticas dos séculos XVI e XVII. De início, Saltarelli contempla a complexidade do fenômeno do bilinguismo na região ibérica ao lado da tradição literária e cultural comum partilhada pelos diversos reinos ibéricos medievais. A partir disso, retomando Maria Clara Paixão de Souza, considera um momento inicial de espelhamento de dialetos que gradualmente se transforma em rivalidade entre línguas literárias e depois em efetiva diglossia. Para o autor, nesse contexto de diglossia, a consciência do poder da língua na representatividade do Estado e na colonização de outros povos gerou nos gramáticos, incluindo aí Oliveira, uma série de apologias às suas respectivas línguas vernaculares. Segundo Saltarelli, a permanência do português como língua escrita, ainda que de menor prestígio, pode ser explicada pela publicação de gramáticas e de outras obras impressas, de maior difusão, em língua portuguesa, ainda no século XVI e, sobretudo, pela riqueza literária quinhentista em português.

No domínio dos estudos da sintaxe, o trabalho de Charlotte Galves busca compreender o que seria o *bom costume* no nível da própria sintaxe de Oliveira em sua gramática. Para realizar esse trabalho, Galves avalia o peso dos arcaísmos na obra do autor,

comparando-a com obras de autores contemporâneos, além de trazer estudos recentes sobre o português clássico, período no qual Oliveira é situado. As análises de Galves levam-na a confirmar que a língua escrita por Oliveira em sua gramática é claramente representativa desse período (tendo ainda vestígios da gramática antiga), com recursos variados na ordenação dos constituintes e na sintaxe pronominal, usados a contento para maior inteligibilidade da obra. Ao mesmo tempo, suas análises possibilitaram a elaboração de uma hipótese sobre determinados traços arcaizantes encontrados na gramática de Oliveira e ausentes em outros autores do seu tempo. Segundo Galves, mais do que uma preocupação em seguir padrões antigos (o *bom costume*), alguns desses traços arcaizantes derivariam do próprio dialeto do autor.

Também no domínio dos estudos sintáticos, o texto de Maria Eugenia Lamoglia Duarte, olha para as próprias concepções sobre sintaxe de Oliveira, não apenas no último capítulo, que apresenta a sintaxe rapidamente, mas examinando também outras partes da obra do autor. Duarte destaca que o último capítulo da obra de Oliveira apenas anuncia que vai tratar do “concerto que têm as partes da oração h~uas com outras”, notando que, no penúltimo, a obra anunciada observaria a relação entre a ordem dos constituintes e os diferentes ofícios das palavras, além de tratar de questões sobre regência e concordância. Percorrendo outros capítulos, a autora encontra reflexões sobre o tratamento do papel semântico, a função sintática e a ordem dos constituintes. No capítulo que trata dos artigos, Duarte ressalta que as observações de Oliveira sobre a autonomia do artigo se perderam na tradição gramatical, mas retornam hoje aos estudos linguísticos em propostas recentes no âmbito da teoria gerativa.

Dando início às considerações morfossintáticas, está o estudo de Sônia Bastos Borba Costa. A autora destaca os pontos da gramática de Fernão de Oliveira que apresentam registros de usos das formas adverbiais espaciais e temporais da época, os quais, considera, são importantes para a marcação temporal de fases do devir da língua portuguesa. Seu trabalho busca indicar na gramática do autor características do chamado português clássico, que se inicia àquela época, ao lado da distinção entre o português moderno e o arcaico. Isso é feito a partir de um levantamento e uma classificação das formas adverbiais espaciais e temporais presentes na gramática de Oliveira e das próprias reflexões do autor sobre dições velhas e novas (arcaísmos e neologismos). Ao final de seu empreendimento, Costa traz “uma provocação”, perguntando se a modernidade está influenciando nosso modo de ver o tempo e espaço a ponto de afetar as expressões

linguísticas e fazer surgir novas noções e novas palavras ou de estender palavras velhas para sentidos novos.

O artigo seguinte, de Soélis T. do Prado Mendes, trata dos nomes. Seu objetivo é discutir, mais especificamente, como as regras para a formação do plural dos nomes terminados em *-ão* são previstas nas gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros. Em sua comparação entre uma e outra, Mendes conclui que a gramática de Oliveira é digna de nota, ainda que o gramático focalize apenas uma parte do processo de evolução da língua e não pontue a origem latina dos ditongos. Ao lado disso, a autora nota que, embora a gramática de Barros tivesse um caráter mais pedagógico do que a de Oliveira, este é mais pedagógico no que se refere ao *-ão*: enquanto Barros se limita a mostrar como deveria a ortografia dos plurais terminados em “am” e a criticar o uso da forma *-ão* pelo galego, Oliveira “descreve (ou será que prescreve?) algumas regras para uso de uma ou outra terminação, além de deixar claro ao leitor que a variação morfofonêmica possui uma explicação na evolução da língua”.

O estudo dos verbos fica a cargo de Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. A autora busca observar o funcionamento dos verbos irregulares na gramática de Oliveira com o propósito de verificar se o texto do autor reflete o período de transição entre o português arcaico e o clássico, no qual se inclui o século XVI. A partir de uma abordagem contrastiva, a autora estabelece um confronto entre as gramáticas de Fernão Oliveira, João de Barros e as cartas de D. João III. Como resultado de suas análises, a autora conclui, por exemplo, que não há distinção significativa entre as escritas de Oliveira e Barros, bem como de ambos em relação às cartas de D. João III. E observa por fim que, na gramática de Oliveira, considerada como representativa do século XVI, há uma presença de formas dialetais como, por exemplo, a variação *diz- ~dez* para o verbo *dizer*, além do lexema arcaizante *dix-*.

A reflexão sobre os pronomes é representada pelo trabalho de Silvia Regina de Oliveira Cavalcante. A autora aborda o caso das construções ditas passivas analíticas ou impessoais do pronome *se* a partir de um estudo comparativo das análises dos gramáticos dos séculos XVI e XIX sobre essas construções com o seu uso efetivo em textos de autores portugueses nascidos entre esses séculos. Tendo em vista que o *se-indeterminador*, atestado no português a partir do século XVI, não é considerado pelas gramáticas tradicionais, Cavalcante elabora sua questão: até que ponto a mudança linguística é contemplada nas gramáticas? Seu estudo permite mostrar que, direta ou indiretamente, as

gramáticas tradicionais contemplam as construções inovadoras, aludindo à mudança de *se-passivo* para *se-indeterminador* em língua portuguesa nas construções com verbos transitivos diretos. A autora conclui, dessa maneira, que a consideração da concordância como o único fator decisivo para uma construção de *se-passivo* se torna insuficiente “para invalidar as construções sem concordância, que já estão na língua há pelo menos 500 anos”.

Finalizando a parte dedicada aos estudos de morfossintaxe, o artigo de Margarida Basílio analisa as proposições de Oliveira sobre o conceito de constituição da palavra. Em sua análise, autora busca avaliar em que medida fatores como a época em que o trabalho de Oliveira foi escrito, seus objetivos e precedentes, bem como os modelos de descrição gramatical aos quais se filia o autor interferem em suas propostas. Ao lado disso, Basílio discute sobre a controvérsia em torno do caráter da prefixação no português brasileiro em gramáticas mais recentes e observa que a consideração da autonomia de recorrência como critério para as formas prefixadas em português, presentes tanto em Said Ali como em Cunha e Cintra, contrapõem-se à posição de Oliveira, ao passo que a consideração das formas prefixadas como compostas, presente em Mattoso Câmara, se alinha às propostas do gramático quinhentista.

O artigo que vem a seguir, de Marli Quadros Leite, procura confrontar as gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros em busca de pontos que mostrem marcas do contato de Barros com o texto de Oliveira. A autora realiza seu trabalho tendo em conta partes do texto de Barros que parecem contestar a teoria de Oliveira, além de outras partes em que se pode reconhecer, através de determinadas marcas linguísticas, uma confluência dos discursos de ambos. Diante do trabalho realizado e a partir de aspectos levantados em outro trabalho, a autora conclui que é possível dizer que João de Barros conheceu a gramática de Fernão de Oliveira.

Considerando a história a partir de uma perspectiva discursiva que leva em conta sua materialidade em relação à língua, o texto de Eni Orlandi toma a afirmação de Oliveira – *porque é das cousas que nascem as palavras, e não das palavras, as cousas* – como a que organiza a relação pensamento/palavra/mundo em sua gramática. A autora procura refletir como, na obra do autor, estão implicadas teorizações difusas que (se) configuram (n)essa relação e que depois, de forma não simétrica, foram ganhando corpo, se distinguindo e construindo outras teorias, métodos e objetos. Em outras palavras, como vão-se constituindo filiações, tendo em vista que “o passado muda porque resulta de nossa

imaginação presente” (Wallerstein). Um aspecto interessante apontado pela autora na gramática de Oliveira, relativamente a uma filiação discursiva sobre a posição do gramático a respeito das *cousas* e das *palavras* é a consideração de diferenças entre gentes, estados e ofícios (o velho e o mancebo, os religiosos, os cortesãos, etc.). Segundo Orlandi, isso indica que Oliveira era sensível às diferentes “condições de produção” e que reconhecia a materialidade do mundo ao procurar mostrar a materialidade da língua, pressentindo a materialidade da história.

Na mesma linha de investigação discursiva está o trabalho de José Horta Nunes. O autor localiza Fernão de Oliveira junto a outros autores do século XVI (Antonio de Nebrija, João de Barros, Pero de Magalhães de Gândavo, José de Anchieta) com o objetivo de compreender diferentes modos de se trabalhar a “letra”, através de combinações da tríade nome/forma/som, associados ao contexto da formação dos estados nacionais, das práticas educacionais e de divulgação, da colonização e do estabelecimento da imprensa desse período. Seu trabalho permite observar que a atualização, no século XVI, do enunciado *devemos escrever como pronunciamos*, se inscreve mais fortemente em Oliveira e ressoa de diferentes formas em outros autores. Diferentemente de Nebrija, em Oliveira produz-se um gesto de autoria através da ruptura em relação ao modelo latino, que desloca o modo de conceituar a letra e constituir o alfabeto. No entanto, observa Nunes, uma vez estabelecida a língua nacional portuguesa e efetuada esta “ruptura”, ocorre progressivamente um retorno aos modelos latinos nos outros autores.

Fechando as reflexões em análise de discurso, a contribuição de Carolina Padilha Fedatto propõe mostrar como se configura a noção de pertencimento (de língua/povo/nação) na gramática de Oliveira, tendo em vista a conjuntura em que se insere o nome deste autor e suas obras. Ou seja, considerando o processo de constituição dos Estados nacionais, das conquistas de novos territórios e da gramatização das línguas do mundo. As análises de Fedatto sobre a gramática de Oliveira tomam como espaço de observação a tensão unidade-multiplicidade das marcas de primeira pessoa do plural, a partir da qual, escreve, é possível observar uma divisão mais ou menos precisa entre o *nós* e os *outros*. Em suas análises, a autora enumera vários dos muitos “nós” da gramática de Oliveira, observando que esse “nós” se constrói em relação a um “eu” oscilante entre Fernão de Oliveira e o Estado Português. Fedatto nota que a tomada dessa posição nacional instaura um espaço estrangeiro de relação com a língua: o “eles”, que é preenchido/dividido em nomes (de países colonizadores e colonizados, de povos com suas línguas de cultura) significados desigualmente. Refletindo sobre a relação Portugal –

língua portuguesa e Brasil – língua portuguesa, a autora observa aí uma decalagem que “desestabiliza os referentes de nós e eles, forjando um espaço contraditoriamente simultâneo entre essas duas mesmas (já diversas) línguas”.

O domínio de reflexões sobre os estudos clássicos – no qual, vale lembrar, se inclui o texto de Moura Neves – é contemplado com mais dois trabalhos ao final desta obra. O primeiro deles é o artigo de Marcos A. Pereira, que faz uma análise da gramática de Oliveira e do *Institutio* de Quintiliano, com o objetivo de contribuir para a compreensão de algumas afirmações do gramático quinhentista que remetem à Quintiliano, notadamente em sua posição sobre o uso linguístico. Lembrando que as obras desses autores têm objetivos distintos e que Oliveira foge ao esquema de subordinação do português ao latim, além de evitar vincular seu pensamento ao da antiga retórica, Pereira observa, no entanto, que seus discursos se cruzam através de uma forte vinculação à mesma Antiguidade, sobretudo à Quintiliano – antigo mestre de retórica; vinculação presente, por exemplo, na própria definição de gramática de Oliveira, bem como em sua concepção de ortografia e de uso linguístico.

Também no âmbito das reflexões sobre a antiguidade clássica, o texto de Eliana Amarante de Mendonça Mendes discute alguns aspectos da gramática de Oliveira a partir dos quais reconhece uma considerável influência da retórica, com traços conservadores vinculados à tradição clássica greco-romana. Mendes salienta que, embora Oliveira pouco incorpore as vozes da retórica, seus princípios basilares herdados da Idade Média não foram por ele abandonados, tendo como fonte mais provável o *Institutio* de Quintiliano. Segundo observa Mendes, o largo uso que Oliveira faz das palavras ensinar/aprender e derivados, os quais remetem ao ensino, são interesse da retórica e, desse modo, sua gramática descritiva também possui características de uma gramática pedagógica. Ao lado disso, a autora localiza no texto do gramático outros elementos da retórica, tais como a exemplaridade de autores, a exemplaridade da linguagem e a *imitatio*, finalizando com a observação de que o próprio texto de Oliveira em sua gramática segue preceitos da retórica através da estrutura oracional e argumentativa retórica.

O último artigo da coletânea, em historiografia da linguística, é elaborado por Maria Mercedes Saraiva Hackerott, Nancy Casagrande, e Neusa Barbosa Bastos. As autoras se propõem a analisar as citações diretas realizadas por Oliveira em sua gramática, buscando verificar em que medida ele acata ou se afasta da tradição gramatical que o antecedeu. Suas análises envolvem uma apresentação das informações remissivas, uma

quantificação e distribuição das citações diretas e uma reflexão sobre as finalidades das citações de Oliveira. As autoras observam que uma das finalidades é a fundamentação teórica de sua descrição da linguagem portuguesa e a outra, decorrente desta, é a exemplificação dessa linguagem com dados da língua. A realização desse empreendimento levou as autoras a apontar, localizar e discutir as diversas fontes encontradas na gramática de Oliveira, notadamente a forte influência da tradição gramatical latina, com ênfase para as obras *De língua latina* de Varrão e *Instituto Oratoria* de Quintiliano.

Conforme os organizadores, esta obra, resultante do Simpósio realizado em 2007, traz uma contribuição para a reflexão dos percursos não lineares, tampouco cumulativos, da história dos estudos da linguagem. Isso se deve ao modo como foi projetado o evento que, conforme observam na apresentação, buscou evitar uma posição anacrônica sobre a leitura desse gramático do século XVI.

De fato, ao percorrermos as importantes contribuições aqui reunidas em forma de artigos, podemos notar que a gramática de Oliveira é estudada de diferentes perspectivas teóricas e a partir de temas diversos, mas nem por isso o conjunto desses trabalhos se extingue numa completude.

Ao lado disso, podemos observar o cuidado dos autores com a questão do anacronismo, que se manifesta em seus textos com maior ou menor intensidade e de maneiras distintas, incluindo, até, o reconhecimento de que o anacronismo, de certo modo, é inevitável. Tão inevitável quanto o reconhecimento de que vários aspectos das reflexões de Oliveira são posteriormente tratados pelas pesquisas linguísticas atuais.

Nesse aspecto, vale lembrar a advertência de José Borges Neto de que “o teórico vai buscar na realidade (vai ver na realidade) os objetos que sua teoria diz existirem lá”, ou o que diz Emilio Gozze Pagotto anunciando que vai cometer o pecado do churrasqueiro egoísta e trazer a brasa para a sua picanha. Vale lembrar também, a posição de Maria Antonieta Cohen a respeito da necessidade de reflexão sobre o anacronismo das intrusões do presente sobre o passado e a observação de Eni Orlandi ao relacionar a constituição das filiações (de sentido, teóricas) com a afirmação de Wallerstein de que “o passado muda porque resulta de nossa imaginação presente”.

Vemos aí autores de posições teóricas distintas que buscam refletir sobre o próprio lugar de analista diante de seu material de análise. E justamente por estarem em posições teóricas distintas, a maneira como suas reflexões se constroem, a maneira como eles se colocam nessa história, nas histórias que contam, não é a mesma. Contradição constitutiva

da língua, da história, da ciência. Fazendo com que o saber jamais complete, mas nos ofereça, simplesmente, diferentes perspectivas e, além disso, a possibilidade de refletir sobre elas.

Ana Cláudia Fernandes Ferreira é Doutora em Linguística pela Unicamp na área de História das Ideias Linguísticas – HIL. Atualmente é Professora do Mestrado em Ciências da Linguagem e Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Linguagem da Univás. Tem trabalhado na área de HIL sobre as relações entre as instituições, os saberes e o Estado no processo de constituição/designação de teorias e disciplinas linguísticas. Ao lado disso, vem desenvolvendo pesquisas em Análise de Discurso sobre as relações entre ciência, mídia e tecnologias da linguagem. (anaclau@ymail.com)

Resumos

A construção simbólico-alegórica da narrativa trágica em “Ópera dos Mortos”¹

Bruno Batista de Paiva

O romance *Ópera dos Mortos*, de Autran Dourado, une uma tessitura textual barroca com elementos narrativos simbólicos e alegóricos, construindo, assim, uma narrativa simultaneamente trágica e contemporânea. Partindo dos conceitos de símbolo e de alegoria, o presente artigo é uma proposta de estudo da obra através dos conceitos propostos por Walter Benjamin sobre esses elementos e sua relação com a estrutura trágica do romance.

Palavras-chave: Símbolo, alegoria, Barroco, tragédia

Uma leitura para além da decodificação com vistas a uma análise crítica²

Cássia Pereira de Carvalho Costa

Este trabalho traz como foco principal a leitura crítica. Uma leitura que venha fazer parte das práticas sociais que se apresentam no dia a dia e que não fique apenas na decodificação. A interação leitor/texto deve se fazer presente em uma leitura crítica, tendo em vista que o texto, em suas várias realizações, traz conhecimentos explícitos ao lado de muitos outros implícitos, que passam despercebidos aos olhos de muitos leitores desprovidos de senso crítico. Cabe então, ao verdadeiro leitor identificar esses diversos aspectos do texto e participar dele, compreendendo, interpretando, refletindo, opinando e fazendo assim, uma leitura crítica.

Palavras-chave: Texto, leitura, leitor, práticas sociais, leitura crítica

¹ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 10 de novembro de 2009, sob a orientação do Prof. Dr. Maurício Lemos Izolan.

² Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 22 de junho de 2009, sob a orientação da Prof^a. MSc. Vera Lúcia Cordeiro da Conceição.

Santos Dumont English Assessment: verificação das qualidades inerentes ao sucesso da avaliação de proficiência linguística dos pilotos de transporte aéreo e da aviação geral³

Clarice de Castro Oliveira

As qualidades essenciais de um teste são sua credibilidade e validade, sem as quais seu uso se torna limitado e ineficaz. O *Santos Dumont English Assessment*, teste de proficiência que, além de definir o futuro profissional do piloto, pode garantir a segurança de várias pessoas, deve ser elaborado e aplicado dentro de rigorosas regras que assegurem o cumprimento dos requisitos exigidos pelos órgãos de controle e regulação nacional e internacional. Sendo assim, é profícuo o constante desenvolvimento de estudos sobre avaliação da proficiência linguística para a área de aviação civil, com o intuito de manter a qualidade e as boas práticas na aplicação do exame e certificação dos profissionais. Com isso, este artigo procura demonstrar as características deste teste que estão em concordância com as condições inerentes a sua qualidade.

Palavras-chave: Proficiência, avaliação, validade, credibilidade

Na casa vicejante do conto, a anfitriã que recebe “amor” sou eu⁴

Ester Ferreira Chaves

Edgar Allan Poe foi um dos principais responsáveis pela evolução do conto moderno. Baseado em sua experiência literária, criou a “teoria do efeito único”, que apontava as características mais relevantes do conto. James Joyce transferiu o termo “epifania” da religião para a literatura, transformando-o num dos princípios fundamentais de suas obras. A partir do estudo dessas duas teorias, pretendo analisar os contos “O Gênesis da Anfitriã”, de minha autoria, e “Amor”, do livro *Laços de Família*, de Clarice Lispector.

Palavras-chave: Conto moderno, epifania, teoria do efeito único

³ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 22 de junho de 2009, sob a orientação do Prof. Esp. Rogério da Silva Sales Pereira.

⁴ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 22 de junho de 2009, sob a orientação da Prof^a. MSc. Lívila Pereira Maciel.

A perífrase “ir + infinitivo” enquanto expressão de futuro na língua portuguesa⁵

Francisco Fábio Silva Pereira

Este trabalho objetiva analisar três das seis marcações temporais de futuro que há na língua portuguesa, sobretudo o uso da perífrase *ir + infinitivo* nessas construções, bem como a forma do presente do Indicativo como referente temporal de futuro e uso do futuro simples. O principal pressuposto teórico que se articula neste artigo diz respeito ao fenômeno linguístico denominado de gramaticalização, uma vez que o verbo *ir*, em construções de futuro, deixa de ser uma forma lexical, assumindo a forma de verbo auxiliar.

Palavras-chave: Gramaticalização, tempo, futuro, presente, perífrase

Construções de tópico no Português do Brasil: topicalização de sujeito⁶

Ivonilda Machado de Oliveira

Este trabalho aborda as construções de tópico no português brasileiro, em especial, casos em que o tópico é reanalisado como sujeito, apresentando, inclusive, concordância verbal. O fenômeno é visto à luz das teorias funcionalista e gerativista, mas esta última constitui a fundamentação principal do trabalho. O estudo mostra que se trata de casos bastante recorrentes na língua em questão, envolvendo não somente a sintaxe, mas também relações pragmático-discursivas. A conclusão é que tanto na fala quanto na escrita do português brasileiro (PB) há uma tendência cada vez maior para construções topicalizadas, o que lança a possibilidade de o PB ser uma língua “orientada para o tópico”.

Palavras-chave: Construções de tópico, sintaxe, sintagma nominal, topicalização, sujeito

⁵ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 16 de junho de 2009, sob a orientação da Prof^a. Dra. Walkíria Neiva Praça.

⁶ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 15 de junho de 2009, sob a orientação da Prof^a. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente.

Contadores de história: o poder da palavra falada⁷

Patrícia da Costa Sousa

Este artigo tem por objetivo analisar o reaparecimento do contador de histórias no mundo contemporâneo. O recorte teórico foi feito a partir dos estudos dos críticos literários Walter Benjamin, em seu ensaio “O Narrador” e Paul Zumthor em “Performance, Recepção e Leitura”. Antes de tratar dos contadores contemporâneos, é necessário reportar-se ao contador de histórias na antiguidade, que através da palavra falada transmitia os valores e conhecimentos do mundo para a geração mais nova. Discorrer sobre os contadores de histórias implica discorrer também sobre a importância da tradição oral na constituição das sociedades antigas.

Palavras-chave: Contadores de histórias, memória, tradição oral, *performance*

A proposta de ensino de gramática apresentada por Monteiro Lobato em “Emília no país da gramática”⁸

Rosa Gabriella Machado Roriz

O trabalho apresenta uma análise do discurso pedagógico presente na obra *Emília no País da Gramática* (Monteiro Lobato, 2008). O objetivo principal é analisar a referida obra para entender a construção desse discurso, que se situa entre o pedagógico e o literário, além de verificarmos quais são as aproximações e os confrontos com a gramática normativa. Adotamos as teorias presentes nas Gramáticas Normativas remetendo as mesmas teorias usadas por Monteiro Lobato na obra, salientando que nessa época os estudos da Linguística ainda não existiam.

Palavras-chave: Gramática, literatura, ensino, linguística

⁷ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 22 de junho de 2009, sob a orientação da Prof^a. Dra. Andréa Márcia Mercadante Alves Coutinho.

⁸ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 17 de novembro de 2009, sob a orientação da Prof^a. MSc. Deise Ferrarine.

Reflexão e sentimento na poesia de Carlos Drummond de Andrade⁹

Rosilene Cândida de Araújo

Este artigo propõe estudar a poesia de Carlos Drummond de Andrade, com o objetivo de ressaltar o trabalho de reflexão e pensamento crítico, elementos intensamente presentes no trabalho de criação poética do poeta mineiro. Nosso estudo sobre o princípio estruturante, o *modus-operandi* da poesia de Drummond, vincula-se a uma teoria de interpretação hermenêutica e tem como base os conceitos de crítica, ironia e chiste dos românticos alemães, explicitado principalmente no vigoroso trabalho de Walter Benjamin e na crítica literária produzida por Davi Arrigucci Júnior.

Palavras-chave: Crítica, médium de reflexão, ironia, fazer poético, Carlos Drummond de Andrade

“Rútilo Nada”: a excentricidade da narrativa pós-moderna¹⁰

Rosivan Gonçalves dos Santos

Este artigo pretende analisar o conto *Rútilo Nada*, de Hilda Hilst, sob a perspectiva da pós-modernidade, além de elencar aspectos teóricos/práticos da condição pós-moderna e da figura do excêntrico.

Palavras-chave: Pós-modernidade, excêntrico, narrativa

⁹ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 17 de novembro de 2009, sob a orientação da Prof^a. MSc. Lívila Pereira Maciel.

¹⁰ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 23 de junho de 2009, sob a orientação da Prof^a. MSc. Lívila Pereira Maciel.

Análise da intertextualidade em “Alice no país das maravilhas”¹¹

Samantha Ferreira Martins Matos

Este trabalho apresenta uma análise da intertextualidade na obra literária *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, tradução de Isabel de Lorenzo (2001), considerada clássica na literatura inglesa. O objetivo principal é analisar o discurso literário, observando sua construção intertextual, na qual discursos e gêneros diversos são configurados para a produção dos sentidos. Adotamos a Análise de Discurso Crítica proposta Fairclough (trad. 2001) por considerar mais adequada ao estudo da Intertextualidade e do Gênero Discursivo, que serviram como base teórica para identificar e analisar as formas e fontes de intertextualidade presente na referida obra.

Palavras-chave: Intertextualidade, gênero discursivo, discurso literário

Erros de tradução: análise da tradução de “O monge e o executivo”¹²

Tahyane Batista Lustosa

Esse trabalho analisa a tradução de duas edições do livro de James Hunter, *O Monge e o Executivo*, que trata de princípios da liderança, publicado no país em 2004. O livro tornou-se um fenômeno editorial em 2006 e recebeu uma nova edição de luxo, com capa dura, em 2007. Depois de cinco anos da publicação, o livro ainda é um dos mais vendidos no Brasil. A versão em português, traduzida do inglês por Maria da Conceição Fornos Magalhães, apresenta diversos erros de tradução. Alguns deles foram corrigidos para a segunda edição. Este trabalho propõe-se a analisar tais equívocos, e indicar suas prováveis causas.

Palavras-chave: Tradução, *O Monge e o Executivo*, James Hunter, armadilhas da tradução

¹¹ Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 19 de novembro de 2009, sob a orientação da Prof^a. Dra. Christine Maria Soares de Carvalho.

¹² Resumo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no dia 14 de junho de 2009, sob a orientação da Prof. MSc. Virgílio Pereira de Almeida.